

cadernos do

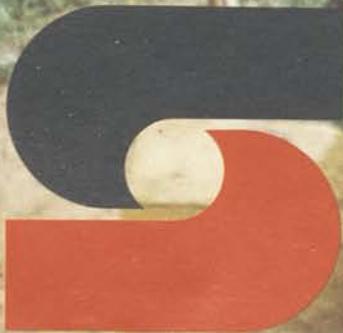
terceiro mundo

Julho 1986 • Esc 100 • Kz 80 • Mt 80 • Pg 80\$ • Cz 15,00 • Ano IX • Nº 91

Exclusivo:
Tomás Borge

A LEI DO
MAIS FORTE
NA
ECONOMIA
MUNDIAL





*nosso petróleo
onde
é necessário...*

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Um fenómeno a estudar

No decorrer dos últimos anos o noticiário dos jornais permitiu verificar um fenómeno inteiramente novo na economia mundial. No princípio de forma muito esparsa e depois em número crescente, o Terceiro Mundo tomou conhecimento de fusões entre empresas transnacionais envolvendo quantias cada vez maiores. Este fenómeno, que só foi detectado inicialmente por especialistas em economia, começou agora a delinear um perfil novo na economia mundial, cujas consequências já atingem directamente a maior parte das nações da África, Ásia e América Latina. O bombástico surgimento das megaempresas, fruto da fusão de gigantescas transnacionais, passou a colocar nas mãos de um número cada vez menor de directores um enorme poder. Pouca gente no Terceiro Mundo tem dado até agora atenção a estes superconglomerados, cuja capacidade de influência na economia

mundial ultrapassa tudo que era conhecido até agora. Este facto é ainda mais grave quando a corrida às fusões tem como objectivo o controlo da tecnologia mais sofisticada no campo da electrónica, e tem como principal impulsionador a busca da supremacia militar, tanto no nosso planeta, como no próprio espaço. Em suma, uma parcela considerável do futuro da humanidade está agora nas mãos de um número cada vez mais reduzido de superpoderosos. Este material de capa, realizado a partir de uma pesquisa feita pela nossa colaboradora Maluza Stein, mostra o processo de concentração industrial e tecnológica a partir das suas consequências para o Terceiro Mundo. Trata-se de uma contribuição de *cadernos* para um debate que vai concentrar as atenções de economistas, políticos e interessados em geral, tanto no Norte como no Sul.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral: Neiva Moreira

Director Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Juan Somavía, Henry Pease García, Aquino de Bragança, Wilfred Burchett (1911-1983)

Redacção Permanente: Artur Poerner, Antonio Aragão, Claudia Neiva (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guionar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REDACÇÃO CENTRAL - Rio de Janeiro

Coordenação de Produção: José Carlos Gondim; Departamento de Arte: Sonia Freitas (editora), Miguel Efe, Vanda Freitas, Pedro Toste, Reginaldo Caxias; Centro de Documentação: Helena Falcho (directora), Lidia Freitas, Elizabeth Mesquita, Marco Antonio C. dos Santos, Eunice Senna, Leila Maria C. Pinto, Jozira Santos Lima; Composição: Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luiz Correia, Carlos Rogério H. Silva; Revisão: Cláudia Márcia Soares, Sandra Castello Branco; Departamento Comercial: Maria Neiva.

• EDIÇÃO PARA PORTUGAL, ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Director: Artur Baptista

Coordenação de Redacção: Carlos Pinto Santos

Documentação: Cristina Assis; Revisão: Estevam Reis; Serviços Comerciais: Manuela Fernandes; Publicidade: Conceição Alves.

Propriedade: Tricontinental Editora, Ltda. Sede da Administração: Calçada do Combro, 10-18, 1200, Lisboa; Tel.: 32 06 5032 07 51; Redacção e Publicidade: Rua das Salgadeiras, 36-2º-E, 1200, Lisboa; Tel.: 36 38 0437 27 15; Telex: 42720CTM TE P; Impressão: Gráfica Europann, Ltda. 2726 - Mem Martins (CODEX). Tiragem desta edição: 21.000 exemplares; Nº de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Distribuição: CDL, Central Distribuidora Livreira, Av. Santos Dumont, 57 - 1000 Lisboa

EDIÇÃO PARA O BRAZIL

Director: Neiva Moreira

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho - São Paulo; Clovis Sena - Brasília. Circulação, Assinaturas e Promoção: Henrique Menezes, Inácio dos Santos e Macário Costa.

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro, RJ - Telef: 242-1957 - 222-1370 - Telex: 21-33054CTMB-BR

Fotolito e Impressão: Ébano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799. Tel.: 580-7171.

• Edições em Espanhol

Rio de Janeiro - Cone Sul

Directores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso; Assinaturas: Alicia Bidegaray A.C.U. S/A.: Avda. 18 de Julio 1263,

3er. piso/Tel: 90-87-13-Montevideo, Uruguai. Impressão: Rosgal S/A., Gral. Urquiza 3090, Montevideo;

Distribuição no Uruguai: Berriel y Martínez, Paraná 750 Esq. Ciudadela, Montevideo/Tel.: 90-51-55; Distribuição na Argentina: Kioskos, J. Di Pietro e Cia. Bolívia 529. Tel: 611-2801, Buenos Aires;

Livrarias: Hugo Emilio Palacios - Los Patos 2420. Tel: 942-5788 Cod. 1284 - Capital Federal.

México, Caracas e América Central

Editor: Rubén Aguilar

Assinaturas: Berta Arrufé; Distribuição: Gustavo Leyva; Correspondência: Apartado Postal 20572, 01000, México, D.F. Impressão: Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922 México, D.F.

Editorial Periodistas del Tercer Mundo. California 98A - Colonia Parque San Andrés, Coahuila. Tel.: 689-17-40 - 04040 México, D.F.

• Edição em Inglês (bimestral)

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 105/106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro, RJ.

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adom/Eduardo Khalifé (Ecuador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quinocot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique).

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Naim, Angel Ruocco, Alberto B. Mariani, Alice Nicolau, Ana María Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailly, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gregorio Selsler, Gridvia Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Montserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautin, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Kohla, Nilsa Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Marfíez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Soza, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Ramrill, Theotônio dos Santos, Victor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP(Angola), AIM(Moçambique), INA(Iraque), IPS(Inter Press Service), ALASE(México), SALPRESS(EI Salvador), SHIHATA(Tanzânia), WAF(A Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News(Estados Unidos), Nueva(Ecuador), Novembro(Angola), Tempo(Moçambique), AlHercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network(Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Circulação em 70 países

Ainda Tchernobyl

(...) Com efeito, deu-se um grande acidente numa central nuclear soviética (Tchernobyl) em 26 de Abril de 1986 mas, ao contrário do que os "cadernos" afirmaram, a União Soviética manteve sempre informada a comunidade ocidental do que se estava a passar em Tchernobyl. Assim que ficaram concluídos os primeiros relatórios sobre o acidente, saíram imediatamente na imprensa soviética e foram entregues às embaixadas estrangeiras, sendo evidente o facto de não terem podido dar informações antes pois não dispunham das mesmas (note-se que a União Soviética deu informações do ocorrido em 28/4/86, portanto dois dias depois, o tempo necessário para a elaboração dos relatórios concretos), daí em diante os soviéticos foram sempre informando o Ocidente do que ia acontecendo em Tchernobyl à medida que eram feitos mais relatórios. Na conferência nuclear que reuniu em Genebra um elevado número de técnicos ocidentais concluiu-se que as informações fornecidas pela União Soviética sobre Tchernobyl eram verdadeiras e exactas.

O mesmo não aconteceu quando do acidente de Three Miles Island, nos Estados Unidos, em que somente dez dias depois o próprio Congresso norte-americano foi informado do ocorrido e a opinião pública apenas o viria a saber passados mais de dois meses.

A 7 de Maio, o grau de radiação na Renânia (RFA) subiu e imediatamente a propaganda ocidental fez constar que haveria mais problemas na central soviética. Só no dia 31 de Maio é que o Ministério Regional da Economia da Renânia da Norte-Westfália comunicou que o grande aumento de radioactividade detectado na atmosfera era devido a uma avaria na central nuclear de Haun, na Renânia do Norte, e que foi ocul-



tada da opinião pública durante 24 dias.

Ao chegar-se ao termo da moratória soviética sobre explosões nucleares, os Estados Unidos resolveram provocar a União Soviética realizando uma explosão nuclear no deserto de Nevada. Com a pressa, a carga terá sido mal colocada e um perigoso nível de radiação foi registado a 80km do local do ensaio nuclear e dois foram sujeitos a radiações nucleares, tendo este acidente sido ocultado durante 35 dias.

Em Abril de 1986, Ruth Mouart, habitante da pequena cidade de Holyoke (no Estado de Massachussets) escreveu a jornalistas norte-americanos informando que na base aérea militar de Westover (no mesmo Estado) se realizam experiências de exposição de terrenos à irradiação electrónica de micro-ondas, submetendo-se assim a testes biológicos e psicológicos muitos cidadãos, incluindo crianças, que habitam a zona e que, naturalmente, de nada suspeitam.

As experiências em pessoas começaram há 25 anos e os médicos da universidade nova-iorquina de Columbia divulgaram que as experiências provocaram doenças cancerosas e outras ainda desconhecidas.

O Ministério da Energia dos Estados Unidos não só não desmentiu os factos como confirmou a existência de um programa de estudos sobre as consequências da exposição de pessoas à irradiação electrónica (por ironia este acontecimento demorou 25 anos para que a opinião pública norte-americana dele tivesse conhecimento).

Cabe agora perguntar quem não informa a comunidade internacional...

Nota-se no artigo de "cadernos" que os senhores foram apanhados um pouco pela desinformação burguesa embora se tenham apercebido

1986 - Julho - n.º 91

da falsidade das declarações da UPI acerca dos dois mil mortos pois só morreram 26 (e não centenas) sendo a maioria bombeiros que participaram do combate ao fogo e camionistas que fizeram a evacuação de cerca de 90 mil habitantes. Louve-se a coragem destes homens que sacrificaram a sua vida pela Pátria.

É evidente que foi um grande desastre ecológico mas temos de reconhecer que a União Soviética não pode abdicar das centrais nucleares quando existem planos para o ataque à União Soviética elaborados pelo Pentágono (sendo exemplo disso o relatório de Caspar Weinberger de 1 de Março de 1982 em que este último diz que "depois de construirmos um sistema antimíssil - Guerra das Estrelas - construiremos uma triade nuclear que nos permita desferir um ataque nuclear arrasador contra a União Soviética".

Porém, o grande mal das centrais nucleares existe quando estas em vez de serem utilizadas para fins pacíficos o são para se construir armas nucleares que podem levar à destruição da Terra.

Por fim, os meus parabéns a essa revista que tem desenvolvido um trabalho magnífico e espero que este lapso - que se compreende devido à grande desinformação dos *mass media* burgueses - seja corrigido.

Nota: Não compreendi como sendo evacuadas 90 mil pessoas foram expostas à radiação 100 mil estudantes, pois se se refere a Kiev isso é errado uma vez que o grau de radiação já não tinha as consequências de maior importância e isso viu-se pela forma como os soviéticos comemoraram o 1.º de Maio e também pelo relato feito pelos estudantes portugueses em Kiev.

Fernando José Mestre Patrício - Damaia - Portugal.

A reforma agrária

Enviamos anexo, cópia do abaixo-assinado entregue ao presidente José Sarney, por ocasião da sua visita à cidade de Barretos, em 19.04.86. Trata-se de um documento elaborado e assinado conjuntamente entre a CPT de Barretos, o Directório Municipal do PT de Barretos, o DCE da Fundação Educacional de Barretos e o Núcleo da Associação dos Técnicos Agrí-



colas do Estado de São Paulo. Com este documento foram recolhidas 1864 assinaturas, sendo que o trabalho foi feito em apenas uma semana.

Durante esta semana, enquanto preparávamos a correspondência, cópias do documento e a listagem de entidades, fomos atingidos violentamente pela notícia de mais um assassinato, o do padre Josimo Moraes da CPT Norte de Goiás. Este facto vem agravar ainda mais a actual situação, pois o nosso documento já alertava para este tipo de violência e não teve a atenção devida.

Os latifundiários estão a organizar-se e fundaram a UDR (União Democrática Rural) sigla que esconde uma poderosa organização armada contra aqueles que clamam por Reforma Agrária e Justiça Social.

Estamos a fazer esta divulgação e denúncia porque o documento

terceiro mundo - 3

continua sem uma resposta concreta. Pedimos que seja publicado e amplamente divulgado.

O documento:

Exmo. Sr. Presidente da República
José Sarney

É profundamente grave o problema agrário no nosso país, historicamente marcado por uma estrutura concentracionista, latifundiária e especulativa do uso da terra. Concentração esta que se deu e se dá através da expulsão violenta do homem do campo através do assassinato impune de camponeses e das lideranças rurais pelas milícias dos latifundiários.

A gravidade do problema agrário nacional atinge também as relações no campo no nosso município e na nossa região. Segundo dados do INCRA, toda a terra do nosso município encontra-se concentrada nas

mãos de 900 proprietários, ou seja, 1% da população da nossa cidade. Sendo que mais de 70% das nossas terras estão nas mãos dos latifundiários.

Por isso, o povo de Barretos, abaixo-assinado, vem reivindicar como direito inalienável de todo o povo brasileiro uma ampla reforma agrária, para que se consiga uma justa distribuição e o uso social da terra, e uma paz duradoura no campo. Especificamente reivindicamos:

— Imediata aprovação e aplicação dos planos regionais.

— Ao mesmo tempo, profunda revisão e consequente ampliação do 1º PNRA, com real participação dos trabalhadores rurais através das suas entidades de classe (CONTAG, CUT, CGT, Movimento dos Sem Terra) nas decisões, na aplicação e fiscalização

do plano da reforma agrária.

— Que a revisão do 1º PNRA tenha como base o Estatuto da Terra e a Proposta MIRAC/INCRA.

— Que o governo assuma as reivindicações elaboradas e aprovadas no 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais.

— Que o governo assuma com coragem e vontade política a desactivação imediata das milícias armadas dos latifundiários.

— Que coloque fim à impunidade dos assassinatos dos camponeses e líderes sindicais, e severa punição aos responsáveis. Um governo que se propõe democrático não pode ser conivente com assassinatos de camponeses, como foi o governo da ditadura militar.

Luis Aurelio de Jesus Salles — Barretos — SP — Brasil.

Intercâmbio

- *Mario Domingos Quintino*
C.P. 5533 — Luanda — Angola
- *Páscoa J.J. Madeira*
TDM C.P. 25 — Beira — Moçambique
- *Mac Donald*
Cleyndertweg 171 — 1025 — DK — Amsterdão — Holanda
- *Milker Fernando*
a/c João António Teixeira — 2º Sector Aviação dos C.T.T.A. — Estação Postal Central — Angola
- *Dimitri Paiva Neves*
Rua do Vale nº 16 — Q-10 Gleba "A" — Camaçari — BA — CEP 42.800 — Brasil
- *Sergio Salvador Mejia Ramos*
Calle C.N.C. lote 172 L-C — Col. Lic. Javier Rojo Gómez — C.P. 42.030 — Pachuca — Hidalgo — México
- *Edgar dos Santos Barros*
Parque Residencial Maria Tereza 455, L. Seca C Paulo — Nova Friburgo — RJ — CEP: 28.600 — Brasil
- *João António Mateus*
a/c dos C.T.T. da Précol — Luanda — Angola

- *Anita Silva Ramos*
Rua Messias da Silva Ramos nº 174 — Vila Figueiredo — Rio Grande da Serra — SP — CEP: 09450 — Brasil
- *Tito Fernando*
C.P. 485 — Benguela — Angola
- *Arlindo Pio do Amaral Gurgel*
I.P.U.O.C. — A2 — Isla Juventud — Cuba
- *Márcio António Araújo*
Av. Afonso Pena, 388 — Belo Horizonte — MG — CEP: 30.130 — Brasil
- *Mário da Conceição Correia de Almeida*
Rua N'Zinga M' Bansi nº 35 — C.P. 144 — Viana — Luanda — Angola
- *Laerth Ignácio Magalhães*
Rua Venceslau 346 ap. 502 — Méier — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20.731 — Brasil
- *Helder Tavares F. Festudo*
a/c do Sr. Domingos Festudo — C.P. 1492 — Benguela — Angola
- *Sônia Regina de Souza Tavares*
Rua Luís Barbalho, 280 — Rocha

- Miranda — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 21.510 — Brasil
- *Justino António "Tininho"*
a/c de Zacarias Domingos Miranda — C.P. 18784 — Luanda — Angola
- *César Augusto Monteiro*
R. Magnolia Brasil, 41 ap. 1104-A — Fonseca — Niterói — RJ — CEP: 24.120 — Brasil
- *Emmanuel Mathieu "Manico"*
C.P. 3995 — Luanda — Angola
- *Sebastião V. Cruz*
Rua Formosa, 367 — 25º and. — 1ª JRPS — Centro — São Paulo — SP — CEP: 01049 — Brasil
- *Walesca Sá Bustamante*
Rua Cariré, 135 ap. 512 — Bloco 5 — Otávio Bonfim — Fortaleza — CE — CEP: 60.010 — Brasil
- *João Batista Gomes da Silva*
Rua Nova Independência 72 — Jardim Ana Estela — Carapicuíba — SP — CEP: 06300 — Brasil
- *Luis Delgado Ramos*
Av. Jesus Menéndez, 92 — Est. Ferrocarril — Sancti Spiritus — Cuba



- 2 Cartas
- 6 Panorama Tricontinental
- 14 Editorial – A necessária cooperação Sul-Sul
- 16 Matéria de Capa – As “megaempresas” e o Terceiro Mundo, Ana Pessoa
- 28 O filão electrónico
- 31 Um devedor privilegiado
- África
- 34 África do Sul: A batalha dos sindicatos, *Carlos Castilho*
- 38 Guiné-Bissau: Tempos de incerteza, *Baptista da Silva*
- 41 Tunísia: Uma sociedade bloqueada, *Alberto B. Mariantoni*
- América Latina
- 43 Equador: Sikhs, a batalha diplomática, *Eduardo Khalifé*
- 47 Colômbia: O liberalismo no poder, *Guillermo Segovia Mora*
- 51 Nicarágua: “Estamos dispostos a morrer”
- Ásia
- 57 Paquistão: O desafio de Benazir, *Carlos Pinto Santos*
- Economia
- 62 A dramática queda dos preços das matérias-primas, *Juan Behrend*
- 67 Notas
- Narcotráfico
- 69 Os grandes bancos lucram com a droga, *Ricardo Soca*
- Comunicação
- 75 Rádios livres e videos populares, *Carlos Miranda*
- 77 Notas
- Ponto de vista
- 78 Sobre a imprensa norte-americana, *Edouard Bailby*
- Cultura
- 80 A volta de “Crisis”
- 83 O Colégio da Liberdade, *Víctor Bacchetta*
- 85 Notas
- Especial – Nicarágua
- 86 “Nós, nicaraguenses, decidimos ser donos do nosso pedaço de sol”, entrevista com o comandante Tomás Borge, *Beatriz Bissio*
- 96 Humor, Michelângelo



Presidente Nino Vieira: dificuldades políticas e económicas



Benazir Bhutto: enfrentando a ditadura



Borge: analisando a conjuntura da América Central

Mugabe a um passo de duas importantes vitórias

□ Poucos políticos em Harare duvidam que o primeiro-ministro Robert Mugabe alcance ainda este ano dois importantes objectivos políticos procurados há longo tempo: a fusão do partido ZANU (no poder) com a ZAPU (na oposição), permitindo a criação de um partido único; e a mudança dos dispositivos constitucionais que dão aos brancos 20% nas cadeiras no parlamento, embora os descendentes de europeus formem apenas 1% da população.

Os analistas políticos em Harare, a capital do país, garantem que Mugabe pode inclusive alcançar estes dois objectivos sem a participação dos 100 mil brancos zimbabwianos, ou do seu rival político, Joshua Nkomo, líder da ZAPU. Nas eleições de 1985, a comunidade branca elegeu 15 seguidores do ex-primeiro-ministro racista Ian Smith, líder do partido conservador Aliança Conservadora do Zimbabwe (CAZ), ficando as restantes cinco vagas destinadas aos descendentes de europeus com políticos independentes. Logo depois da divulgação dos resultados, Mugabe acusou os brancos de rejeitarem a política de conciliação adoptada pelo primeiro-ministro desde que o país se tornou independente em 1980.

"Os brancos que não acei-

tarem a nova realidade política do país, na qual a maioria negra estabelece as regras básicas e fixa os interesses políticos do país, devem deixar o Zimbabwe", afirmou Mugabe. Em Abril passado, quando o país comemorou o sexto aniversário da independência, o primeiro-ministro prometeu mudar a Constituição em 1986 para eliminar "cláusulas injustas e ra-



Mugabe consolida o seu poder

cistas", estabelecidas pelo Acordo de Lancaster House, através do qual o país deixou de ser uma colónia britânica.

Embora as 20 cadeiras no Parlamento reservadas aos brancos devam vigorar até 1990, segundo Lancaster House, elas podem ser eliminadas caso assim decidam 70 dos 11 membros do poder legislativo. Nas eleições de 85, o partido de Mugabe ganhou 63 cadeiras, sete a menos do que o mínimo necessário para mudar a Constituição. A ZAPU de Nkomo ficou com 15 cadeiras. Uma fusão dos dois partidos daria facilmente os votos necessários, o que levou a oposição negra a tentar negociar apoio e retardar

o processo de unificação. Mas Mugabe pode atingir o seu objectivo mesmo sem a participação do agora enfraquecido dirigente da ZAPU, segundo os recentes desenvolvimentos políticos no país.

Com efeito, em Maio, um dos mais importantes seguidores de Nkomo, David Kwedini, mudou de partido, passando para a ZANU, depois de acusar os dirigentes da ZAPU de "falta de coragem política" para responder ao apelo de Mugabe a favor da unidade dos partidos negros. A decisão de Kwedini deve influenciar outros parlamentares da ZAPU, fazendo

com que o partido do governo possa facilmente alcançar os 70 votos favoráveis à mudança constitucional. A situação interna na ZAPU é bastante precária, porque o comando de Nkomo está abalado devido à sua intransigência e à sua política dúbia em relação aos grupos dissidentes que procuram desestabilizar o governo do Zimbabwe em proveito da África do Sul.

Enquanto isso, o ministro do interior, Enos Nkala, negou as acusações feitas por organismos internacionais de que o governo do Zimbabwe viole os direitos humanos, ao manter presos dirigentes da ZAPU acusados de envolvimento em

actividades insurreccionais na província de Matabele, na região sudeste do país. Nkala disse que muitos dos políticos mencionados na imprensa estrangeira não chegaram a ser presos, enquanto outros estão a ser postos em liberdade à medida que as suas actividades são investigadas. Alguns dos mais importantes líderes da ZAPU presos após a descoberta de depósitos clandestinos de armas já foram soltos.

Para Robert Mugabe, a fusão ZANU-ZAPU e a mudança constitucional são dois objectivos extremamente importantes num ano em que o Zimbawe deve servir de sede para a reunião de chefes de Estado de países membros do Movimento dos Não-Alinhados, no final de Agosto e começo de Setembro.

SUDÃO

A ameaça da guerra no sul

Embora com a eleição e posse do novo governo civil no Sudão tenha acabado um longo reinado político dos militares, o primeiro-ministro Sadiq el Mahdi só conseguirá manter-se no poder se a guerra civil na região sul do país terminar rapidamente. O Exército de Libertação Popular do Sudão (SPLA) pediu a renúncia do governo de Mahdi e a sua substituição por um regime provisório, onde uma Assembleia Constituinte daria mais poderes e maior autonomia às províncias do sul, garantindo uma paz definitiva.

A exigência do SPLA foi feita através de uma declaração

do seu líder, coronel Kohn Grang, imediatamente após uma reunião realizada na Etiópia com enviados especiais do governo de Cartum. Garang e os seus guerrilheiros controlam a maior parte do sul do Sudão, onde cerca de 12 mil homens armados mantêm as guarnições do governo permanentemente cercadas. Para um grande número de observadores, a actual situação no sul do Sudão é quase séria como a que se verificou durante a longa guerra civil (1956/72), altura em que o país esteve literalmente dividido em dois.



O estado de guerra existente nas províncias de Bahr el Ghazal, Alto Nilo e Equatoria impediu que os eleitores da região votassem na eleição geral de Abril passado. O acto eleitoral acabou por ficar restrito à região norte e centro do Sudão, onde foram eleitos 264 dos 301 deputados. As 37 vagas restantes deveriam ser ocupadas por políticos da região sul.

O partido de Mahdi, o UMMA, obteve 99 lugares, seguido pelo Partido Democrático Unionista (DUP) com 64 deputados. Ambos formaram uma coligação para governa-

rem, tendo o UMMA indicado oito ministros num total de 18. O DUP ficou com seis ministérios, enquanto as pastas restantes ficaram com os partidos de menor expressão.

Cerca de um terço dos 12 milhões de sudaneses vive em áreas de forte influência guerrilheira. Um acordo entre Garang e Mahdi parece improvável, enquanto a liderança do SPLA insistir na tese da formação de um governo provisório e na revisão da Constituição sudanesa. Se a paz não chegar rapidamente, o novo regime civil terá poucas condições de recuperar a economia nacional. A produção de petróleo no sul, uma das grandes esperanças de Mahdi para melhorar a situação económica, está praticamente paralisada porque as empresas estrangeiras não querem assumir riscos. A agricultura sofreu também grandes prejuízos especialmente a cultura do algodão e de outros produtos destinados à exportação e ao consumo dos grandes centros urbanos. Apenas as culturas de auto-subsistência permanecem, mas só elas são insuficientes para alimentar um número cada vez maior de refugiados de guerra.

Outra séria ameaça à estabilidade do governo Mahdi é uma possível internacionalização do conflito no sul. Os países árabes de tendência conservadora mostram-se interessados em apoiar os esforços de islamização prometidos pelo novo regime de Cartum, o que empurraria os rebeldes para uma aproximação cada vez maior com o regime revolucionário da Etiópia.

JORDÂNIA

Tumultos e crise económica

□ Depois dos confrontos entre forças da ordem e manifestantes que tiveram lugar em 15 de Maio passado no *campus* universitário de Yarmouk, próximo de Irbid (no norte do país) e que teriam causado – segundo o balanço oficial dos incidentes – pelo menos três mortos e várias dezenas de feridos, a tensão política não diminuiu.

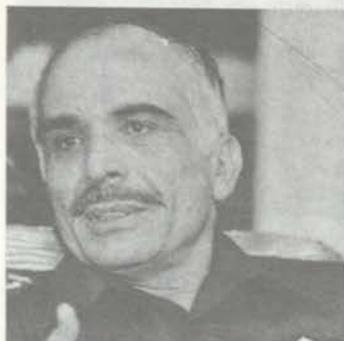
Enquanto as intenções do rei pareciam indicar um apaziguamento das paixões com a libertação de todos os estudantes detidos durante os tumultos e com a criação de uma comissão de inquérito sobre os motivos das reivindicações dos manifestantes e as eventuais responsabilidades do corpo docente, o problema agravou-se subitamente e saldou-se por uma nova vaga de prisões.

As detenções ordenadas pelo rei Hussein teriam sido, desta vez, da maior parte dos membros do Comité Central do Partido Comunista Jordano (entre os quais se contaram o secretário-geral do partido, Fayek Warrad, e o doutor Yaccoub Zayaddin), vários responsáveis locais da Frente Popular de Libertação da Palestina (a F.P.L.P. de George Habbache, instalada em Damasco), numerosos quadros da organização política dos Irmãos Muçulmanos, bem como numerosos oficiais e suboficiais do exército, da aviação e da polícia jordana.

8 – terceiro mundo

As prisões efectuadas nas fileiras do exército real – segundo um comunicado da organização clandestina do Movimento Nacional Jordano, surgido em Beirute – teriam tido principalmente por alvo efectivos da segunda brigada do exército, os destacamentos policiais das províncias de Irbid (no norte do país) e de Karak (ao sul de Amman), e oficiais e soldados da força aérea.

Denúncias de torturas aos detidos foram feitas em Amman por organizações civis e religiosas.



Hussein: vaga de detenções

Degradação económica e social

“Não é a primeira vez que são detidos e torturados neste país oficiais do exército e da polícia”, denunciou um responsável da secção jordana da Liga dos Direitos do Homem. Essa última vaga de detenções nas fileiras do exército real foi desencadeada pelo governo depois da maior parte dos militares se ter recusado a disparar contra os estudantes revoltados no *campus* da universidade. Não foi esse, contudo, o único motivo. Haveria também o desejo de fazer uma espécie de “advertência” a todos aqueles

que poderiam sentir-se tentados a aproveitar-se das dificuldades económicas e sociais para fomentar perturbações políticas ou tentativas de golpe de Estado”.

Há mais de dois anos que a situação económica e social do país não cessa de agravar-se. Os sectores industrial e de serviços, privilegiados até aqui pelo regime, registam uma forte baixa da produtividade e não parecem estar já em condições de assegurar um crescimento económico adequado ao aumento populacional. A falta de investimentos e planos de dinamização económica estão-se a reflectir no estancamento da agricultura dos planaltos, um dos sectores em cuja evolução mais se confiava. E, a despeito da recente decisão governamental de explorar os jazigos de xistos betuminosos, o sector público está a encaminhar-se perigosamente para a mais completa ineficácia económica.

Com uma dívida externa civil de mais de mil milhões de dinares (ou seja, cerca de 50% do P.N.B.), uma dívida militar superior a 2 mil milhões de dinares, uma taxa de crescimento reduzida a menos de 1,7% e um desemprego calculado em 8% da população activa, a Jordânia é, hoje em dia, um país instável do ponto de vista político. A sua estabilidade institucional dependerá, quase exclusivamente, da capacidade do regime para absorver os quarenta mil pedidos de emprego suplementares que, segundo se calcula, surgirão todos os anos até 1990 no mercado de trabalho jordano.

Alberto B. Marantoni

ARGENTINA

Alfonsín enfrenta crise nos serviços de informação

□ O presidente Raúl Alfonsín designou um novo ministro da Defesa e um novo titular da Secretaria de Informações do Estado (SIDE), com o compromisso de realizar "sérias mudanças" nos serviços de "informações", após a crise generalizada no governo argentino devido ao sequestro, com pedido de resgate, do empresário Osvaldo Sivak.

A decisão presidencial ocorreu a 3 de Junho último, logo após a renúncia do ministro da Defesa, Germán López, substituído por Horacio Jaunarena, num momento em que a oposição crítica seriamente a actividade dos organismos de segurança do Estado.

Um relatório oficial apresentado nos últimos dias mostra que, durante 30 meses de governo constitucional, aconteceram 17 sequestros com pedidos de resgate, sem que a maioria deles tenha sido esclarecida pela polícia. Em geral, as vítimas são ricos empresários que tiveram que pagar altos resgates.

Os partidos políticos de oposição e as entidades de defesa dos direitos humanos desconfiam do envolvimento dos serviços secretos do ex-governo militar, que por esse meio obteria recursos para financiar as suas manobras desestabilizadoras.



Alfonsín: sérias mudanças na Secretaria de Informações

O ex-ministro Germán López revelou que a sua renúncia se deveu à "manutenção dos organismos informais de investigação". López foi posto em causa quando um funcionário do Ministério da Defesa, Mario Aguilar, foi detido e acusado de extorsão contra a família Sivak.

O empresário Osvaldo Sivak foi sequestrado em 29 de Julho de 1985. Diante da falta de resultados nas investigações empreendidas pela Polícia Federal,

a família Sivak aceitou continuar os trabalhos através de Aguilar, o qual declarou conhecer o paradeiro do empresário, tendo exigido 150 mil dólares para fornecer informações mais detalhadas.

Após a interceptação de telefonemas, a polícia prendeu Pedro Salvia e Roberto Barriónuevo, ex-membros dos serviços de informações durante o governo militar, que, juntamente com Aguilar, praticavam chantagem.

Protesto contra amnistia de militares

O Grupo de Apoio Mútuo (GAM), entidade que reúne parentes de pessoas presas e desaparecidas na Guatemala, pediu ao Congresso da República a anulação do decreto que amnistia militares e ex-funcionários públicos culpados de violações aos direitos humanos. Nineth Montenegro, presidente do grupo,

afirmou que o decreto dificulta as investigações sobre os crimes cometidos.

Nineth revelou que tem recebido ameaças de morte, além de outros dirigentes da entidade terem tido as suas residências invadidas por grupos não-identificados que insistem para que abandonem a luta. Segundo representantes do Congresso guatemalteco, o documento entregue pelo GAM será examinado pela sua comissão de direitos humanos.

BARBADOS

Oposição vence eleições com maioria esmagadora

Os Barbados têm um novo governo. Com uma vitória esmagadora, o Partido Trabalhista Democrático (PLD), de oposição, venceu as eleições, derrotando o partido governamental, o Partido Trabalhista dos Barbados (PLB). Errol Barrow é o novo primeiro-ministro e o PLD conseguiu 24 dos 27 lugares do parlamento. O ex-primeiro-ministro Bernard St. John não conseguiu sequer ser reeleito como de-

putado, facto inédito na história das Caraíbas Orientais.

Já no poder, Barrow anunciou que o seu governo seguirá uma linha nacionalista e que os Barbados pedirão uma revisão do Tratado Regional de Segurança das Caraíbas feito em Washington, para cortar os laços militares com os Estados Unidos.

"Nos Barbados - disse - são bem-vindos os turistas norte-americanos, mas não os agentes da CIA ou do Departamento de Estado". Barrow afirmou, ainda, que não serão mantidas as estreitas relações militares e políticas com os Estados Unidos desenvolvidas durante os dez anos de governo do Partido Trabalhista dos Barbados, mas que romperá as suas tradi-

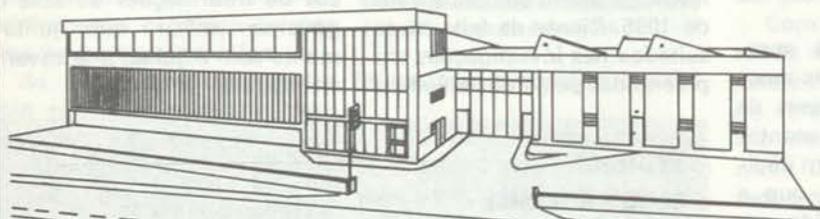
cionais relações com os países ocidentais.

A vitória do PLD foi considerada uma demonstração de repúdio popular à política conservadora dos anteriores governos do PLB, primeiro com Tom Adams e, depois, com St. John na última década (1976-85). Barrow, de 66 anos, participou na campanha pela independência do país, em 1966, quando governou os Barbados. Esforçou-se para forjar a integração regional como via para alcançar a independência económica. Os Barbados ajudaram a criar a Associação de Livre Comércio das Caraíbas (CARIFTA), que se transformou, a partir de 1973, na actual CARICOM, integrada por 12 ilhas da região.

JOÃO DE DEUS

RADIADORES

FABRICANTE DE RADIADORES E NINHOS PARA TODOS OS VEICULOS



EXPORTADOR PARA:

Angola

Cabo Verde

S. Tomé e Príncipe

e Europa

GAMA COMPLETA PARA TODOS OS MODELOS EUROPEUS E JAPONESES

JOÃO DE DEUS E FILHOS L^{da}

Estrada Nacional nº10 - Km. 140.260

2685 SCAVEM - PORTUGAL

TLF. 255 33 89 - TLX. 16051 J. DEUS P.

AMÉRICA CENTRAL

A reactivação do CONDECA

□ Paralelamente à cimeira de presidentes centro-americanos realizada na cidade de Esquipulas, teve lugar em Tegucigalpa, em Maio último, uma reunião dos comandos militares das Honduras, El Salvador e Guatemala, com o objectivo de iniciar conversações para a reactivação do Conselho de Defesa Centro-americano (CONDECA).

Criado em 1964 sob a égide dos Estados Unidos, com a participação destes três países e da Nicarágua somozista, o

CONDECA começou-se a desintegrar em 1969 com o afastamento das Honduras, tendo sido praticamente desactivado após o derrube do ditador Anastasio Somoza em 1979, altura em que a Nicarágua abandonou a organização. Entretanto, desde 1983 os Estados Unidos têm incentivado a activação do organismo visando utilizá-lo contra o governo sandinista.

A reunião do mês de Maio foi anunciada pelo chefe das forças armadas das Honduras, general Humberto Regalado Hernández. Na ocasião, o militar manifestou que os exércitos dos três países resolveram convidar a Costa Rica e o Pa-

namá – ambos os países participaram da primeira fase do tratado – deixando a Nicarágua de lado, já que, segundo o general Regalado “o conceito jurídico dos documentos constitutivos do CONDECA, depositados na ONU e na OEA, estabelecem certos requisitos que visam enfrentar a ideologia comunista. Portanto, esse país não pode participar do CONDECA”.

Regalado proferiu estas declarações poucos dias depois de o presidente nicaraguense, Daniel Ortega, ter manifestado o interesse do exército sandinista em participar na reactivação do tratado. Alguns observadores políticos centro-americanos consideraram que a integração do Panamá na tentativa de reactivar o CONDECA obedece ao propósito de neutralizar os esforços de paz do Grupo de Contadora. Esta afirmação está de acordo com o “Relatório Abrams”, apresentado recentemente pelo secretário de Estado adjunto para Assuntos Latino-americanos, Elliot Abrams, na reunião dos embaixadores norte-americanos na América Central, recentemente realizada no Panamá. De acordo com esse documento, um dos objectivos do Departamento de Estado é “alinhar o Panamá na operação regional destinada a neutralizar e provocar o colapso do Grupo de Contadora”.

Segundo se depreende destes factos, a administração norte-americana prepara, com o CONDECA, através do seu aliado principal, as Honduras, apertar o cerco montado em torno do governo de Manágua.



A reactivação do CONDECA objectiva neutralizar Contadora

O reatamento após 22 anos

□ Após 22 anos de rompimento, o Brasil reatou relações diplomáticas com Cuba. O anúncio oficial foi feito simultaneamente pelos ministros dos Negócios Estrangeiros Abreu Sodré, em Brasília, e Isidoro Malmierca, em Havana. Segundo Abreu Sodré, trata-se de uma decisão "maduramente reflectida" pelo governo brasileiro.

O Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba em Maio de 1964 após o golpe militar, chefiado pelo marechal Castelo Branco, com o derrube do governo constitu-

cional do presidente João Goulart. Cuba era acusada pelos militares golpistas de "exportar" a revolução para a América Latina.

México: "taiwanização" na indústria?

Reivindicada pelo governo como um "elemento de mudança estrutural" e classificada por seus críticos como um veículo para a "taiwanização" da economia, a indústria *maquiladora* de exportação continua em franca expansão na zona fronteiriça do norte do México.

Trata-se de fábricas relativamente rudimentares, onde se montam peças ou se processam matérias-primas ou bens

intermediários procedentes dos Estados Unidos que, uma vez prontos, retornam a esse país através de um sistema alfandegário especial.

A seguinte comparação confirma esse facto: um montador nos Estados Unidos pode ganhar 23 dólares por hora, enquanto que na montadora da Chrysler, no México, um trabalhador ganha três dólares por dia.

Os reflexos desse sistema na economia mexicana podem resumir-se em três características fundamentais: acentuação da dependência, alta mobilidade do capital e elevadíssimo nível de exploração da mão-de-obra assalariada.

J A M O G

IMPORT. E EXPORT. LDA.

Rua Duque de Palmela, 30-8.º B — Telefs. 52 31 48 - 52 32 55
Telex 12449 Jamog — 15588 Trigul 1200 LISBOA

HONDURAS

Grupos étnicos reúnem-se para lutar pelos seus direitos

□ Pela primeira vez desde o tempo da colonização espanhola, os grupos étnicos das Honduras organizaram-se para reivindicar os seus direitos. Numa série de actos públicos, no final do ano passado, esses grupos acordaram na unificação de esforços no sentido de procurar soluções para problemas que enfrentam desde o tempo dos seus ancestrais. Entre as principais propostas encaminhadas ao governo, figuram a legalização das terras e uma maior atenção às necessidades básicas nos campos da saúde, educação, habitação, assistência técnica e apoio bancário.

O processo de mobilização dos grupos étnicos culminou com a realização, em Dezembro passado, na capital Tegucigalpa, do Primeiro Encontro Nacional de Grupos Étnicos das Honduras, convocado pelo Comitê pelo Desenvolvimento Integral da Miskitía (COPRODEIM), a Organização Fraternal Negra Hondurenha (OFRANEH), e a Miskitía Asla Takanka (MASTA), com o objectivo principal de contribuir para o conhecimento da problemática da etnia hondurenha e "reafirmar a própria identidade e propiciar um permanente diálogo entre as etnias".

Antes desse encontro nacional, já havia sido realizado, em Outubro, o Primeiro Congresso Masta, a mais antiga organização indígena do país e que reúne mis-



Miskitos hondurenhos reafirmando a sua própria identidade

kitos, garifunas, payas e sumos. Em seguida, efectuou-se o Primeiro Congresso Indígena Paya, em Pueblo Nuevo Subirana, para unificar o povo paya disperso em nove tribos e criar a Federação das Tribos Payas. No departamento de Yoro, ocorreu o Primeiro Congresso da Federação das Tribos Yoro Fretiny, com a participação de representantes de 22 tribos jicaques.

No entanto, além dos seculares problemas, outros somam-se agora na Miskitía, na região fronteira com a Nicarágua, com a chegada, a partir de 1981, de refugiados miskitos e sumos vindos daquele país. A presença na área de mercenários anti-sandinistas e das forças regulares do exército hondurenho gerou um estado de potencial conflito com caracterís-

ticas de problema político-militar. Segundo denúncias locais mercenários nicaraguenses armados cometem uma série de arbitrariedades com absoluta impunidade no departamento de Gracias a Diós, na Miskitía. Os serviços de segurança hondurenhos impõem um regime de terror, e correm informações sobre a existência de cemitérios clandestinos na região.

A população de miskitos hondurenhos é de aproximadamente 33 mil pessoas, espalhadas numa extensa região de selvas, savanas, charcos e rios caudalosos. Sem comunicação com o resto do país, sofrem anualmente inundações e carecem de serviços de saúde e de educação, além de contarem com poucas oportunidades de trabalho.

A necessária cooperação Sul-Sul

Ao que tudo indica, a economia mundial nos últimos anos trilha caminhos divergentes no norte e no sul do planeta. Nos países industrializados, a inflação tem diminuído deixando de ser um problema, ao mesmo tempo que a produção aumenta, embora num ritmo não muito acelerado. Simultaneamente, estão a ser investidas quantias importantes na pesquisa e expansão das empresas. Apesar disso, persiste um alto índice de desemprego, o qual pouco diminuiu em relação aos níveis atingidos durante a última recessão, a mais profunda e prolongada do pós-guerra. Isso não impede que, em termos globais, ocorra um processo de recuperação, contrariamente ao que sucede nas nações subdesenvolvidas.

O Sul do planeta foi a região mais atingida pela recessão originada nos centros capitalistas desenvolvidos e continua a sofrer as consequências desse processo, mesmo depois que os países industrializados se recuperaram dele. As exportações de matérias-primas, as quais constituem a principal produção do Terceiro Mundo, enfrentam uma procura decrescente e, por conseguinte, preços reduzidos. O Sul recebe também cada vez menos créditos externos, enquanto numerosos países, sufocados pelo endividamento, destinam uma grande parte das suas receitas oriundas das exportações ao pagamento da dívida externa, privando-se das importações necessárias para a continuação do processo produtivo.

Existem, naturalmente, algumas excepções. No conjunto, porém, o balanço negativo do comércio externo, acompanhado pela queda dos investimentos, dos créditos externos, e da contracção das importações, representa uma recessão a longo prazo para os países

subdesenvolvidos

No passado, a recuperação das economias capitalistas depois das crises recessivas caracterizava-se por uma expansão na procura de matérias-primas e no conseqüente equilíbrio dos preços, o que compensava em parte os danos causados na fase anterior, de drástica redução da procura e baixa acentuada dos preços das matérias-primas.

Nada disso, no entanto, ocorre desde o princípio desta década. Os preços dos produtos manufacturados – que constituem a principal produção dos países industrializados – mantiveram-se estáveis ou aumentaram, enquanto que as cotações das matérias-primas continuaram a cair. Como tal, em 1985 os preços em dólar dos produtos manufacturados de exportação aumentaram 1%. Os preços das matérias-primas exportadas, na mesma moeda, caíram em quase 12% e o do petróleo um pouco menos de 4%. O fenómeno que se pode observar neste último período, portanto, não é o movimento uniforme dos preços internacionais, mas uma redução dos preços dos produtos básicos em relação aos dos manufacturados.

O quadro acima descrito implica diversos benefícios para o Norte. Em primeiro lugar, explica o retrocesso da inflação, que hoje é nula em potências como o Japão e a República Federal da Alemanha, onde já no ano passado se manteve em níveis baixos. Ela tem também diminuído em países que sofreram até há pouco tempo processos inflacionários relativamente graves, como no caso da Itália.

A disparidade do actual processo inclui também uma gigantesca redistribuição de recursos, que se deslocam do Sul para o Norte do planeta. As

perdas experimentais pelas exportações primárias dos países subdesenvolvidos equivalem a uma poupança de igual valor a favor dos consumidores, ou seja, das nações industrializadas. Só no caso do petróleo calcula-se que, se o preço do barril de *crude* se mantiver próximo dos 15 dólares, o lucro dos países industrializados no período 1986/87 será de cerca de 60 mil milhões de dólares. A volumosa transferência de recursos para o Norte poderia significar alguma compensação se a sua maior capacidade aquisitiva se traduzisse na compra de matérias-primas ou em investimentos no Sul. Mas não é isso que vem acontecendo, como fica claro pela redução dos preços dos produtos primários. Quanto aos investimentos, nota-se uma tendência para dirigi-los para as áreas industrializadas, particularmente no caso dos Estados Unidos, reduzindo-os no Terceiro Mundo. De acordo com estatísticas do Departamento de Comércio norte-americano, a participação dos Estados Unidos no total dos investimentos directos em países capitalistas industrializados passou de 48,3% em 1950 para 68,7% em 1970 e atingiu 75% em 1984. Nos países subdesenvolvidos, os investimentos norte-americanos equivaliam, em 1950, aos industrializados: 48,7%. Em 1970 tinham caído para 25,4% e chegaram a 22,5% em 1983. Outra conclusão a que se chega observando a relação entre os preços dos produtos primários e dos manufacturados é a acentuação da deterioração dos termos de troca. A perda sofrida nos últimos anos pelos países subdesenvolvidos, produtores e exportadores de matérias-primas e ao mesmo tempo importadores de bens industrializados, é parte de um processo crónico. Como os países subdesenvolvidos têm uma receita proveniente do comércio internacional muito inferior à dos industrializados, verifica-se um verdadeiro estrangulamento económico. No caso da América Latina, que é a região mais endividada, essa evolução é impressionante.

De acordo com os dados do Sistema Económico Latino-Americano (SELA), entre 1975 e 1981 os empréstimos bancários para a região aumentaram numa proporção anual de 24,7%. Em 1982, porém, caíram para 6,1% e nos dois anos seguintes 3,1% e para menos de 0,3% respectivamente, calculando-se que mais tarde tenham ocorrido novas reduções. A anulação do crédito e o pagamento da dívida transformou a América Latina em literal exportadora de recursos para o exterior. Nesse contexto, as exportações líquidas de capital (ou seja, a diferença entre receitas e despesas) atingiram 18.400 milhões de dólares em 1982, 30.100 milhões em 1983 e 27 mil milhões em 1984.

Enquanto isto acontece, verifica-se a nível político uma diminuição das contribuições para a cooperação multilateral e uma posição contrária ao diálogo Norte-Sul por parte daqueles que têm a capacidade de decidir o êxito ou o fracasso dele, estando em primeiríssimo lugar nessa lista o presidente norte-americano Ronald Reagan. Se até há alguns anos se alimentava a esperança de uma reunião entre o Norte e o Sul, hoje em dia já não existe qualquer ilusão quanto a isso.

Que conclusões deveriam tirar desta situação adversa os países subdesenvolvidos? A mesma que se repete em todos os círculos progressistas do Terceiro Mundo: que a única saída possível para as Nações do Sul consiste na integração das suas economias, incluindo, é claro, o intercâmbio industrial.

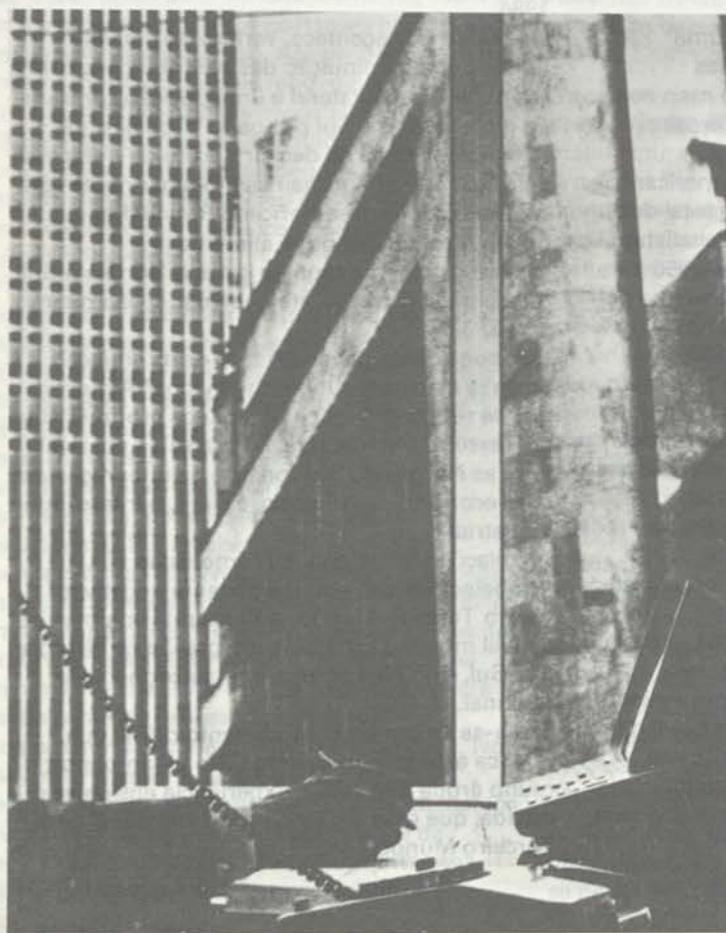
As relações Norte-Sul, tal como estão estabelecidas, são estruturalmente negativas para o Terceiro Mundo. A única reforma possível a nível mundial seria uma integração na direcção Sul-Sul, cujo eixo se encontre na cooperação regional.

Trata-se de um empreendimento difícil, que implica esforços e sacrifícios. No entanto, por muito árdua que seja, a experiência ensina, sem dúvida, que esse é o único caminho viável para o Terceiro Mundo. ●

Matéria
de
capa

AS "MEGA EMPRESAS" E O TERCEIRO MUNDO

*Pesquisa: Maluza Stein
Texto: Ana Pessoa*



A uma média de 11 fusões por dia em 1985, o processo de concentração de transnacionais alcançou características inéditas na história do capitalismo, com sérias consequências para os países da Ásia, África e América Latina

Só no ano passado três mil empresas fundiram-se nos Estados Unidos, acentuando o fenómeno de tendência para o gigantismo, o qual adquiriu um ritmo frenético. Em doze meses, a uma média de 11 fusões por dia, investidores norte-americanos movimentaram cerca de 200 mil milhões de dólares numa busca titânica para ficarem mais fortes e sobreviverem ao *darwinismo* económico impulsionado pelo presidente Ronald Reagan. Quase todo este dinheiro veio de empréstimos feitos por bancos que, para obterem recursos, recorreram à comercialização de papéis e títulos. Criou-se uma pirâmide especulativa onde *dever* passou a ser um estranho sinal de saúde financeira. Muitos participantes nesta corrida pelo poder têm-se vindo a deslocar para a indústria electrónica, tida actualmente em Wall Street como a grande esperança do capitalismo.

O boom das fusões cresceu tanto e tão rapidamente que até os seus arautos estão agora preocupados e pedem calma. Nos Estados Unidos a velha máxima de "dinheiro compra dinheiro" foi substituída por "dívida compra dívida". A maior parte das transacções que possibilitou essas fusões foi feita através de títulos chamados *junk bonds* que, em tradução literal, significa "papéis de lixo".

A especulação tornou-se regra, mas o preço pode ser alto e tudo pode desmoronar como um castelo de cartas.

A escalada concentracionista

Esta espécie de furacão que atingiu a economia dos Estados Unidos tem contribuído para transformar aceleradamente o seu desenvolvimento industrial e o perfil dos ramos de produção considerados estratégicos.

Companhias transnacionais que já tinham um poder gigantesco fundiram-se com outras do mesmo ramo ou ampliaram o seu espectro de actividade envolvendo nessas operações cifras equivalentes ao PIB de vários pequenos países do Terceiro Mundo.

Em 1985, empresas gigantescas foram compradas, em todo ou em parte, a uma média de 11 por dia, perfazendo um total de três mil fusões ou associações, cujo valor estimado para o total das operações realizadas no mercado norte-americano supera o montante, por exemplo, das dívidas externas do Brasil e da Argentina juntas (ver-caixa). Entre 1969 e 1980, apenas 12 transacções avaliadas em mais de



A electrónica está no centro de todas as grandes fusões

mil milhões de dólares foram realizadas entre empresas norte-americanas. Em 1985, esse processo chegou ao paroxismo e o valor médio das fusões negociadas ficou em torno de três mil milhões de dólares.

Estas combinações de capital que expressam o aumento inusitado da concentração das transnacionais "têm causado um impacto tão profundo na economia norte-americana como o advento do caminho-de-ferro, do avião e do telefone", na expressão do deputado Timothy Wirth. Porta-vozes de uma das principais empresas do mercado financeiro dos Estados Unidos, a Lazard Frères, asseguram nunca ter visto processo semelhante nos seus 35 anos na capital da primeira potência capitalista mundial.

Das comunicações aos mísseis

Um facto marcante do actual processo de concentração é o deslocamento da área de interesse das corporações. Em períodos anteriores, as fusões concentravam-se principalmente no ramo do petróleo e

noutros recursos naturais. A partir dos primeiros anos da década de 80, e com maior intensidade desde 1985, o movimento dirige-se às áreas consideradas estratégicas para a superação da crise do sistema. Elas vão desde as comunicações, no seu sentido mais amplo, até à indústria bélica e aeroespacial (construção de mísseis e satélites, manutenção e serviços), passando pela produção de alimentos e energia nuclear. Todos estes sectores de tecnologia de ponta requerem altíssimos investimentos, os quais geralmente só podem ser conseguidos mediante a combinação de capitais (fusões) e com a ajuda do Estado.

O alcance deste processo – cuja importância alguns comparam à descoberta da roda – ainda não pode ser vislumbrado na sua totalidade, mas é inquestionável que, no centro desta revolução está a electrónica, a qual está a mudar todas as esferas produtivas e formas de consumo.

Uma tendência histórica

Na história do desenvolvimento capitalista sempre houve um sector industrial puxando os investimentos e liderando o modo de produção e a dinâmica do comércio. É o chamado *motor de acumulação*. Na primeira revolução industrial esse motor foi a indústria têxtil. Depois foi a época da revolução nos transportes e comunicações, com a indústria ligada ao petróleo e ao aço no primeiro plano dos investimentos e lucros.

A implantação da produção em série, instituída por Henry Ford na década de 20, com os automóveis *Ford-T* (ou Ford bigode), revolucionou os métodos de produção industrial e deu início à indústria auto-

móvel. E em pouco tempo transformou-se em motor da acumulação nos países ricos até meados da década de 60.

Nessa etapa houve também um grupo de empresas mais dinâmicas que acabou por absorver as mais frágeis. Em 1901, por exemplo, uma série de fusões terminou com a competição na indústria norte-americana do aço. Numa só acção, definida na época pelos seus autores como uma “combinação de combinações”, mais de 65% da capacidade de produção de aço do país passou a estar concentrada numa única empresa. O argumento dos defensores da concentração era que uma companhia gigantesca permitiria uma produção mais eficiente, maiores avanços tecnológicos e menores custos. Na altura, a fusão não foi aprovada em vários comités do Congresso, que se opuseram a esses argumentos afirmando que, em vez das razões alegadas, o que estava em discussão de facto era a intenção de monopolizar a produção de aço e acabar com a competição.

Concentração semelhante ocorreu também na indústria automobilística. No começo do século, havia nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha cerca de cem grandes empresas. Hoje, a indústria automóvel não possui mais do que dez fábricas importantes no mundo.

Mais, essas grandes empresas têm vindo a diversificar a sua produção e a investir nos sectores de ponta. A *General Motors*, por exemplo, ganhou recentemente da *Boeing* e da *Ford*, pagando cinco mil milhões de dólares pelo controlo accionário da empresa aeronáutica *Mil Hughes Aircraft* (a sétima maior fornecedora do Pentágono e uma das mais importantes do mundo na área da construção de sa-

1985: recorde de fusões

Segundo pesquisa publicada pelo *Financial Times*, o valor das fusões e aquisições nos EUA – com a transferência do controlo accionário de um grande número de indústrias – atingiu,

em 1985, o índice recorde registado em 1973. As aquisições no ano passado somaram 179.600 milhões de dólares, um aumento de 47% em relação a 1984.

Houve um número recorde de 36 megafusões, que superou mil milhões de dólares. A maior aquisição de uma companhia não-petrolífera da história do país foi a compra da *RCA* pela *General Electric* por 6.280 milhões. A maior operação de *buy-out* (compra de acções pela própria empresa) foi realizada pela *Cia. Beatrice*, do ramo de alimentos, por 5.360 milhões de dólares.



télices, além de produzir mísseis, helicópteros e computadores). Em 1984, a GM já havia adquirido a *Electronic Data Systems*, a primeira empresa processadora de dados no mercado internacional.

Estes exemplos mostram como a concentração é uma tendência permanente no processo de desenvolvimento capitalista. Tendo nascido da livre competição, o capitalismo conduz ao monopólio, que é exactamente o oposto da livre-concorrência.

De acordo com Irving Kristol, teórico da Nova Direita dos Estados Unidos, os fundadores da nação norte-americana e o próprio Adam Smith ficariam perplexos se vissem o actual tipo de capitalismo. Kristol, um dos nomes mais respeitados entre os jornalistas dos *mass media* do Norte industrializado, afirma que o capitalismo tal como Jefferson, Hamilton e outros grandes líderes dos primeiros tempos da nação norte-americana o entenderam era um assunto individual ou, no máximo, familiar. "A grande corporação dos nossos dias deixá-los-ia perplexos e perturbados", afirma. "Eles colocariam certamente as mesmas perguntas que fazemos hoje: quem possui este novo Leviatã? Quem o governa, com que direito e de acordo com que princípios?"

Controlar preços e eliminar competidores

De acordo com Mario Burkún, doutorado pela Universidade de Paris em Economia Internacional e professor de Economia na Universidade de Buenos Aires, as constantes falências de empresas e a reorganização do tecido industrial, comercial e financeiro norte-americano durante a década de 70 permitiu a concretização da tendência do capital a fundir-se, centralizar-se e concentrar-se, como se observa actualmente. Ele destaca que o número anual de fusões diminuiu durante a década de 70. Em 1969, por exemplo, houve 6 mil fusões, enquanto que em 1980 a cifra foi de apenas 2 mil. No entanto, embora o número de operações tenha caído, elas passaram a envolver quantias cada vez maiores. Em 1975, o nú-

mero de operações envolvendo cifras superiores a 100 milhões de dólares foi de 14, passando a 94 em 1980. A partir daí as fusões voltaram a crescer tanto em número como em valor.

Paralelamente à concentração ocorre a diversificação dos negócios. Com o crescimento dos monopólios e oligopólios internacionais, aumenta enormemente a sua capacidade para controlar preços e eliminar competidores. Para isso, torna-se fundamental a prática do *cross subsidisation* (subsídio cruzado), pelo qual uma firma utiliza os lucros obtidos com um produto para financiar o desenvolvimento de outro menos lucrativo. Os sectores estratégicos ou de ponta são os que exigem investimentos mais



O objectivo das grandes fusões é o controlo da automatização industrial

pesados e, por serem de maturação lenta, geralmente aumentam o endividamento da empresa. A actuação concomitante num negócio mais tranquilo e de rentabilidade garantida a curto prazo é, portanto, essencial para o desenvolvimento de novos produtos. Daí a tendência à diversificação e a explicação porque é que as fábricas de automóveis, por exemplo, investem nos sectores de alimentos, têxteis e outros: para assegurar lucros que lhes permitam entrar também na área da tecnologia de ponta e manterem-se competitivas.

Paralelamente à diversificação, observa-se mais acentuadamente uma tendência para a intensificação

da internacionalização de capitais pela via da associação ou da compra directa. Assim, por exemplo, na área das comunicações, o grupo alemão ocidental *Siemens AG* consorciou-se com a *CTE Corp.*, grupo de telecomunicações dos EUA, para desenvolver, produzir e comercializar equipamentos digitais de telecomunicações no mercado norte-americano. Preocupada, porém, com a investida dos norte-americanos para ingressar no mercado francês, em Janeiro deste ano, a mesma *Siemens* declarou estar desejava de "cooperar" com a *Générale de Constructions Téléphoniques* (CGCT), o segundo maior fornecedor da França de equipamentos telefónicos.

No sector da automatização, a *Digital Equipment Corp.* (DEC), dos EUA, o segundo maior produtor de computadores do mundo, estava a negociar, em Dezembro de 1984, a formação de uma *joint-venture*

na área de automatização fabril como a *Comau*, subsidiária da transnacional italiana *Fiat*. Por sua vez, o governo francês passou a estudar uma alternativa europeia à aliança proposta entre a *Compagnie Générale d'Electricité* (CGE) e a *American Telegraph and Telephone* (AT&T), dos EUA, para suprir o sector de telecomunicações do país, com um segundo fornecedor estatal de aparelhos de telefone.

Nos EUA, segundo informação da AP/Dow Jones¹, a proposta fusão da *Sprint*, unidade de telefonia a longa distância, da *CTE Corp* e da *United Telecommunications Inc.*, reflecte as dificuldades de tentar competir num mercado dominado pela *AT&T*.

A aliança entre a *Sprint* e a *Telecom* foi a terceira megafusão anunciada na indústria de telecomunicações, que alcançou um total de 45 mil milhões de dólares no ano passado.

O alquimista dos grandes negócios

□ O austríaco Felix Rohatyn, de 58 anos, é tido em Wall Street como uma espécie de mago das milionárias fusões de grandes conglomerados transnacionais. Foi ele quem organizou a compra da *RCA* pela *GE*, da *Electronic Data* pela *General Motors*, e da *Hartford Insurance* pela *ITT*. Rohatyn trabalha com fusões desde 1968, na qualidade de um dos sócios do banco *Lazard Frères*, de Nova Iorque.

É graças ao seu íntimo conhecimento da maior parte dos processos de incorporação que conduziram à formação das chamadas megaempresas transnacionais que Rohatyn adverte sobre a instabilidade da maior parte dos negócios fechados nos últimos meses. Numa entrevista ao semanário *Time*, Rohatyn afirma que o processo "abala a confiança nas instituições financeiras norte-americanas", dado o gigantismo da dívida de mil e quatrocentos milhões de dólares acumulada pelas empresas nesta vertiginosa corrida pelo crescimento.

Muitas das fusões estão a ser feitas através dos

junk bonds que estão a inundar o mercado financeiro de Wall Street, e que, segundo Rohatyn, "talvez nunca venham a ser pagos". Trata-se basicamente de papéis especulativos, e alguns especulistas, como o "alquimista das fusões", pedem agora que o mercado seja posto em ordem para evitar o caos.

Rohatyn foi enfático ao afirmar, perante uma comissão do Congresso dos Estados Unidos, que "as instituições financeiras norte-americanas, supostamente encarregadas de zelar pelos interesses e economias dos seus clientes, estão a transformar-se em casinos onde as apostas são feitas em *junk bonds*". Entre as medidas propostas por ele, está a exigência de que as empresas não possam pedir empréstimos indiscriminadamente para comprar outras empresas.

Em 1985, a produção mundial de automóveis chegou a 31,8 milhões de unidades, em comparação com os 30,6 milhões registados em 1984. Segundo AP/Dow Jones, as vendas mundiais situaram-se bastante abaixo do volume produzido, não indo além de 29 milhões de unidades. Em 1984, a *General Motors* chegou a ter um *stock* de um milhão de carros, volume superior até ao registado em 1979 quando a crise do Irão fez baixar bruscamente as vendas de veículos em todo mundo.

No sector de equipamentos, a Otis Elevator, divisão da United Technologies dos EUA, anunciou uma proposta de compra de todas as acções emitidas pela Saxby SA, fabricante francês de empilhadoras mecânicas.

Em Janeiro de 86, o grupo estatal Bull, do sector de equipamentos de computação da França, revelou que se associará à Ing. C. Olivetti & Co., da Itália, para projectar e produzir equipamentos automáticos para bancos e terminais para obtenção de informações de contas.

Os exemplos multiplicam-se e incluem-se sectores de ponta assim como ramos tradicionais como cigarros, bebidas, brinquedos, além da indústria siderúrgica e química (sendo que estas duas últimas têm também sectores considerados estratégicos).

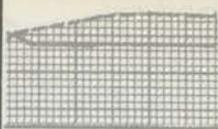
"Os europeus - escreve o *Le Monde* - observam temerosos como o demónio do gigantismo se aposou do mercado financeiro norte-americano". Mas se o processo começou e continua com maior intensidade nos Estados Unidos e nos países ricos, rapidamente se alastrou inclusive pelo Terceiro Mundo onde, também com frequência cada vez maior, se vêm verificando movimentos intensos de associações de capital e fortalecimento de conglomerados, geralmente liderados por empresas estrangeiras.

A corrida às fusões tem origem no facto de que nenhum grupo empresarial privado ou estatal quer ficar para trás no que diz respeito às novas normas da concorrência capitalista, segundo as quais só os mais fortes sobrevivem. Por isso se diz que Reagan, entre outras coisas, deu início também à era do "darwinismo económico".

No centro da actual reconversão do sistema ca-



As fábricas de automóveis expandiram as suas actividades para outros sectores, na busca de lucros fáceis



pitalista, que está a passar pela sua terceira revolução industrial, está, como já vimos, a electrónica, cuja expressão mais sofisticada é o programa *Guerra das Estrelas* e todas as pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos a ele associados e derivados.

Nenhuma revolução, porém, se faz pacificamente. E a actual reviravolta ocorre, desde os anos 70, no meio de um constante movimento

de falências e reorganização de capitais e mercados. Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Japão já controlam a produção de bens estratégicos indispensáveis a essa corrida pela tecnologia de ponta, mas são os grupos de poder norte-americanos que traçam as linhas gerais do processo de um novo padrão de acumulação para o sistema capitalista.

Esta liderança norte-americana, que foi amplamente criticada nos anos 70, foi reassumida com grande agressividade a partir de 1981, quando Ronald Reagan assumiu a presidência dos EUA. Com ele chegou à Casa Branca uma equipa de intelectuais e políticos auto-intitulados neoconservadores. Ao contrário dos governos anteriores, que analisavam a crise económica e política do sistema e a consequente quebra da hegemonia norte-americana como fruto das "condições objectivas" que levaram ao estrangulamento do lucro e à perda do dinamismo do comércio internacional, Reagan e a sua equipa interpretaram a actual crise como fruto da debilidade das administrações anteriores em manejar a política e a economia internacionais.

A actual situação foi vista pelos republicanos como a primeira crise geral do capitalismo produzida num momento em que a correlação mundial de for-

ças entre socialismo e capitalismo, entre revolução e contra-revolução, tinha-se modificado num sentido desfavorável ao capitalismo. Daí que a resposta política, militar, económica e social tivesse que ser também de uma enorme agressividade.

Consolidou-se, então, uma aliança fundamental entre o Estado norte-americano e o capital bancário e industrial transnacional estreitamente ligado à corrida armamentista.



Na relação, de alguma forma contraditória, entre esse Estado e esses capitais mencionados, deve-se buscar a chave para compreender as linhas políticas e económicas do actual reordenamento do capitalismo mundial. E na corrida armamentista está a origem de mais de 90% das mudanças tecnológicas introduzidas na produção de bens e serviços.

22 — terceiro mundo



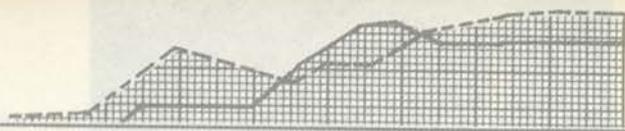
Na corrida armamentista está a origem de mais de 90% das mudanças tecnológicas na produção de bens e serviços

Segundo o economista belga Ernest Mandel, “vivemos numa *guerra fria* permanente, caracterizada pela contínua busca de inovações técnicas no campo das armas, onde um factor novo, uma fonte extra-económica (a produção de armas) alimenta as constantes transformações da técnica produtiva”. Mantendo “esgotado” a maior parte das suas fronteiras naturais e terrenas de expansão², o sistema capitalista passou a ver no espaço uma possibilidade infinita de dinamização dos negócios ligados às novas tecnologias de ponta. A justificação é a “defesa”. Daí a necessidade de exagerar os poderes do inimigo e, antes de mais nada, manter sempre presente a ideia do perigo externo”.

A “guerra fria”

No plano político e internacional, os Estados Unidos voltaram a impor a tese da confrontação Leste-Oeste em lugar da *détente* defendida por Nixon e Carter. No plano económico, a segurança nacional do Estado norte-americano passou a justificar o incremento dos gastos militares, que actualmente superam os 300 mil milhões de dólares anuais.

FE 01 - 0111 - 0011



Já em 1973-74, durante o governo Nixon, as autoridades norte-americanas tinham utilizado o défice fiscal³ como motor da expansão económica. Contavam para isso com a abundância de petrodólares nos grandes bancos internacionais. E a Tesouraria dos Estados Unidos garantiu confidencialmente aos governos da Arábia Saudita, Kuwait e de outros países árabes, isenções tributárias, ofertas de títulos do Tesouro e outros benefícios atraentes. Desta maneira, o governo podia "aquecer" a economia sem ter que recorrer — como Reagan teve que fazer — ao aumento das taxas internas de juro.

Na década de 80, as condições internacionais são diferentes e muito piores. A saída encontrada por Reagan para enfrentar a quebra do poder económico dos EUA foi, por um lado, limitar os gastos sociais e, por outro, cortar impostos para incentivar as grandes corporações a fazerem investimentos milionários, principalmente nas áreas consideradas estratégicas pelo governo.

Ao mesmo tempo, foi adoptado o princípio de elevar as taxas internas de juro para atrair capitais do mundo inteiro. O governo, necessitando de financiamentos, vai ao mercado para colocar os seus títulos e oferece bons rendimentos, competitivos com os das instituições privadas. Aumenta assim a dívida interna e externa a níveis nunca antes observados. E tudo isto para financiar a produção de novos sistemas bélicos que, ao mesmo tempo que "protegem o sistema contra o inimigo", propiciam um novo campo de negócios para as grandes cor-



Richard Nixon



Jimmy Carter

porações. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos destinou mais de mil milhões de dólares nos últimos dez anos para o desenvolvimento de armas mortíferas cada vez mais modernas.

Esse dinheiro foi usado pelas empresas como ponto de partida para um novo processo de concentração. Só quantias milionárias poderiam financiar num curto espaço de tempo a pesquisa e o desenvolvimento de inovações tecnológicas capazes de tornar outra vez o capitalismo norte-americano altamente competitivo.

A arma do dólar

Mas não se empurra uma política deste tipo sem gerar contradições. Os Estados Unidos são hoje um

país devedor (150 mil milhões de dólares de défice comercial, 200 mil milhões de défice fiscal e 1.800 milhões de endividamento empresarial interno, em 1985), que manipula o dólar para servir os seus interesses nacionais e privados. Nestas condições, dificilmente pode continuar a impor regras ao resto do mundo.

O calcanhar de Aquiles dos Estados

Unidos é, precisamente, a natureza especulativa do seu modelo económico. Nas relações internacionais, Washington tem que usar cada vez mais da força para impor os seus critérios. E isto é válido tanto em relação ao Terceiro Mundo (temos exemplos recentes como a agressão à Líbia, ou o apoio aberto aos "contras" da Nicarágua e Angola, sem falar nos modelos económicos



Os big shots da RCA e da GE realizam outro negócio

Concentração também na publicidade

□ A sétima maior agência de publicidade do mundo, a *BBDO International Inc.*, a 13ª *Doyle Dane Bernbach Group (DDB)*, e a 19ª, *Needham Harper Worldwide*, fundiram-se a 27 de Abril deste ano e saltaram para o primeiro lugar do ranking mundial. As três são norte-americanas: a primeira de Nova Iorque, a segunda de Chicago e a terceira de Detroit.

A fusão das três empresas resultou numa superagência com um total de contas de cinco mil milhões de dólares por ano. A *BBDO*, que

ficará com 65% das acções e com a direcção da nova empresa traz, além de uma fatia das contas da *Chrysler*, as contas da *General Electric*, *Gillette*, *National Distillers*, *Lever Brothers* e da *Pepsi-Cola*, cuja campanha ganhou todos os grandes prémios no ano passado.

São da *DDB* as contas da *IBM*, da *Nabisco*, da *Clairol* e da *Seagram*, além da *Volkswagen*. A *DDB* detém 24% da nova empresa.

A *Needham Harper*, à qual caberá a fatia minoritária de 11%, contribui com as contas da *Frigidaire*, da *Anheuser-Bush* (cervejaria), da *Amtrak*, a empresa de caminhos de ferro estatal dos EUA especializada em transporte de passageiros, e da *General Mills*.

A criação da maior agência de publicidade do planeta, através da fusão, parece confirmar também a tendência à concentração dos negócios nesse sector.

“Os serviços oferecidos pelas agências publicitárias adquiriram enorme status nos últimos anos, porque a publicidade assumiu a responsabilidade de criar diferenças perceptíveis em produtos que, por causa dos avanços tecnológicos, frequentemente não as têm”, afirmou Philip H. Dougherty, do *New York Times*.

Alguns analistas desta indústria de serviços acreditam que a consolidação do sector continuará e, em poucos anos, haverá apenas um punhado de agências gigantes actuando em escala global, e uma infinidade de pequenas empresas, que atenderão aos mercados local e regional.

AS DEZ MAIORES AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE DO MUNDO EM 1985, DE ACORDO COM SUAS RECEITAS

Agência	Receita Em milhões de dólares	Facturamento
1 - Young & Rubican	536.0	3.580
2 - Ogilvy Group	481.1	3.320
3 - Dentsu Inc.	473.1	3.620
4 - Ted Bates Worldwide	466.0	3.110
5 - J. Walter Thompson Company	450.9	3.010
6 - Saatchi & Saatchi Compton Worldwide	440.9	3.030
7 - BBDO International	377.0	2.520
8 - McCann Erickson Worldwide	345.2	2.300
9 - D'Arcy Masius Benton & Bowles	319.5	2.180
10 - Foote, Cane & Belding Communications	284.5	1.900

Fonte: Advertising Age

recessivos impostos pelo FMI) como aos próprios aliados.

Ao mesmo tempo em que se endivida (só o Japão possui cerca de 100 mil milhões de dólares em bônus do Tesouro dos EUA) o Estado norte-americano vai desfazendo a legislação restritiva à expansão dos monopólios, aumentando as despesas militares e retirando cada dia mais benefícios das camadas mais pobres da população dos Estados Unidos. Essa "nova ordem" faz com que só os mais fortes sobrevivam e fique bastante pouco da democracia liberal que caracterizou o país. Resta tão pouco que até mesmo os "país do sistema" ficariam perturbados, como diz Kristol.

O fim do liberalismo

Dentro dos Estados Unidos não passam despercebidos os resultados deste desfazamento entre uma retórica de defesa da democracia e uma prática que a contradiz, particularmente no que diz respeito aos direitos sociais. Além do facto de que, quando o capitalismo estava na fase da livre concorrência, 70% dos norte-americanos trabalhavam por conta própria, e nesta etapa monopólica só o fazem 7%, tem aumentado no país a pobreza absoluta, o desemprego — particularmente entre a população jovem —, e o desamparo à velhice. Todos estes factores dão actualmente aos Estados Unidos certas características de país subdesenvolvido, como assinala um dos conselheiros do Citibank. Hoje já são os próprios políticos norte-americanos que admitem sem rodeios que o futuro da democracia liberal está intimamente ligado e comprometido com o crescimento e expansão das empresas transnacionais.

Se estes são os reflexos internos do novo modelo, quais não serão as suas consequências no Terceiro Mundo? Estrangulado nas suas possibilidades de desenvolvimento autónomo pela sua dependência — financeira, comercial e tecnológica — do Norte industrializado, o Terceiro Mundo constata que, num mundo dominado pelo capitalismo monopólico, cujo centro de decisão se concentra nas mãos de poucos banqueiros e magnatas das indústrias e serviços de ponta, torna-se muito difícil desenvolver regimes democráticos e exercer com dignidade a soberania nacional.

Mas também há diferenças dentro do Terceiro Mundo. As consequências são mais dramáticas nos



A "guerra das estrelas" pode acabar com o sonho da democracia liberal nos Estados Unidos

países mais pobres. Assim como a competição capitalista favorece as empresas mais poderosas, nas relações internacionais as nações com menor desenvolvimento e menor capacidade para investir em novas tecnologias vão perdendo competitividade no plano económico e, conseqüentemente, perdem também autonomia nas negociações políticas com os países industrializados.

Esta situação torna-se mais crítica se levarmos em conta o problema da dívida externa, que provoca uma evasão permanente de capitais via pagamento de juros extorsivos, e a contínua queda do preço internacional das matérias-primas imposta pelos mesmos poderosos interesses que também controlam os outros sectores da economia mundial.

Unilever: o novo gigante mexicano

□ O Terceiro Mundo não escapou à nova onda de concentrações de empresas, cujo epicentro se encontra nos EUA. Um exemplo ilustrativo é a operação que possibilitou a entrada oficial no México da transnacional anglo-holandesa *Unilever*, a maior agro-indústria do mundo. A companhia chegou a um acordo para adquirir todas as acções da próspera subsidiária mexicana da também poderosa *Anderson Clayton Corp. (ACC)* dos EUA.

O fecho da operação tem lugar em princípios deste ano. A *Anderson Clayton* é a transnacional com maior presença no sector alimentício do México — onde chegou há meio século e comprou 61% das acções de um conglomerado industrial —, hoje com 26 fábricas em todo o país. Deste total, 14 são empresas fabricantes de rações balanceadas para animais e as restantes produzem farinhas de cereais e leguminosas, azeites, margarinas e manteigas vegetais, bombons e rebaçados.

Entre as 500 empresas que mais vendem no México, a ACC só foi superada pela Nestlé. A *Unilever*, por sua vez, é a número 18 entre as 50 que mais vendem no mundo, de acordo com dados da *Fortune* de 1984. Nessa mesma lista, a Nestlé ocupou o 49º lugar.

A entrada da transnacional anglo-holandesa no mercado mexicano implicará fortes mexidas num campo tradicionalmente dominado pelos consórcios norte-americanos.

Das 130 empresas transnacionais que operam no sector agro-industrial mexicano, 104 são de origem norte-americana e as restantes são subsidiárias suíças, italianas, japonesas e francesas. Elas controlam 100% da produção de alimentos infantis, 95% da indústria avícola, 93% dos laticínios e cafés solúveis, 76% dos derivados de milho, 70% das farinhas lácteas e leguminosas, 60% dos alimentos transformados e 30% das conservas de frutas e hortaliças.

E o Terceiro Mundo, que fornece os recursos humanos e materiais para a reformulação do sistema capitalista, acaba por perder desta forma toda qualquer possibilidade de atingir o seu próprio desenvolvimento e concretizar as aspirações das suas grandes maiorias.

Frente à concentração cada vez maior do poder económico transnacional, os países subdesenvolvidos chegam à conclusão de que não lhes resta outra alternativa que não seja a integração Sul-Sul e uma acção conjugada do Terceiro Mundo nas grandes questões de política internacional. A expressão política mais coerente e ampla dos países emergentes, Movimento dos Países Não-Alinhados, já levanta há mais de uma década a reivindicação de lutar pela construção de uma Nova Ordem Económica Internacional, acompanhada de uma reestruturação do sistema informativo mundial que democratize o acesso aos meios de comunicação.

O que não é aceitável é que o Norte capitalista industrializado imponha uma negociação bilateral com cada um dos países do Terceiro Mundo, como se fosse possível uma negociação de igual para igual entre o Uganda, a Bolívia ou Bangladesh, para citar apenas alguns exemplos, e os Estados Unidos ou Mercado Comum Europeu. Isto sem falar naquilo que a administração Reagan tem demonstrado claramente, como nos casos recentes da Líbia e da Nicarágua, que está decidida a usar a força sempre que sob a sua óptica, considere que os seus interesses estão ameaçados.

1 A AP/Dow Jones é uma agência noticiosa fruto da união da AP com a Bolsa de Nova Iorque, dedicada às informações financeiras.

2 A exploração colonial pura e simples nos velhos moldes do século XIX tornou-se impraticável para os países imperialistas a partir dos anos 60. Por outro lado, não há mais nenhum "Oeste" brávio e indómito para conquistar. O comércio internacional, nos anos 80, caiu para níveis inferiores aos registados durante a crise de 1929. A expansão financeira propiciada pelos bancos transnacionais através da contratação de dívidas por parte dos países do Terceiro Mundo entrou também em crise aguda desde 1982. Ao mesmo tempo, indústrias de automóvel, de electrodomésticos e outras revelam uma grave estagnação (ver gráficos sobre a queda nas vendas de automóveis). Razão porque não têm condições para atrair grandes investimentos que redinamizem o processo de acumulação.

3 Chama-se "défice fiscal" à diferença entre o que o governo gasta e o que ele arrecada através dos impostos.

Os EUA investem na automatização

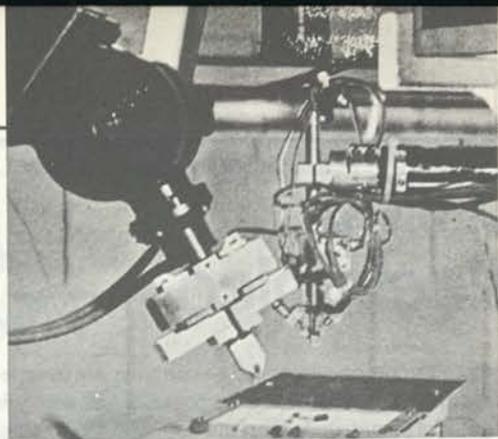
Na edição de 16 de Junho deste ano, a revista *Business Week* dedica a sua matéria de capa ao processo de automatização, a qual está a mudar o perfil industrial da sociedade norte-americana, e formula uma pergunta, que está por trás dos investimentos em larga escala destinados a esse fim: poderá a automatização salvar a indústria dos Estados Unidos?

A leitura dos artigos referentes ao assunto mostra que os grandes conglomerados têm tratado, através da automatização, de recuperar a sua anterior competitividade. A participação do sector manufactureiro norte-americano nas vendas mundiais tinha vindo a cair de forma "alarmante". No terreno da electrónica, por exemplo, apenas 10% do mercado mundial é actualmente abastecido por produtos dos Estados Unidos, o que significa um retrocesso de, pelo menos, um terço em relação à situação verificada em 1965. Na comercialização de automóveis, a participação norte-americana reduziu-se, nesse sector, a metade.

De acordo com diversos peritos, o problema está no imobilismo que se havia apossado do sector manufactureiro, numa época em que a renovação, com a introdução de novas tecnologias de ponta, se transformava na chave para manter a competitividade.

O processo de mudança teve início nos grandes conglomerados, os primeiros a sentirem o impacto da perda de espaços a nível internacional. Cerca de 30 a 40 companhias de grande porte, principalmente os gigantes das indústrias aeroespacial, automobilística, de computadores, equipamentos pesados, etc., deram o primeiro passo colocando-se na vanguarda desta verdadeira revolução tecnológica.

Nos últimos dez anos, conglomerados como a *Apple Computer*, *Boeing*, *General Dynamics*, *Hughes Aircraft* e *Rexnord* investiram cifras milionárias na automatização dos seus processos de produção. A *General Motors Corp.* investiu 40 mil milhões de dólares num projecto quase que de ficção científica, a *Buick City*, um complexo



Dan McCoy/Faltnow

industrial onde as linhas de montagem estão a poucos minutos de distância das fábricas que fornecem as peças.

O processo de automatização está a chegar agora às pequenas e médias indústrias, através do incentivo que estas recebem das grandes empresas para as quais trabalham com frequência.

Com a automatização, que implica a integração através de computadores das diferentes etapas de produção, as "novas" fábricas trabalham, literalmente, vinte e quatro horas por dia. Desta forma, é possível agora fazer com que um pedido que chegou numa segunda-feira de tarde esteja pronto para ser expedido na manhã de terça-feira; ou que uma nova peça, que é desenhada no visor do computador, seja analisada automaticamente, desenhada electronicamente e depois passe para um sistema de produção automatizado (e às vezes também robotizado) que a entrega acabada em poucas horas.

Com este tipo de tecnologia, "pertencem ao passado as manchas de óleo no chão das fábricas e as mãos calejadas e sempre sujas dos operários", como escreve o autor do artigo do *Business Week*.

Mas a automatização traz consigo outras necessidades, como complemento da decisão de integrar o processo e controlá-lo por computador. Produz-se uma mudança de fundo no perfil de cada empresa, que às vezes leva anos para a sua total adaptação às novas realidades.

"Nesse processo o problema mais sério a enfrentar é a resistência do ser humano às mudanças", lamenta-se um jovem universitário, especializado na automatização e robotização de empresas.

O filão electrónico

Segundo os europeus, a economia norte-americana parece ter sido possuída pelo demónio do gigantismo. Durante o ano de 1985, todos os meses trouxeram uma nova onda de falências e fusões, incorporações e outras associações, cada uma mais espectacular do que a outra. Dezembro não fez por menos: registou a maior operação jamais realizada nos Estados Unidos por companhias não-petrolíferas quando a *General Electric* (GE) comprou, por 6.280 milhões de dólares, a também gigantesca *RCA*.

A fusão dos activos dessas duas companhias, que figuram entre os maiores produtores de artigos de

consumo dos Estados Unidos e principais fornecedores do Pentágono, possibilitou a formação de um poderoso conglomerado, cujas vendas anuais poderão superar 40 mil milhões de dólares, ou seja, um montante equivalente ao imenso *superavit* comercial de um país como o Japão. Com a fusão, o consórcio *GE-RCA* passa a ocupar a sétima posição da lista da *Fortune 500* (apenas um pouco atrás da *IBM* e à frente da *Du Pont*) e certamente consolida a posição de líder dos Estados Unidos no mercado internacional em sectores como o das telecomunicações.

A *GE*, que já produzia desde lâmpadas e máquinas de lavar louça até motores a jacto, equipamentos médicos, componentes para mísseis e reactores atómicos, ganha agora também uma empresa de televisão (a *NBC*), a terceira maior e a mais popular dos EUA, além de ter adquirido, entre outros, o filão de ouro dos direitos autorais sobre as

A "Global Motors"

Lee Iacocca, actualmente apontado pelas pesquisas de opinião como favorito para disputar as eleições presidenciais de 1988 nos EUA, relata que, na época em que era o todo-poderoso presidente da *Ford Motors Co.*, ficou obcecado por uma ideia que chamou de "Global Motors". Conforme conta na sua "Autobiografia", publicada após a sua saída da *Ford*, tratava-se de "um plano de grande envergadura, não exactamente o tipo de projecto que se põe em prática da noite para o dia". O seu sonho era "formar um consórcio de empresas de automóveis na Europa, no Japão e nos Estados Unidos" porque "juntos criaríamos uma força considerável, que desafiaria a supremacia da *General Motors*".

Iacocca tinha em mente juntar numa mesma empresa a *Volkswagen*, a *Mitsubishi* e a *Crysler*, "embora o plano pudesse admitir também parceiros diferentes, como a *Fiat*, a *Renault*, a *Nissan* ou a *Honda*".

Ele conta que pediu ao seu amigo Billy Salomon, de *Salomon Brothers* - conglomerado de investimentos de Nova Iorque - para pesquisar



Lee Iacocca

as implicações de uma fusão de empresas desse tipo. "Durante esse processo" aprendeu muito, confessa, sobre os balancetes das empresas, advertindo que há "uma diferença

enorme entre aquilo que uma empresa parece ser no papel e o modo como ela realmente opera".

"De acordo com *Salomon Brothers*, o maior obstáculo à *Global Motors* eram as leis norte-americanas anti-trust". E lamenta: "Como cinco anos fazem diferença! Actualmente (1984), a *Casa Branca* começa a admitir um empreendimento corporativo entre a *General Motors* e a *Toyota*, as duas maiores empresas de automóveis do mundo. Em 1978, até mesmo uma fusão entre a *Crysler* (da qual actualmente ele é presidente, depois de tê-la salvo da falência) e a *American Motors* teria sido impossível". E conclui: "por aí se vê como o mundo muda".

reproduções das músicas de Elvis Presley (o maior êxito de vendas no mercado discográfico mundial).

Outros serviços

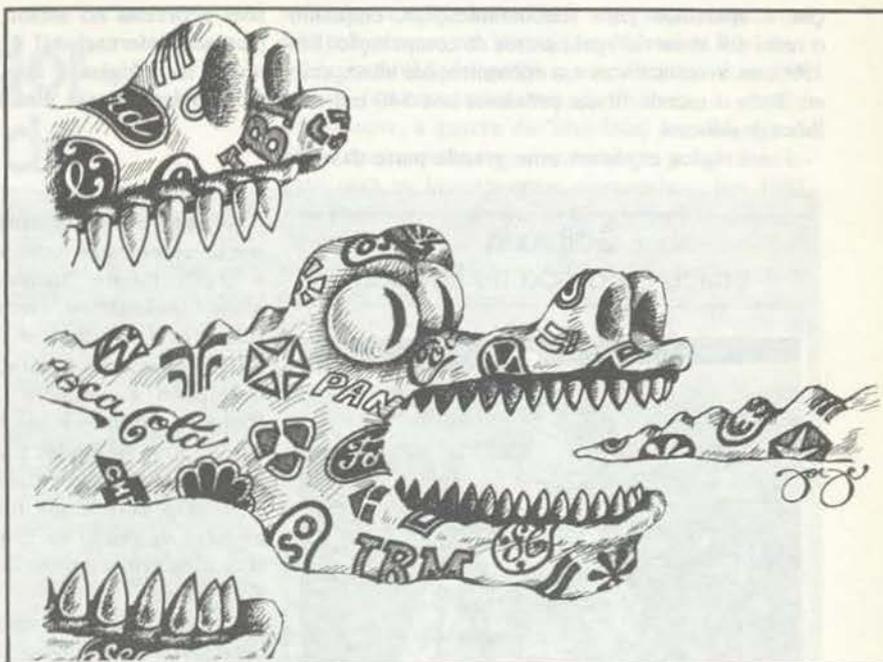
O *chairman* da GE, John Welch, de 50 anos, há 25 anos na companhia fundada por Thomas Edison em 1878 – que tomou o nome GE depois de se ter fundido com outras companhias em 1982 – declarou após a aquisição da RCA que “teremos capacidade tecnológica, recursos financeiros e liberdade de acção global que nos possibilitem competir com êxito

onde e contra quem quer que seja, e em qualquer mercado onde estejamos”. O director da GE, um homem informal que, segundo dizem, gosta de visitar, inesperadamente, os seus funcionários, vai agora administrar 330 mil empregados no mundo inteiro.

No passado, a GE foi multada em 800 mil dólares por ter fraudado a força aérea dos Estados Unidos, por causa da sua participação na “renovação” dos mísseis *Minuteman*, um episódio que o *chairman* Welch prefere esquecer, insistindo em afirmar que funcionários do baixo escalão e não altos executivos foram responsáveis pelo crime.

Do outro lado do Atlântico, as grandes empresas procuram igualmente fortalecer as suas posições no mercado para não perderem competitividade. Assim, além da megafusão da *Daimler-Benz* com a *AEG-Telefunken* alemã (esta última em situação de falência desde 1982) e centenas de outras na Alemanha Federal, Japão e França, o “matrimónio” das mais importantes empresas de telecomunicações da Itália – a *Telettra* da *Fiat* e *Italtel* (estatal) – realizado também em Dezembro, pretende dar a esse país o instrumento ideal que lhe permita ter um papel decisivo no cenário mundial de tecnologia de comunicações.

A *Italtel* pertence ao grupo *Stet* (que, por sua vez, faz parte do *holding* estatal Instituto de Reconstrução



Jorge Arbach

ção Industrial, ITI) que conduziu as negociações que culminaram numa aliança com a *Fiat*, anunciada em princípios de Novembro.

Ainda que não se tenha detalhes preciosos desta fusão, não é a primeira vez que os dois grupos italianos decidem colaborar entre si para levar avante projectos comuns no sector electrónico, cujos primeiros antecedentes remontam à década de 60. Da presente aliança surgirá uma sociedade mista, na qual a *Fiat* e a *Stet* participarão, cada uma, com 48% das acções, esperando-se a incorporação de um terceiro sócio, provavelmente um banco.

Para se ter uma ideia do volume de negócios de algumas das empresas mundiais de telecomunicações, basta citar alguns dados da *National Telecommunications Information Administration* dos EUA, segundo os quais o conjunto da indústria mundial de informação gerou, em 1984, vendas no valor de 450 mil milhões de dólares. Em 1990, segundo a mesma fonte, espera-se que esta cifra chegue aos 830 mil milhões (ou seja, o total da actual dívida externa do Terceiro Mundo).

Dos 450 mil milhões obtidos pelo sector no ano passado, 325 mil milhões foram investidos em servi-

terceiro mundo – 29

ços e aparelhos para telecomunicações, enquanto o resto foi absorvido pelo sector de computação. Em 1990, os investimentos em comunicações alcançarão em todo o mundo níveis próximos aos 540 mil milhões de dólares.

Estes dados explicam uma grande parte das fu-

sões ocorridas no sector, pois para se competir no mercado internacional é preciso estar adequado às novas tecnologias e isso, por razões financeiras e tecnológicas, quase nunca se consegue isoladamente.

M.S.

Galbraith critica a política de Reagan



Galbraith: apontando a contradição entre o discurso de Reagan e a realidade económica dos EUA

□ O renascimento da economia de mercado proposto pelo governo de Reagan constitui, de acordo com o economista John Galbraith, um dos principais elementos da "cultura do absurdo" que domina o actual debate nos Estados Unidos.

John Kenneth Galbraith, que serviu os governos dos presidentes Franklin D. Roosevelt e John F. Kennedy, afirma que a retórica de Reagan tenta encobrir uma situação quase oposta à que ele prega.

"Nunca na história o afastamento das leis do mercado foi tão maciço e tumultuoso como hoje" – disse, acrescentando que notícias sobre a concentração do capital das corporações, que abrem caminho para o domínio cada vez maior do mercado por monopólios e oligopólios, enchem as páginas económicas dos jornais e que há meses não se ouve falar das leis antitrusts que no passado eram tidas como a melhor defesa de um mercado competitivo.

A contradição demonstrada pelo economista norte-americano entre o discurso e a realidade é graficamente ilustrada pela trajetória de altos funcionários, como David Stockman, ex-diretor do Orçamento do governo Reagan.

Stockman, um automeado profeta do liberalismo económico, deixou o governo de Reagan, segundo Kenneth Galbraith, para cuidar da área de fusões e aquisições de um grande banco de investimentos de Nova Iorque.

É esta actividade que, estimulando o novo negócio de venda de informações privilegiadas, tem absorvido alguns dos melhores talentos de Wall Street.

Na eventualidade de que o mercado se revele excessivamente dispendioso para os novos monopólios e oligopólios que surgem, o governo de Ronald Reagan está sempre pronto a socorrê-los – afirma ainda Galbraith.

"Bancos e caixas de poupança têm sido resgatados numa escala que não era vista desde a Grande Depressão" – referiu-se, adiantando que, se uma corporação industrial ou financeira é suficientemente grande, como eram os bancos Penn Central e Continental Illinois, ou a Lockheed e a Chrysler, eles podem contar com o apoio oficial.

Kenneth Galbraith acrescentou que, quando o problema envolve países e não empresas, existe o resgate indirecto do Fundo Monetário Internacional.

O economista norte-americano, que proferia uma conferência de imprensa no National Press Club, em Washington, da qual extraímos parte das críticas que fez à política de Ronald Reagan, declarou que, na próxima vez em que se sentarem para escrever sobre o regresso à economia de mercado, os jornalistas "deverão sorrir com malícia à medida que as palavras emergirem da máquina: isso indicará que vocês não foram vítimas do absurdo desta suposição".

Um devedor privilegiado

O alto endividamento interno e externo dos EUA, a crescente dependência da sua economia em relação aos gastos militares e outros indicadores preocupantes têm levado muita gente a temer a repetição de um *crash* bancário, desta vez pior que em 1929.

O próprio presidente do Banco Central dos EUA (FED), Paul Volcker, assim como vários congressistas, têm advertido sobre os riscos da política económica que o governo Reagan adopta desde 1981. Segundo Dominik Barouch (*Le Monde*, 15.05.85), alguns pessimistas já sublinham que "a dívida externa norte-americana traduz o enfraquecimento da primeira potência económica do mundo e comparam mesmo a situação dos Estados Unidos com a do Brasil ou do México".

Mario Burkún, doutor em economia pela Universidade de Paris e professor da Universidade de Buenos Aires, diz não acreditar na possibilidade de catástrofes no sistema financeiro internacional. "Há toda uma rede de segurança institucional, gerada pela FED - explica - que se concretiza juntamente com a liberalização da legislação e a abertura de novos mercados financeiros, que fazem com que tais riscos fiquem neutralizados pelo menos a médio prazo".

O que Burkún sublinha é a possibilidade de aumentar o número de quebras empresariais, que, por sua vez, possibilitaria uma maior concentração: o movimento de falências e fusões activa muito a pressão sobre as reservas bancárias, porque aumenta a procura de dinheiro para o financiamento dessas operações. Desta forma, agudiza-se também a competição entre todos os sectores industriais e financeiros.

A segurança política e o valor da moeda

É sabido que, além da atracção representada pelos altos juros e outras condições do mercado financeiro norte-americano, "capitais do mundo inteiro são

aplicados nos EUA devido à segurança política que este país oferece aos investidores", lembra Burkún.

A instabilidade política em distintas zonas do mundo (os acontecimentos da Polónia, o conflito Irão-Iraque, a guerra das Malvinas) fez com que os EUA aparecessem como um espaço geográfico seguro para os investimentos estrangeiros. Em 1981, pela primeira vez depois de 30 anos, os investimentos externos directos do resto do mundo nesse país superaram os investimentos directos norte-americanos no exterior. Porém, na medida em que os Estados Unidos aparecem, a partir de 85, como um país de-



A dívida dos Estados Unidos pode ocasionar um *crash* da bolsa pior do que o de 1929.

vedor líquido e encontra maiores dificuldades para solucionar, pela via diplomática, situações explosivas em áreas internacionais estratégicas, muitos investidores estrangeiros começam a perguntar quando deverão iniciar o movimento de retirada dos seus capitais da área do dólar.

"O valor do dólar e dos juros está muito ligado à estabilidade política dos EUA e ao seu comporta-

mento em relação aos conflitos internacionais”, lembra Mario Burkún. “No entanto o investidor médio norte-americano tem outra visão desses problemas e conflitos. Para estes, a estabilidade significa que Reagan lhes demonstre que os Estados Unidos podem atacar a Líbia ou invadir Granada”.

Segundo o professor não se deve perder de vista, porém, que “os grandes investidores, isto é, os grandes bancos transnacionais, são os que organizam a racionalidade do sistema. Por isso mesmo, impedem que Reagan faça outras coisas mais graves como invadir a Líbia ou intervir directamente na Nicarágua”.

“Quando os EUA lançam a tentativa de intervenção militar no Mediterrâneo, sobe o ouro e o dólar entra numa situação instável. Logo diminui o nível

virtude do crescimento das suas exportações.

Segundo Burkún, o problema do desfasamento das taxas de produtividade poderá também afectar o valor do dólar. Ele assinala, contudo, que o processo de fusões e concentração está a processar-se para tentar ganhar eficiência em áreas como a robotização e a automatização, nas quais os EUA estavam muito atrasados em relação ao Japão (sobretudo pelo número de robots incorporados na produção).

A tentativa dos Estados Unidos de recuperar posições económicas perdidas intensificou-se a partir de 1984, quando “passaram a imprimir uma grande racionalidade ao seu aparelho produtivo, o que não foi difícil devido ao alto índice de desemprego”. De acordo com Burkún, as fusões e a consequente concentração conduzem, porém, a modificações nos in-

O colapso do *Home Savings Bank*, do estado de Nova Iorque, fez aumentar para 120 o número de falências de bancos assegurados pelo *Federal Deposit Insurance Corp (FDIC)* em 1985, um recorde desde a Grande Depressão. Fonte: *Financial Times*, 29 de Janeiro de 1986.



da pressão, o dólar volta a valorizar-se e, como as taxas de investimentos a longo prazo têm uma tendência para a alta, volta a confiança no mercado”, acrescenta.

A corrida pela eficiência

Os investidores poderão, no entanto, questionar o dólar como moeda de reserva internacional, como aconteceu quando a França e a Alemanha Ocidental começaram a discutir a possibilidade de que o ECU (padrão de moedas europeias) fosse a contrapartida do dólar. Os Estados Unidos pressionaram fortemente, assim como os grandes bancos comerciais, e, actualmente, a França já desistiu de criar um mecanismo desse tipo. A Alemanha, no entanto, continua a acreditar na possibilidade de fortalecer o marco em

vestimentos a longo prazo e acentuam o incremento da produtividade. Isto porque, ao ter uma moeda (o dólar) que não é competitiva a nível internacional, as empresas norte-americanas devem necessariamente procurar aumentar a sua produtividade para poder competir e impulsionar, por esse lado, as grandes produções”.

A importância do Pacífico

Segundo Mario Burkún, outros factos que estrategicamente dão muita força às corporações da Costa Oeste dos EUA são a abertura da área do Pacífico aos investimentos norte-americanos, a realização de negócios comuns com o Japão e a expectativa de que o mercado chinês se abra ao consumo de bens de capital norte-americanos.

Hegemonia financeira

“Ao mesmo tempo – acrescenta – Washington está recompondo aceleradamente a sua hegemonia no sistema, sobretudo através da actuação do seu mercado financeiro, que dá as cartas e impõe as práticas para uma verdadeira reviravolta na economia internacional a favor dos Estados Unidos.

“Somente uma crise muito profunda poderá questionar a hegemonia actual. Daí a necessidade dos grandes grupos bancários de apertar mas também afrouxar, nos momentos de refinanciamento das dívidas externas do Terceiro Mundo”, diz.

O Plano Baker, por exemplo, seria “um balão de ensaio” para aferir a reacção internacional. A novidade que o Plano oferece, assinala Burkún, “é o novo discurso do Banco Mundial, de ajuste estrutural (já não se fala mais de ajustes estabilizadores). O objectivo dos bancos é gerar um novo sistema de complementariedade industrial e financeira sob a hegemonia dos EUA, onde a liquidez surja da sucção dos dólares do mercado internacional e cuja colocação seja feita através desses mesmos bancos”.

“Os grandes bancos norte-americanos – porque são eles que estão a determinar a estratégia e a orientação da actual reconversão do sistema – procuram submeter o Terceiro Mundo à produção de certos bens totalmente ligados às necessidades dos mercados ricos e eliminar, assim, toda a possibilidade de crescimento autónomo desses países dentro de algum ramo produtivo, ou inclusive dentro de algum perfil industrial particular.

“Desta forma – continua – tudo o que está ligado à microelectrónica, à automatização (onde entram os componentes da informática como também ligas metálicas, certos desenvolvimentos da siderurgia), à indústria nuclear (que, apesar de não ser uma saída energética, é muito sensível do ponto de vista militar), comunicações e serviços, constitui um universo proibido para os nossos países, na perspectiva do centro hegemónico.

“O canal por onde passa todo esse processo de reestruturação é a nossa dívida externa, porque o objectivo dos bancos não é apenas o de obter lucros desse endividamento, mas também o de controlar a saída de capitais provocada por essa mesma dívida.”

Neste contexto, o caso particular de alguns grandes países do Terceiro Mundo, como o Brasil, a Índia e também a China, que estão em busca de espaços



Os Estados Unidos pretendem usar o mercado financeiro para alterar o perfil industrial de alguns países do Terceiro Mundo como o Brasil, Índia e China

para um crescimento autónomo dos seus capitais internos, via integração comercial Sul-Sul, é visto com grande preocupação pelos Estados Unidos.

“A pujante competitividade internacional brasileira em vários tipos de manufactura (devido ao baixíssimo valor da sua mão-de-obra, cerca de sete vezes mais baixa que o salário por hora/homem nos EUA) preocupa muito Washington, na medida em que o Brasil procura agora com determinação a sua modernização tecnológica e uma inserção mais dinâmica no comércio internacional.

“Por outro lado, o grande endividamento empresarial norte-americano (só a dívida dos lavradores do Médio Oeste, por exemplo, supera a dívida externa brasileira e argentina juntas) faz com que muitos analistas comparem a vulnerabilidade financeira dos Estados Unidos à dos nossos países”, lembra o professor. No entanto, segundo ele, a comparação não é pertinente: a dívida empresarial norte-americana é contraída em dólares, que é a moeda nacional deles e depende, portanto, da emissão e formas de financiamento controladas pelas autoridades monetárias e políticas de Washington. Como disse *Le Monde*, lembra Burkún, “os EUA são devedores privilegiados” porque, em definitivo, emitem a moeda dominante no sistema internacional.

●
M.S.



GRÁFICA EUROPAM, L.ª

Estrada Lisboa-Sintra, km 14 • Apart. 28 • 2726 MEM MARTINS Codex PORTUGAL Telef. 92 11461 • Teleg. - Europam



QUATRO ESTACÕES
EDIÇÃO INVERNO

JÚLIO ISIDRO
a festa continua
MARGARIDA GRADE

PRODUIZIMOS

O NOVO TESTAMENTO E SALMO

A BOA NOVA PARA TODA A GENTE

SOUTHERN AFRICA DEVELOPMENT COORDINATION CONFERENCE
SADCC
energy

OUR OBJECTIVE
ECONOMICAL
INDEPENDENCE

ANGOLAN OIL
FOR SADCC

Guia do
terceiro mundo
1984-85

O avanço dos sindicatos

O avanço da unidade nos sindicatos negros gera tentativas divisionistas dentro e fora do país

Depois de quase quatro anos de negociações, o movimento sindical negro da África do Sul conseguiu dar um passo decisivo no sentido de unir as suas forças com o aparecimento da COSATU no final do ano passado. Mas a possibilidade de aproximadamente cinco milhões de trabalhadores passarem a agir coordenadamente para eliminar as barreiras raciais impostas pela minoria branca originou simultaneamente um movimento divisionista, que tem como protagonista principal o controverso dirigente zulu Gatsha Buthelezi, líder do movimento político Inkhata e responsável pela criação, em Abril, da União dos Trabalhadores Sul-africanos (UWUSA), apoiada pela AFL-CIO, a central sindical norte-americana, que por sua vez tem laços com a CIA.

A criação da UWUSA tornou extremamente complexo o jogo de interesses políticos dentro dos sindicatos negros sul-africanos. A importância da organização dos trabalhadores africanos cresceu devido à crise do *apartheid* e passou a concentrar as atenções não só das principais organizações anti-racistas do país, como também das empresas transnacionais instaladas na África do Sul, e de governos estrangeiros, como os Estados Unidos. Hoje, as organizações empresariais privadas com interesses na África do Sul estão convencidas de que quem controlar os sindicatos negros terá nas

mãos um instrumento fundamental para determinar o futuro perfil económico do país, num período pós-*apartheid*.

A COSATU tem hoje 650 mil filiados e é considerada a maior organização sindical do país, reunindo as organizações mais representativas das principais categorias. Existem ainda duas outras centrais sindicais que também têm uma clara posição contrária ao *apartheid*, mas que não aceitam o programa multirracial da COSATU. Trata-se da CUSA e da AZACTU, ambas controladas por dirigentes ligados ao movimento Consciência Negra, que defende a organização de sindicatos exclusivamente negros. As duas centrais não reúnem mais de 250 mil sindicalizados.

As divergências que separam a

COSATU da AZACTU e da CUSA são de ordem estratégica. A primeira acredita que a forma correcta de procurar a unidade dos trabalhadores na luta contra o *apartheid* é não fazer distinção de raças na procura de uma frente ampla anti-racista. Já as outras duas organizações, embora negando qualquer tipo de racismo antibranco, defendem a tese de que os negros são a principal força revolucionária do país e que, portanto, são eles que devem ter o papel hegemónico.

De maneira bastante genérica, a COSATU acredita que brancos e negros devem ter direitos iguais numa África do Sul não-racista, enquanto os sindicatos ligados à Consciência Negra e à sua organização política, a AZAPO, acham que os brancos devem ser encara-



O movimento sindical negro vem dando passos decisivos em direcção à unidade terceiro mundo — 35



Os sindicatos unem-se contra as autoridades e os empresários racistas

dos como colonizadores e, portanto, como estrangeiros.

Mas, apesar das diferentes perspectivas estratégicas, as três organizações sindicais têm actuado várias vezes em conjunto, quando surgem confrontos directos com as autoridades ou empresários racistas da África do Sul.

O braço da CIA

O aparecimento da União Sindical Sul-africana (UWUSA - United Workers Union of South Africa), que diz ter 70 mil adeptos, na sua maioria da etnia zulu, funcionou como um elemento de divisão nos esforços para unificar o movimento sindical anti-apartheid. A organização ligada à Inkhata teve, desde o período anterior ao seu lançamento público, contactos estreitos com a AFL-CIO, dos Estados Unidos. Simon Conco, o seu secretário geral, e Peter Davidson, o tesoureiro, estiveram em Washington para vá-

rias reuniões com Nana Nahomo, coordenador do Centro Trabalhista Afro-Americano (AALC), entidade ligada à AFL-CIO. Os dois dirigentes da UWUSA declararam ao jornal sul-africano *Financial Mail* que foram buscar apoio económico nos Estados Unidos e mantiveram, inclusive, reuniões tanto com Patrick O'Farrell, director-executivo da AFL-CIO, como com Irwing Brown, director dos assuntos internacionais da controversa central sindical norte-americana.

A AALC é financiada pelo governo dos Estados Unidos através da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID). Em 1983, a agência forneceu recursos na ordem dos 85 mil dólares ao Centro Trabalhista Afro-Americano para formação de líderes sindicais sul-africanos. Em 1985, os financiamentos aumentaram para 900 mil dólares e devem atingir 7,9 milhões de dólares em 1988. Além da dependência financeira em relação à Casa Bran-

ca, a AALC tem ligações não muito claras com a Agência Central de Informações (CIA). Irwing Brown, que dirigiu a AALC em 1964, quando a entidade foi criada, é apontado como agente da CIA por Jonathan Kwitny, repórter do *Wall Street Journal* e autor do livro *Endless Enemies: The Making of an Unfriendly World*. Outros três ex-agentes da CIA, entre eles John Stockwell, apresentaram documentos comprovando o envolvimento de Brown com mercenários em Angola, em meados da década de 70. Nahomo, por sua vez, foi acusado por Gordon Winter, um ex-agente secreto sul-africano, de ser um dos principais agentes da CIA para a África Austral.

Foram estes antecedentes dos principais personagens envolvidos nas relações da AFL-CIO com a África do Sul que levaram a COSATU a recuar qualquer tipo de ajuda financeira da AALC, embora no passado alguns sindicatos ligados à maior central sindical sul-africana tenham recebido quase 60 mil dólares da entidade norte-americana. O sindicato dos trabalhadores negros de Natal, na África do Sul, ligado à Inkhata, recebeu só no ano passado 85 mil dólares da AALC.

No momento, o principal objectivo da AFL-CIO é intensificar os laços com a UWUSA, que é contra a imposição de sanções ao regime do apartheid e a favor da livre empresa na África do Sul. Face a estas posições, a organização sindical da Inkhata entrou em choque com a COSATU, cujas posições políticas são muito próximas do Congresso Nacional Africano (ANC) e da Frente Democrática Unida (UDF). O ANC é o mais importante e antigo movimento político contra o apartheid e, desde a década de 70, tem um braço armado. Já a

UDF surgiu há pouco mais de dois anos, constituindo-se numa organização de massas com quase dois milhões de membros, brancos e negros, de todos os credos religiosos e de várias tendências políticas. O AC apoia a UDF.

O terror

Gatsha Buthelezi, que nunca fez segredo dos seus contactos com o regime do *apartheid*, lançou uma campanha violenta contra a UDF, chegando até a recorrer ao terror e a execuções contra os seus dirigentes. A mesma tática poderá vir a ser adoptada no terreno sindical à medida que se aprofundarem as divergências entre a COSATU e a UWUSA. Além do confronto directo, a Inkhata tem tentado explorar as divergências entre os sindicatos ligados à COSATU.

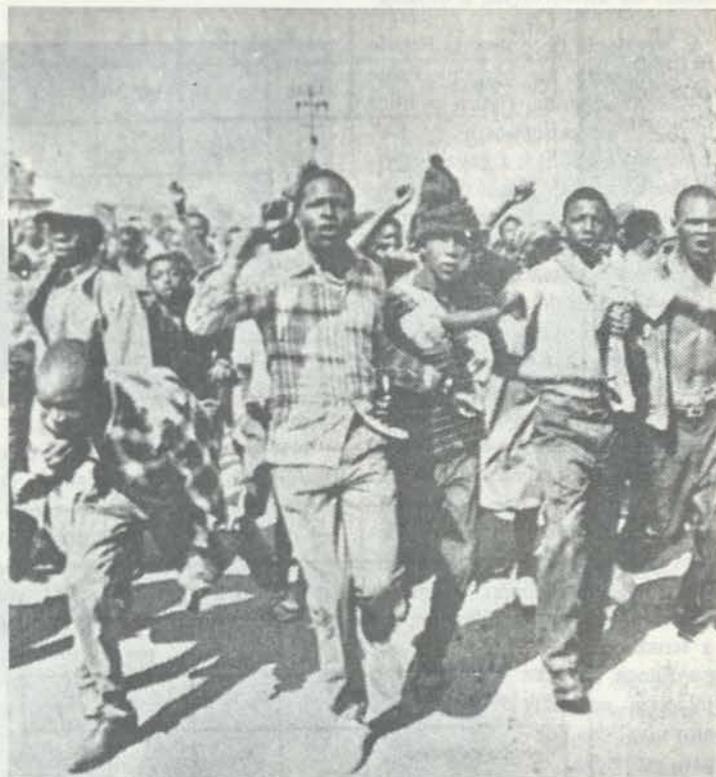
A confederação, criada em Novembro, teve como origem um entendimento entre as duas centrais sindicais: a Federação Sul-africana (FOSATU) e o Congresso dos Sindicatos da África do Sul (SACTU). A primeira é independente e a segunda, ligada ao ANC. A FOSATU sempre defendeu uma estruturação vertical, baseada na palavra de ordem "uma indústria, um sindicato", enquanto a SACTU propunha um critério amplo e geral. Depois do aparecimento da COSATU, ficou decidido que vários sindicatos da mesma categoria se fundiriam, o que deflagrou um processo delicado de negociações.

As fusões acontecem gradualmente, apesar dos esforços da Inkhata em dificultar o processo, usando os mais variados recursos. Os dirigentes da COSATU têm sido extremamente cautelosos para que a unidade procurada há tanto tempo não seja prejudicada.

As divergências do passado estão a desaparecer rapidamente, face ao agravamento da crise sul-africana e à intransigência do governo racista. No 1º de Maio deste ano, a COSATU deu uma demonstração de força ao convocar uma paralisação, que depois foi repetida no aniversário do levan-

khata.

O principal argumento usado pelos adeptos de Buthelezi é que a maior central sindical sul-africana deixou de lado as lutas económicas para actuar apenas no terreno político. Mas este argumento tem sido neutralizado pelo próprio desenrolar da crise.



Qualquer reivindicação laboral adquire naturalmente carácter político

tamento de Soweto, no dia 16 de Junho.

O crescimento da influência da COSATU fez com que a Inkhata concentrasse a sua acção divisionista na província de Natal. Através de intimidação, os membros da UWUSA têm tentado provocar o rompimento de vários sindicatos com a COSATU. Muitos deles pertenciam à agora dissolvida FOSATU, que manteve durante alguns anos uma coexistência razoavelmente pacífica com a In-

As acções do governo demonstram que qualquer contestação laboral torna-se imediatamente política face à repressão e às leis discriminatórias do regime racista. O objectivo estratégico da Inkhata é usar todos os meios possíveis para manter o controlo sobre os sindicatos em Natal, provocando uma divisão entre os trabalhadores negros e com isso favorecer aqueles que não admitem a ascensão do ANC ao poder. ●

Carlos Castilho

Guiné-Bissau

Tempos de incerteza

Crise política e económica sobrepõem-se perspectivando novas dificuldades

A denúncia do golpe de Estado atribuído ao coronel Paulo Correia, segunda figura política do país (ver cadernos nº 84, Dezembro de 1985) e a vaga de prisões que se lhe seguiu não resolveram as contradições existentes na área do poder, nem trouxeram a acalmia necessária para enfrentar os desafios do atraso económico e do subdesenvolvimento.

A Segurança do Estado tornou-se, na fase de averiguações do golpe, numa estrutura onipotente, prendendo ou libertando suspeitos de envolvimento na alegada conjura mas sem que fosse formalizada contra os mesmos qualquer acusação, mantendo-se o aparelho judiciário à margem das averiguações. Isso levou a que a tensão e a desconfiança se instalassem ao mais alto nível das Forças Armadas, do Partido e do governo.

Nas FARP, apesar de pouco se conhecer das repercussões da situação, é de prever que a detenção de um grande número de oficiais, entre eles muitos do que compunham o Estado-Maior, tenha provocado inquietação.

Agostinho Sá



Coronel Paulo Correia

Na sequência da crise, o PAIGC, o partido dirigente do país, parece ter perdido o seu papel de condutor do processo. A maioria dos observadores coincide em afirmar que as sucessivas rupturas tiram o peso político do



Presidente "Nino" Vieira: enfrentando as crises

partido no ano da realização de um novo Congresso.

Em termos externos, a imagem do país e do PAIGC também se viu afectada pelas notícias de algumas mortes de detidos, cujas causas as autoridades atribuíram a doença. O culminar desta situação deu-se com o fuzilamento de 6 dos implicados no alegado golpe de Estado, entre eles o coronel Paulo Correia.

Estes acontecimentos poderão levar o país e o PAIGC a perderem o capital de confiança de que gozavam junto dos países e organizações que têm feito importantes doações ou financiado o programa de estabilização económica da Guiné-Bissau.

As exigências do FMI

No campo económico e social as perspectivas não são mais animadoras, estando as crises — económica e política — indissociavelmente ligadas entre si.

"O desequilíbrio macroeconómico é profundo e a crise económica é severa", afirma-se num relatório de uma missão do Banco Mundial, que visitou recentemente a Guiné-Bissau.

Dois anos passados sobre o primeiro acordo celebrado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Guiné-Bissau vê-se na contingência de ter que negociar um acordo suplementar com aquela instituição para poder fazer face aos seus compromissos financeiros. Do que se depreende dos relatórios, tudo leva a crer que as exigências ditadas por aquela instituição financeira internacional irão subir de tom.

Difícilmente as autoridades guineenses poderão negar-se a tomar medidas que há muito vêm sendo exigidas pelo FMI e que

acarretarão graves custos sociais. Entre essas exigências, conta-se a redução do aparelho estatal cujo orçamento tem registado enormes défices (só a partir de 1984 as receitas orçamentais foram suficientes para cobrir os encargos com salários).

Em relação à dívida externa, um relatório do FMI afirma que, "em 1985 o montante do serviço da dívida foi de 9,1 milhões de dólares", o que representou cerca de 80% das receitas de exportação. Apesar de ter conseguido um reescalamento e um "perdão" parcial da dívida, calcula-se que durante o ano de 1985 os atrasos nos pagamentos ao exterior tenham aumentado cerca de 7 milhões de dólares. No final desse exercício o atraso chegou a 25 milhões de dólares: mais do dobro das suas receitas de exportação num ano.

Mesmo antes que "negociações sérias sobre um programa de apoio do Fundo possam ter lugar", a missão do FMI preconiza um certo número de "medidas correctivas" que devem desde já ser adoptadas. O receituário é o habitual congelamento salarial na

função pública; suspensão de novas admissões, redução substancial no investimento público; aumento dos preços agrícolas e redução no actual sistema de controlo dos preços; desvalorização da moeda (o peso) e contínuo apoio à iniciativa privada a nível da produção agrícola e da comercialização em geral.

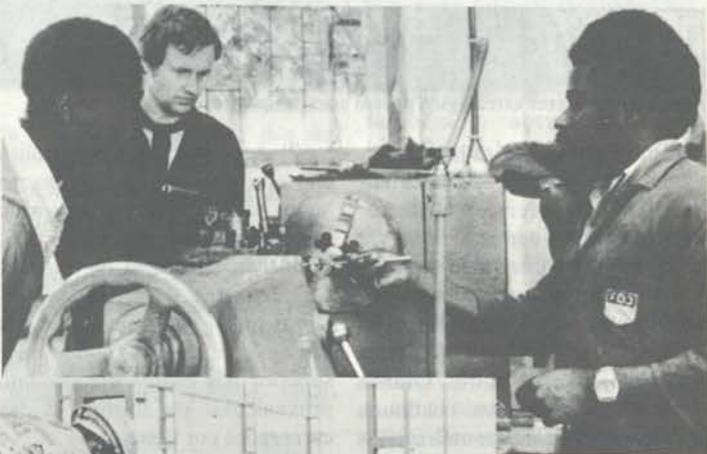
O plano de estabilização executado a partir de 1984 fracassou,

1986 - Julho - nº 91

tendo-se assistido ao agravamento da situação económica e financeira. Esse fracasso deve-se fundamentalmente a condicionalismos internos e externos. Entre eles, há que destacar a pesada máquina do Estado, o desrespeito pelo orçamento fixado e o consequente agravamento do défice público, os efeitos da crise económica in-

veis por cerca de 60% das exportações da Guiné-Bissau.

Os resultados obtidos em 1984, na sequência do acordo firmado com o FMI e da reunião em Maio desse ano com países e organizações internacionais realizada em Lisboa, permitiam acalentar um moderado optimismo quanto à *performance* da econo-



Um reduzido parque industrial, fortemente dependente do exterior em matérias-primas

mia. O ano de 1985 se encarregaria de deitar por terra essas expectativas.

Um ciclo vicioso

ternacional com o aumento da factura do petróleo e a quebra substancial do valor das exportações.

Segundo o FMI, em 1985 as exportações teriam diminuído cerca de 30% em relação ao ano anterior, sendo o seu valor de 11,6 milhões de dólares. Principal razão da quebra: baixa das cotações internacionais do coconote e do amendoim, produtos responsá-

Para além dos já anteriormente citados, outros factores explicam as razões do fracasso das medidas "correctivas" e de austeridade lançadas pelas autoridades guineenses a partir de 1984. Muitos deles têm a ver com o «descontrolo» entre a produção e comercialização, que constitui um verdadeiro estrangulamento da sociedade e um ciclo vicioso do próprio subdesenvolvimento guineense.



Agricultura: sector estratégico porém sem um projecto global

Entre eles poder-se-iam citar:

1) Falta de *contrapartidas comerciais* para oferecer ao sector agrícola, pois o aumento do poder de compra que estas medidas proporcionaram aos camponeses pecou muitas vezes por não poder proporcionar-lhes os produtos que desejariam adquirir. Grande parte do abastecimento continuou a fazer-se fora de fronteiras, nos vizinhos Senegal e Guiné-Conacry.

2) A margem de comercialização oferecida aos produtores privados não os motivou para a comercialização no interior do país e a falta de estruturas de transportes terrestres e fluviais levou a que o preço dos fretes entre Bissau e o interior fosse muitas vezes superior aos custos dos produtos provenientes da Europa já descarregados em Bissau.

3) Falta de resposta em devido tempo por parte de países e orga-

nizações internacionais que se haviam comprometido a desbloquear ajudas ou contribuições ao desenvolvimento guineense.

4) Dificuldades no abastecimento proveniente do exterior, a que o encerramento das companhias de navegação portuguesas CTM e CNN não foi alheio. Essa situação levou a que durante largos meses a Guiné-Bissau se visse privada de qualquer ligação marítima com Portugal, seu principal parceiro comercial.

5) Expectativas talvez demasiado optimistas quanto ao tempo de resposta da sociedade às medidas implementadas. Dado até que muitas delas tinham um cariz estrutural, sobretudo as que tinham a ver com a progressiva passagem dos circuitos comerciais dos Armazéns do Povo e de Socomin para a esfera dos produtores privados.

Baptista da Silva



SOCIEDADE COMERCIAL LUSO-GUINEENSE, S.A.R.L.

R. Tomás Ribeiro, 50-4°
1000 LISBOA
PORTUGAL

Telex: 14238 ACTIME/P
Telef. 54 00 19 54 83 16 54 82 69

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera, couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis, materiais de construção e bens de equipamento.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados africanos e europeus.

Uma sociedade bloqueada

A crise económica alastra-se num contexto de intrigas palacianas devido à sucessão

Trinta anos depois de Habib Bourguiba ter tomado o poder, a sociedade tunisina parece afundar-se, cada vez mais, num estado de hibernação institucional e de letargia política, causas primárias da estagnação económica e do mal-estar social que aflige esse país há vários anos.

A "abertura" desencadeada pelo presidente Habib Bourguiba, o "Combatente Supremo", em 18 de Abril de 1981, e que o conduziu, a 1 de Novembro do mesmo ano, às primeiras eleições legislativas de carácter pluralista da história da Tunísia independente, hoje não é mais do que uma recordação.

Ahmed Mistiri, antigo ministro da Defesa e actual líder dos democratas socialistas (uma das principais formações políticas da oposição constitucional) foi condenado a quatro anos de prisão com pena suspensa.

O poder do Estado, antes partilhado entre o palácio de Cartago (residência do presidente) e o de Casbah (sede do primeiro-minis-

tro e do governo) passou, novamente, a ser exercido sem partilha pelo próprio presidente.

Essa concentração do poder chegou a excluir e a afastar, sumariamente, até ao ano passado, do palácio presidencial e dos círculos governamentais a própria esposa do presidente, sra. Massila Bourguiba, e o seu filho, Habib Bourguiba Junior.

Tais mudanças teriam atingido também o actual primeiro-ministro, Mohammed Mzali, sucessor designado do presidente Bourguiba e, presentemente, os outros "concorrentes" ganham espaço e Mzali já não tem grandes poderes nas decisões efectivas.

As remodelações ministeriais impostas pelo palácio de Cartago ao governo de Mzali sucedem-se e as exonerações "técnicas" de vários dos seus ministros (a última foi a de Frej Chedli, ministro da Educação) continuam a minar a sua credibilidade política e a ensombrar a sua imagem de monarca.

No lugar de Mzali — diz-se em Tunis — encontra-se o actual ministro do Interior, o general Ben Ali, favorito do presidente Bourguiba. Existem, no entanto, outros "barões" do regime que não abdicam da corrida para o lugar de primeiro-ministro.

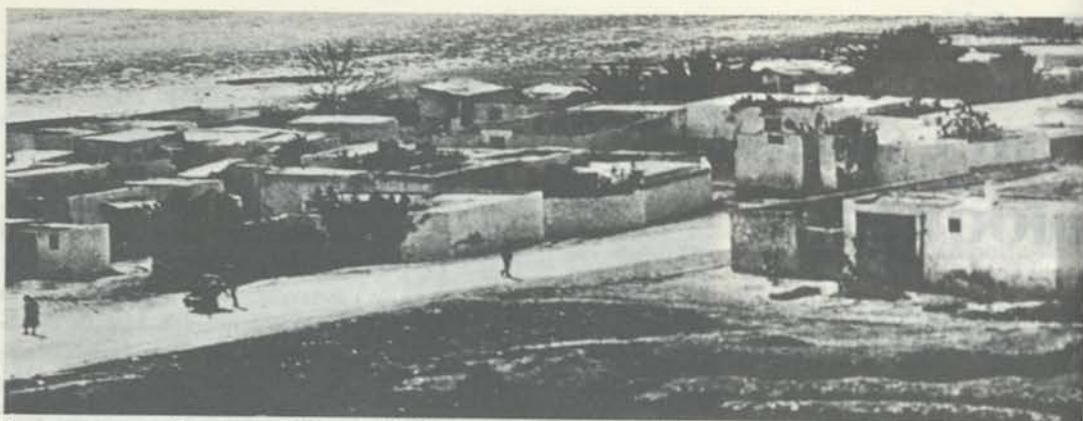
"É uma luta em que vale tudo — assegura um alto responsável tunisino — e que está em vias de se desenrolar nos bastidores do palácio de Cartago."

Crescente crise económica

O país afunda-se numa perigosa situação de penúria económica e de mal-estar social, caracterizada por uma dívida externa superior a 4,5 milhões de dólares (49% do



Habib Bourguiba voltou a centralizar todo o poder



Camponeses sem terra, convertidos em cidadãos sem emprego, constroem aglomerados na periferia de Tunes

PNB), uma balança de pagamentos deficitária em mais de 515 milhões de dinares (7,6% do PIB) e a diminuição de 2,2% nas importações.

A esta situação acrescenta-se ainda a inflação real de mais de 11%, regressão na exploração de petróleo (5,1 milhões de toneladas contra 5,5 milhões em 1984), fosfatos (4,6 milhões de toneladas contra 5,3 milhões em 1984), um congelamento político dos salários, em baixa desde 1983, e um número de desempregados que atinge mais de 8% da população activa.

A avenida Bourguiba e as vielas do Souk (mercado), em Tunis, já não são o que eram. Os armazéns e lojas, cada dia menos reabastecidos, registam uma rarefacção da maioria dos seus artigos. Os orçamentos familiares da maioria da população, muito abaixo do custo de vida real não permitem sequer ao homem vulgar satisfazer as suas necessidades mais elementares.

Os quadros jovens, recém-saídos da Universidade, ingressam às centenas no exército de desempregados ou de marginais explorados, na sua maioria em trabalhos clandestinos ou em negócios de drogas e de pequena criminalidade.

Os funcionários públicos, cada vez menos capazes de se aguentarem até ao final do mês com os seus ordenados, desertam facilmente dos lugares de trabalho, para se dedicarem a actividades paralelas muito mais lucrativas.

As cidades do sul, como Gafsa, Sidi Bouzid, Gabés, Kebili ou Trouzeur, sensíveis aos argumentos da propaganda líbia, não

deixam passar qualquer ocasião para manifestarem a sua amargura e desilusão perante um regime que continua a esquecer e a reprimir as suas populações.

A oposição constitucional, nomeadamente a representada por Ahmed Mistiri (M.D.S.), Mohammed Harmel (Partido Comunista) ou Mohammed Ben Adj Amor (Movimento de Unidade Popular 2), não tem qualquer expressão.

Os movimentos denominados "ilegais", tais como o "Movimento de Unidade Popular 1" ou a organização marxista-leninista "El-Amel Tounsi", são quase inexistentes no terreno.

A UGTT, dividida e em grande parte recuperada pelo regime, já não representa a unanimidade dos trabalhadores do país. Apenas os "Khouendjias" ou "Khounoun Muslimum" (os irmãos muçulmanos), de Mourou Ghobdani e Ghanouchi, parecem representar, qualitativa e numericamente, uma alternativa possível para o regime actual e para os bloqueios políticos, económicos e sociais por eles provocados.

Para ter uma prova disso, basta aproximarmos-nos de qualquer mesquita do país, numa sexta-feira, à hora da oração.

Alberto B. Mariani



Uma situação de penúria económica e mal-estar social

Sikhs: a batalha diplomática

Atraído pela oferta de elevados investimentos e pela ideologia comum de anticomunismo, o governo de Quito recebe os representantes do autoproclamado governo sikh no exílio



Torna-se cada vez mais numerosa a presença de sikhs no Equador

No aeroporto de Quito, capital do Equador, tornou-se um facto corriqueiro a imagem insólita e sugestiva de certos viajantes que desembarcam das várias rotas procedentes da Europa. Apesar do seu aspecto pouco comum — rostos franzidos completamente barbados, túnicas e turbantes — a aparição dos sikhs neste país andino pretende ser discreta. E, certamente, provocou maiores reacções em Londres, Cairo ou Nova Deli do que na opinião pública equatoriana. Para o homem da rua, a presença cada vez mais numerosa de sikhs continua a ser um mistério, embora algumas reportagens da imprensa e um programa de televisão já tenham tratado dela.

Em Julho de 1985 o assunto ganhou proporções de escândalo nos círculos diplomáticos do país. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Edgar Terán, recebeu uma mensagem do governo da Índia, no qual este pedia esclarecimentos sobre o possível reconhecimento de um governo sikh no exílio, com sede em Londres, por parte do governo de León Febres Cordero. O Ministério dos Negócios Estrangeiros equatoriano apresentou-se a negar qualquer intenção nesse sentido: “o Equador mantém as melhores relações com a Índia. Portanto, não reconhece nem reconhecerá qualquer grupo dissidente”. Essa resposta pretendeu pôr fim a uma cadeia de ru-

mores justificados que se originaram em Londres e transpiraram para a imprensa internacional.

Um mês antes, em Junho, uma delegação sikh visitou o Equador e manteve reuniões com funcionários de alto nível. Foi, inclusive, recebida por dois ministros de Estado — Interior e Agricultura e Criação de Gado — para expor uma série de planos de imigração e investimentos na área agroindustrial.

Desses contactos parece ter surgido um entendimento inicial que daria margem a novas aproximações a um nível mais alto.

De facto, isso ficou claro com o telegrama dirigido pelo presidente Febres Cordero a Jagjit Singh Chohan, presidente do governo da República do Calistão no exílio: “comunico recebimento e agradeço comunicação sua datada Abril do presente ano. Terei prazer em conversar com seus representantes. Para marcar dia e hora audiência, digne-se falar com doutor Carlos Julio Arosemena, ex-presidente do Equador. Muito atentamente. León Febres Cordero. Presidente do Equador”.

De forma inexplicável, o con-

terceiro mundo — 43

teúdo desse telegrama chegou ao conhecimento da Agência Indiana de Notícias e foi publicado pelo jornal londrino *The Observer*. As reacções diplomáticas sucederam-se em várias capitais do mundo. Os embaixadores equatorianos solicitaram instruções urgentes para responder às reclamações manifestadas pelos representantes de Nova Deli.

A publicação equatoriana *Nueva* revelou, inclusive, que o primeiro-ministro Rajiv Gandhi teria comunicado pelo telefone com o presidente Febres Cordero para manifestar a sua preocupação e desagrado pela disposição de acolher os imigrantes sikhs no Equador. É de supor que o presidente equatoriano tenha fornecido todo o tipo de explicações – tardias e incómodas – que conseguiram salvar o deteriorado estado das relações entre ambos os países.

Um projecto promissor

Carlos Julio Arosemena, – ex-presidente equatoriano, devia ser o intermediário encarregado de fixar a hora e a data para a audiência que o presidente Febres Cordero concederia aos enviados de Singh Chohan. O nome de Arosemena está fortemente ligado à Frente de Reconstrução Nacional, coligação de partidos que promoveu a candidatura de Febres Cordero. Esta aliança de organizações direitistas unidas em torno de um projecto político, mas sobretudo ligadas por interesses de expansão comercial, representa seleccionados e minoritários grupos empresariais do porto de Guayaquil.

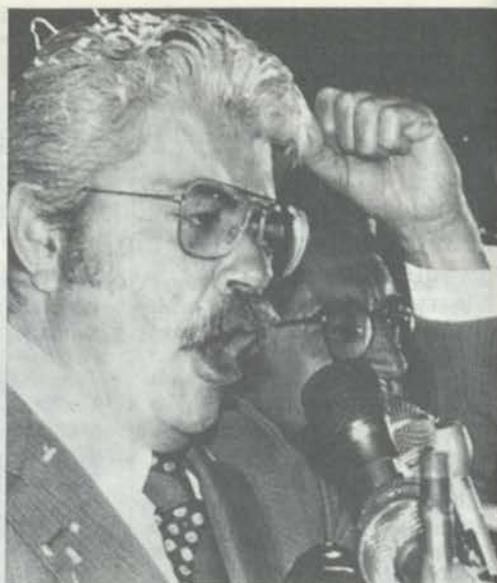
Um objectivo expresso desses sectores foi o de atrair recursos económicos para financiar os itens que lhes parecem interessantes: financiamento externo sob a for-

ma de investimento privado ou endividamento é uma das prioridades que orientam o governo. A ela podem submeter-se as decisões políticas na área das relações internacionais.

Dentro dessa óptica não é gratuita a série de expectativas extra-oficiais em torno do assunto dos sikhs. A trama iniciou-se na capital britânica, onde o embaixador equatoriano, Mauricio Gándara, começou os contactos com o governo sikh no exílio. Gándara, designado por Febres Cordero, integra o Partido Nacionalista Revolucionário (PNR), do qual o ex-presidente Arosemena é fundador e dirigente máximo.

Supõe-se que, depois das primeiras reuniões mantidas na Grã-Bretanha, Gándara e Arosemena tenham atentado para a fabulosa quantidade de recursos com que contam os representantes da autoproclamada República do Calistão e que são fornecidos pelos líderes separatistas do Punjab, para consolidar as suas relações internacionais em busca de reconhecimento para a sua causa.

Sat Atma Singh Khalsa, missionário sikh que vive no Equador, foi quem entregou ao presidente Febres Cordero o pedido para que se estude o reconhecimento do governo sikh no exílio e para que se permita à República do Calistão abrir a sua embaixada em Quito. Em entrevista recente, Singh Khalsa declarou: “nós, sikhs, queremos comprar terras neste país para cultivos que o



Febres Cordero: interesse na expansão comercial

Equador não produz e que podem perfeitamente ser exportados (...) Dispomos de mil milhões de dólares para estes investimentos”.

Essa oferta suscitou o interesse do embaixador equatoriano, de Julio Arosemena e do próprio presidente da República. O processo de contactos e novas relações teria seguido o seu curso se não fosse o facto de ter chegado à imprensa o conteúdo do telegrama enviado por Febres Cordero aos representantes sikhs na Grã-Bretanha. “Eu estive em Londres convidado pelo presidente do Calistão”, declarou Arosemena. “Ali fui entrevistado por um correspondente da Agência Indiana de Notícias, que sabia que o presidente Febres Cordero havia enviado um telegrama ao presidente do Calistão, dizendo-lhe que aproveitasse a minha visita a Londres para fixar o dia e a hora em que receberia uma delegação sikh. (...) Como a Agência Indiana de Notícias pôde tomar conhecimento de um telex enviado pelo presidente Febres Cordero? So-

mente por fuga de informação, pois esses comunicados são mandados directamente através do telex da Presidência ou através do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Isso quer dizer que o informador existe, mas esse é um problema de Febres Cordero".

Encerramento da embaixada

As palavras de Arosemena soaram como uma acusação velada dirigida contra o ministro Edgar Terán, que se havia oposto ao reconhecimento do governo sikh no exílio e ao prosseguimento dos contactos que facilitariam o ingresso dos seus investimentos.

Apesar disso, o próprio ministro teve que ordenar o encerramento da embaixada do Equador em Nova Deli e o regresso do embaixador Adolfo Alvarez, em Outubro de 1985.

Para justificar essa medida, alegou-se que ela se devia à limitação de recursos no serviço exterior. Contudo, esse argumento não convenceu ninguém.

A decisão pode estar ligada a



Singh Khalsa: "somos anticomunistas como o governo do Equador"

pressões obscuras com um duplo interesse. Por um lado, a continuação dos contactos com os representantes sikhs, que gozam, devido às suas promessas de investimento, de uma privilegiada aceitação por parte do governo de Quito. Para isso contribuiu muito a linguagem usada por Singh Khalsa, virtual embaixador do Calistão: "... entendamos que o governo do Equador é anticomunista e nós também somos anticomunistas. Por isso nos surpreendeu a posterior oposição à nossa vinda, mas apesar disso respeitamos a decisão do ministro Edgar Terán".

Para alguns analistas a determinação de fechar a embaixada equatoriana em Nova Deli deveu-se à política bilateral pela qual optou o actual governo, plenamente identificado com a linha do Departamento de Estado norte-americano e, portanto, contrário a qualquer relação com o Movimento dos Países Não-Alinhados, actualmente presidido pelo primeiro-ministro Rajiv Ghandi. ●

Eduardo Khalifé

A derrota eleitoral de Febres Cordero

O governo conservador do presidente León Febres Cordero recebeu um nítido voto de desconfiança no referendo e na eleição para renovação parcial do Congresso, realizados a 1 de Junho passado no Equador, quando a oposição de centro-esquerda recuperou a maioria parlamentar que havia perdido em Julho de 1985.

A proposta do presidente de autorizar a participação em eleições de candidatos não inscritos nos partidos, interpretada como uma tentativa de Febres Cordero de criar uma nova base de apoio com políticos independentes, obteve apenas 26% de votos a favor e foi rejeitada por 61% dos eleitores que participaram no referendo.

Na eleição simultânea ao referendo para renovação parcial da Assembleia Nacional, a Frente Progressista, que reúne partidos de esquerda e centro-esquerda, conquistou 57% dos votos, enquanto o situacionista Partido Social Cristão e os seus aliados conservadores obtiveram apenas 37% da votação.

De acordo com a projecção dos resultados, a oposição ocupará 43 dos 71 lugares da Assembleia Nacional, o partido do governo ficará com 19 e os partidos de centro com 9, a partir do próximo dia 10 de Agosto, quando os novos deputados assumirão o mandato eleitoral.

Eleito há dois anos e meio com a promessa de dar "pão, casa e emprego", Febres Cordero enfrenta actualmente a oposição de 13 dos 17 partidos existentes no país, assim como das principais centrais sindicais e associações estudantis, que votaram pelo "não" no referendo.

• BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livreria 17 de Setembro

• DONDO
Livreria 2 de Março

• GANDA
Livreria 1.º de Maio

• HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUÍLA
Livreria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livreria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livreria Anibal de Melo

• LOBITO
Livreria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livreria Deolinda Rodrigues

• MALANGE
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livreria Lutuíma

• NEGAGE
Livreria Saily Mingas

• SOYO
Livreria Lundogi

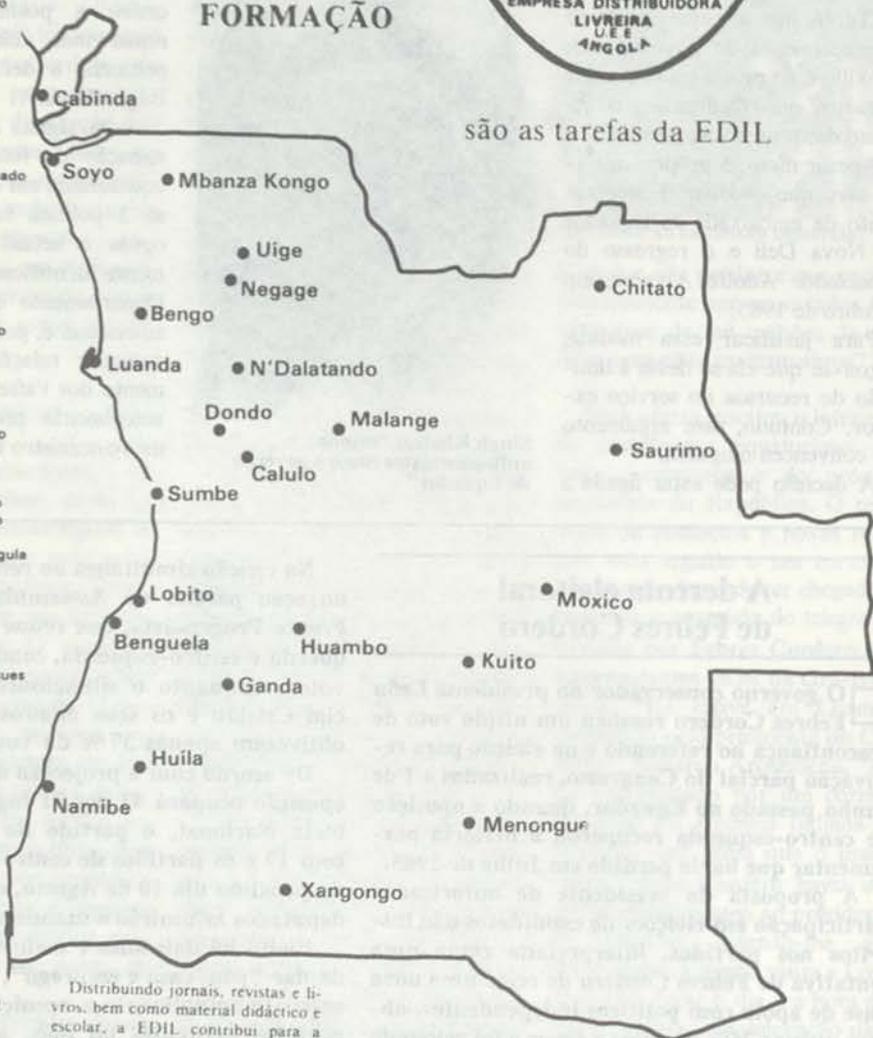
• UÍGE
Livreria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 - Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

O liberalismo no poder

Um parlamento maioritário e o apoio popular inicial favorecem a gestão do presidente Virgílio Barco Vargas, apesar dos "excessos extra-legais" dos militares

Com a eleição, a 25 de Maio, de Virgílio Barco Vargas, engenheiro civil e economista liberal de 62 anos, encerrou-se na Colômbia um prolongado e agitado processo eleitoral e também o controverso mandato do conservador Belisario Betancur.

Antes das eleições parciais de 9 de Março, em que foram designadas as autoridades legislativas municipais e departamentais e os membros do Congresso Nacional, Barco despertava entre os seus correligionários sérias dúvidas sobre a sua capacidade de arregimentação, dadas as suas limitações em termos de oratória e a falta de magnetismo político que o caracterizava.

Contudo, a avassaladora vitória liberal sobre o Partido Conservador e o dissidente Novo Liberalismo — que obrigou o seu líder, Luís Carlos Galán, a abdicar da sua aspiração presidencial — provocou uma surpreendente mudança no estilo de Barco, que se transformou num ardoroso líder. Estimulando a mística partidária, sob a bandeira de "um programa liberal para um governo nacional" e com

promessas de mudança social, melhor distribuição das receitas e reactivação económica para atenuar o problema do desemprego — que afecta gravemente 15% da população economicamente activa — conquistou, em três meses, 4 milhões e 200 mil votos (54% do total). Foi a maior votação na história do país, contra 2 milhões e 600 mil votos do seu rival conservador, Alvaro Gómez, e 350 mil do candidato da União Patrió-

tica, de esquerda, Jaime Pardo Leal. A abstenção chegou a 50% do eleitorado potencial, repetindo-se um fenómeno constante nas eleições das últimas décadas.

De Betancur a Barco

Entre os factores da vitória liberal, os observadores assinalam a utilização a fundo dos caciques e das suas máquinas clientelísticas, por parte dos conservadores. O passado político do candidato conservador está estreitamente vinculado ao desempenho do seu pai, Laureano Gómez, apontado como responsável por iniciar e propagar a violência dos anos 50, funesto período em que morreram cerca de 300 mil colombianos, vítimas das lutas partidárias.

Também se indica como factor favorável a Barco o desgaste e desprestígio da administração Betancur, cujo balanço, tanto para



Virgílio Barco Vargas: "um programa liberal para um governo nacional"

os analistas como para as pessoas comuns, é desfavorável, pelas ambiguidades e contradições da sua política económica e social. Além disso, mesmo que se reconheçam as limitações que teve para levar adiante o processo de paz com as organizações guerrilheiras, não se esconde o temor do seu fracasso. Para uns, este seria a consequência lógica do oportunismo guerrilheiro, para outros o resultado dos obstáculos impostos por sectores reaccionários e militaristas.

Factos como o massacre do Palácio da Justiça ou as consequências lamentáveis da negligência oficial na catástrofe do vulcão de Ruiz têm um peso determinante na avaliação do governo de Betancur.



Belisario Betancur junto dos altos comandos militares

A partir de posições mais radicais, o ex-ministro da Defesa, o general reformado Fernando Landazábal Reyes, partidário da candidatura de Alvaro Gómez, atribuiu a derrota deste ao "governo esquerdizante de Betancur".

Em amplos sectores acredita-se que a eleição de Barco não trará mudanças fundamentais, pois imagina-se que um homem intimamente ligado ao grande capital e aliado dos Estados Unidos não tenha a intenção real e a ca-

pacidade de adoptar reformas estruturais que aliviem a desesperadora situação dos colombianos.

Como factores favoráveis, Barco recebe um país com perspectivas económicas positivas, baseadas no florescimento da produção de café e nas reformulações adoptadas por Betancur sob pressão de entidades internacionais, um parlamento maioritário e o apreciável apoio popular manifestado nas eleições.

Aspectos chaves a definir pelo novo governante são as suas relações com as forças armadas, que ficaram um tanto contidas no início do governo actual, mas que voltaram a exercer um papel decisivo na condução da vida nacional; o tratamento dos acordos de paz vigentes com as FARC e as

outras organizações guerrilheiras em relação aos quais Barco sustentou que actuará com "a mão estendida mas com o pulso firme", assumindo "institucionalmente o compromisso da paz"; e a política internacional, em que se destacam as suas críticas a Contadora e a proposta de transferir o conflito centro-americano para o foro da OEA. (Porém, em declarações posteriores à sua eleição, ele afirmou que, se no momento da sua posse o grupo "estiver insepulto", a Colômbia continuará a apoiar as suas gestões.)

Éxitos da UP e fracassos da coordenadora guerrilheira

No processo eleitoral recentemente concluído, destaca-se a

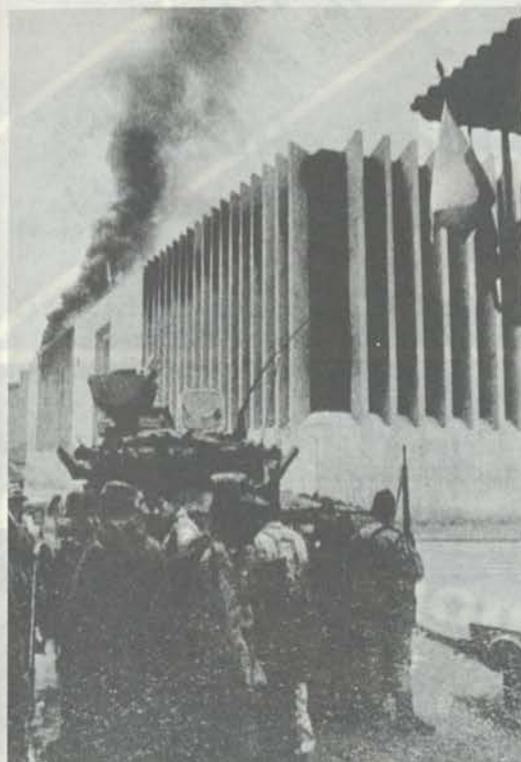
significativa votação obtida pela União Patriótica, frente que agrupa os rebeldes das FARC — em trégua — e o Partido Comunista. A UP conseguiu 250 mil votos, dos seus próprios apoiantes e como resultado de alianças com sectores liberais. Isso permitiu-lhe obter oito lugares na Câmara de Representantes, quatro no Senado e mais de uma centena de legisladores municipais (vereadores) e departamentais (deputados).

Por seu turno, o advogado Jaime Pardo Leal, candidato presidencial da UP, obteve nas eleições de 25 de Maio 320 mil votos. Em ambos os casos os resultados não têm um antecedente histórico em termos da esquerda.

As FARC interpretaram a votação obtida como um apoio ao processo de paz e uma oposição às atitudes militaristas e anti-diálogo e reiteraram a sua intenção de continuar a agir dentro dos acordos firmados. O governo, por sua vez, considera os resultados obtidos pela UP como a "melhor demonstração de êxito do processo de paz".

A partir de uma perspectiva oposta, a Coordenação Guerrilheira Nacional, integrada pelo M-19, o EPL, retirados dos acordos, e outras organizações, continua a sua actuação localizada mas persistente, enfrentando agora grandes operações militares que no Cauca, sudoeste do país, envolveram a mobilização de 15 mil efectivos e todo o tipo de armamento pesado. Segundo estatísticas militares, nos quatro primeiros meses deste ano morreram em combate 165 membros das forças armadas e 214 guerrilheiros.

O M-19, cujos principais contingentes se encontram na montanhosa e paupérrima região do Cauca, sofreu ultimamente sérios reveses, entre eles a execução do seu comandante máximo, Al-



Em meados de Abril a coordenadora guerrilheira reuniu-se para rediscutir o seu esquema tático reconhecendo erros cometidos

vario Fayad, durante uma operação militar em Março passado em Bogotá, e a morte de Israel Santamaría, co-fundador da organização. Fayad foi substituído por Carlos Pizarro León Gómez, como representante da "linha dura". Gómez é o quarto comandante da história do M-19.

Em meados de Abril, o comando da Coordenação Guerrilheira reuniu-se para reformular o seu esquema tático, admitindo ter cometido erros militares. Na altura, decidiu intensificar as suas acções na região sudoeste, com o objectivo de lançar a partir dali uma proposta política nova para o país. Em termos do M-19, "é hora de ser governo".

Os excessos militares

Na turbulência das eleições e por causa duma atitude premedida

1986 - Julho - nº 91

tada da grande imprensa, foi ignorado um grave pronunciamento do procurador geral, Calos Jiménez Gómez, no qual este denunciou "o modo como em diferentes lugares do país as autoridades têm incorrido em intoleráveis excessos fora da legalidade".

O pronunciamento coincidiu com a reaparição não-controlada de grupos paramilitares, que assassinam impunemente opositores políticos e delinquentes comuns, e com as crescentes denúncias sobre detenções e desaparecimentos de activistas populares. Somente em Cali, neste ano, foram assassinadas 350 pessoas.

A situação despertou a reacção de diversos sectores e organizações que realizam continuamente acções de protesto contra esta guerra "suja". Os altos comandos militares e o ministro da Defesa,

Miguel Vega Uribe, ignoram as acusações, afirmando que se trata de "propaganda para desprestigiar as forças armadas". A última mobilização contra o desaparecimento e os assassinatos teve lugar em Bogotá, a 5 de Junho, e nela participaram 15 mil pessoas num protesto silencioso e comovedor.

Neste contexto, aguarda-se que o tribunal especial designado pelo governo para investigar os acontecimentos do Palácio da Justiça e uma comissão da procuradoria nomeada com o mesmo fim forneçam os seus relatórios. Algumas informações divulgadas pela imprensa fazem prever que as conclusões não serão favoráveis à atitude assumida por Betancur e as forças armadas, em 6 e 7 de Novembro do ano passado.

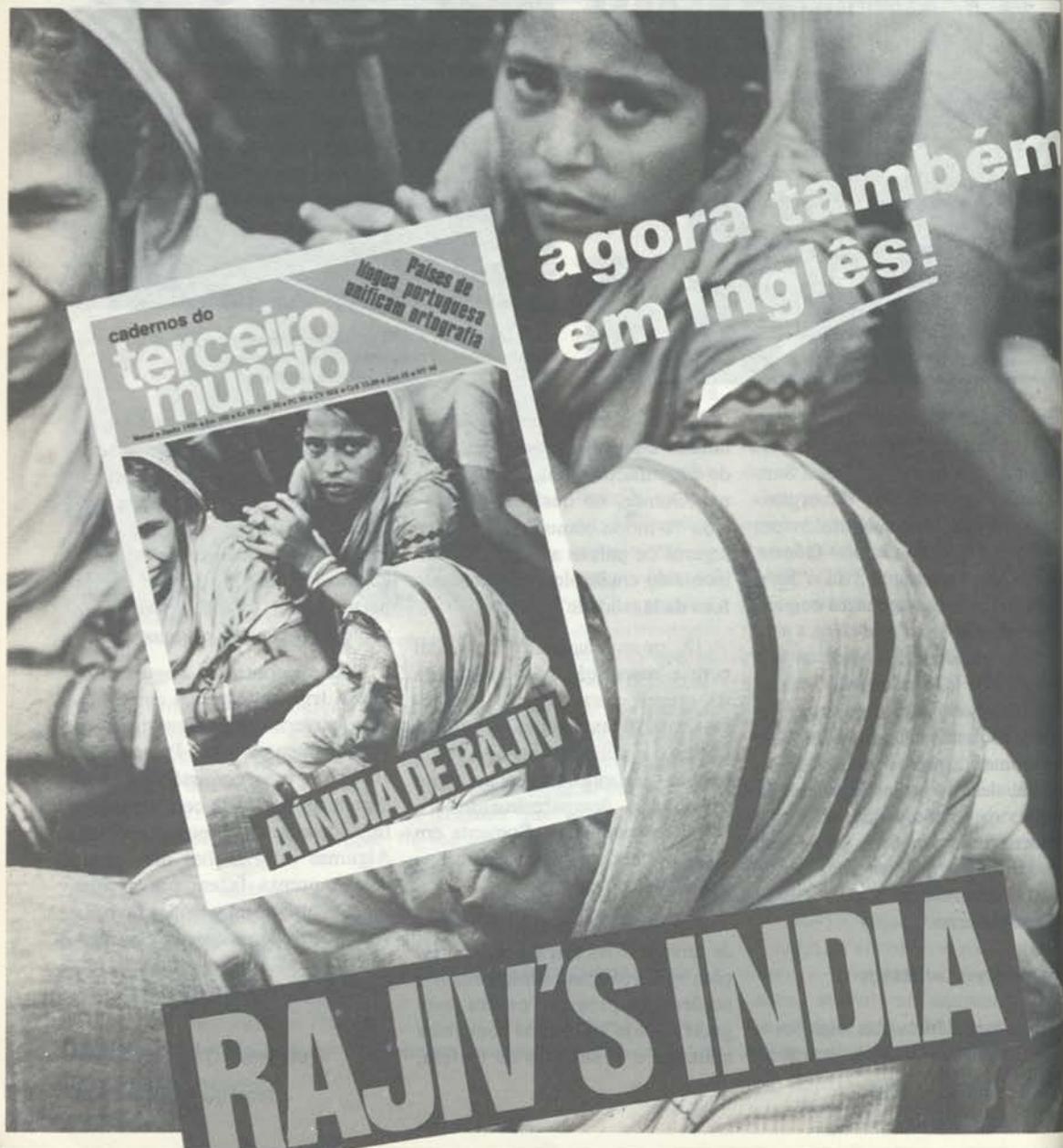
Guillermo Segovia Mora

terceiro mundo - 49

third world

Bimonthly • Number 2 • June/July — 1986

South Africa:
the death squads



agora também
em Inglês!

cadernos do

terceiro mundo

Países de
língua portuguesa
unificam ortografia

A INDIA DE RAJIV

RAJIV'S INDIA

“Estamos dispostos a morrer”

O testemunho de uma camponesa que se dirige ao comandante Ortega para oferecer a sua vida em defesa da pátria e para expor as suas reclamações

Apanha do café termina, no interior do Departamento de Matagalpa, 180km ao norte de Manágua. É dia de festa e também de assembleia. O presidente Daniel Ortega, o vice-presidente Sérgio Ramírez, as autoridades regionais, assessores do governo e comandantes sandinistas sobem a um estrado improvisado sobre a carroçaria dum camião para realizar mais um encontro da série “De cara al pueblo”.

Sob o sol forte dum manhã de Fevereiro, camponeses sem terra, donos de fazendas, trabalhadores de plantações estatais

(das terras que pertenciam a Somoza e à sua família), pequenos proprietários cooperativistas e, inclusive, estudantes do ensino secundário que como brigadistas ajudam na colheita, já que muitos dos homens mais fortes e experientes empunham armas para defender o país dos “contras”, expõem os seus problemas, apresentam queixas e sugestões.

Tanques de fabrico soviético protegem a reunião (estamos numa área de frequentes incursões contra-revolucionárias) e a televisão filma cada uma das intervenções e as respostas que

serão transmitidas dois dias depois para todo o país. Alguns problemas são resolvidos na altura. O presidente recrimina e ordena sanções contra as autoridades locais, que apenas dois dias antes da reunião começaram a distribuir os víveres que estavam há várias semanas nos armazéns. Outros problemas são analisados e explicados. Será preciso concentrar esforços e investimentos no campo e não dar tantos recursos para a cidade, o que estimula a migração. Os camponeses sem terra deverão abster-se de ocupar propriedades que estejam a produzir, mas serão apoiados e receberão a terra se denunciarem produtores ineficientes ou absentistas. Há intervenções feitas com humor, como a dum camponês que informa sobre uma fazenda em que “o companheiro proprietário abandonou a terra e foi para Miami trabalhar com os ‘contras’”.

Outras reflectem com ironia as peculiaridades do modelo nicaraguense de economia mista,

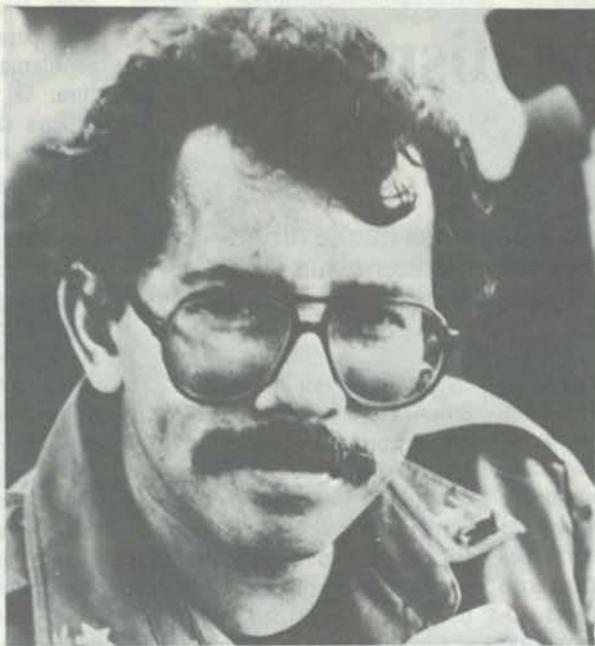


Os Comitês de Defesa Sandinistas (CDS) são uma estrutura marcante na vida política da Nicarágua

como quando um médio proprietário agradece ao "honorable presidente" o envio de brigadistas "para salvar a minha colheita". Colheita de café que, graças à subida do preço internacional, vai trazer uma importante entrada de divisas para a Nicarágua. Tão importante que o governo, monopolizador do comércio externo, como forma de estimular os produtores lhes paga uma parte da produção em dólares.

A senhora Arado, procedente dumha Unidade de Produção Estatal (UPE) vizinha, foi a última a usar da palavra antes do discurso final do comandante Ortega. Transcrevemos a seguir a sua intervenção, que fez aparecer lágrimas em muitos rostos curtidos pela luta e pelo trabalho.

"Companheiro presidente, uma saudação revolucionária desta mãe de dois filhos mortos na revolução popular sandinista. Saúdo todos aqui reunidos e quero também que saibam que eu, como mãe de filhos mortos, digo ao presidente Ortega e aos seus acompanhantes que nós, as mães, estamos dispostas a dar até ao último filho se assim for necessário. Mas também lhe pedimos que seja mais consciente a ajuda que nos dão, porque nos é dado 3.150 córdobas. Nós pedimos e a



Ortega: uma presença constante junto da população

revolução que nos peça os nossos filhos. Nós vamos dá-los até ao último se for necessário. Porque este país é nosso e vamos defendê-lo até ao fim.

"Também digo ao presidente e aos que o rodeiam que nós, familiares dos mortos, muitos de nós vivemos numa UPE, e muitas vezes por isso falta-nos como

"Nós, mães, estamos dispostas a dar até ao último filho se isso for necessário"

didade. Dormimos no chão, não temos uma tábua onde recostar-nos, não temos dinheiro para comprar uma cama. Mas também queremos que nos dêem um pedaço de terra para produzir feijão, milho, mandioca, batata, tudo o que dá neste país e tudo o que é necessário para

ajudar as produções cafeeiras, porque se não há alimento não podemos trabalhar.

"Aqui, nós necessitamos da força de todos os que nos rodeiam na revolução popular. Nós, as mães, acredito que todas as mães são como eu, não chorei os meus filhos nem os choro. Sinto-me orgulhosa porque antes, companheiros, eu nunca na minha vida, nos meus 52 anos, jamais vi o rosto de Somoza e dos seus acompanhantes.

"Hoje os estudantes juntam-se a nós, convivem conosco,

comem o mesmo feijão. Bem, mas sabemos que aqui a situação é dura. Sabemos que não podemos pedir muito, até que haja paz na Nicarágua. Peçamos paz e tranquilidade até que aqui haja paz, mas acontece que muitas vezes temos que pedir um pouquinho, porque não suportamos mais as necessidades.

Porque vocês sabem que eu fui antes a esse mercado aí em baixo e este vestido vale 4.500 córdobas e os sapatos também. Pelo menos entre os

familiares dos mortos, há às vezes até cinco crianças. Mas nós as mães trabalhamos cortando o café para quando tivermos que lhes comprar sapatos para irem à escola. Nós dizemos que o irmão tem um par, mas o outro não tem, porque não temos dinheiro. Então o que vamos fazer com

um par de sapatos onde há cinco crianças que vão à escola? Nesta revolução temos vergonha de mandar as crianças com os seus pés descalços, feridos, porque a professora pergunta: "porque é que não calça sapatos as suas crianças?". "Não é porque não fomos comprar, mas porque no mercado o meu dinheiro não chega". "Está certo, companheira, então mande-os assim mesmo". Mas o menino diz-me: "mamá, porque é que tu me mandas descalço? Não, mamá, não me mandes porque eu tenho vergonha, porque os outros meninos vão bem vestidos. Eles deram-me uma canelada. Eu não vou."

Não digo isto para que o comandante pense que o povo não o quer. O povo está do seu lado e seguimos em frente com a Frente. Aqui não virá ninguém mandar em nós, porque somos nós, os nicaraguenses, quem manda aqui. (Aplausos)

"Também lhes digo que esta é a UPE Asunción Lóitiga, que era de Pallais Debayle (parente de Somoza). Agora é dos trabalha-

dores. Companheiros, não se encontram aqui todos os que lá trabalham, apenas metade deles, porque não há veículos para trazer todos, porque a empresa não tem condições de realizar tudo o que desejamos e necessitamos. Mas nós, companheiros, viemos encontrar-nos com o comandante Ortega porque é ele quem sabe, de facto, das nossas necessidades, porque nós e ele somos a revolução. Nós, as mães dos mortos, vamos deixar as tripas entre as árvores e os troncos, irmãos.

"Na UPE onde vivo formámos um batalhão de mulheres. Para quê? Para ir a Waslala, pois o



"Não virá ninguém mandar em nós..."

povo de Waslala conhece-me, sabe quem eu sou. Uma mãe camponesa, velha, mas ainda posso lutar pelos meus filhos e pela pátria, porque aqui somos nicaraguenses. Aqui o ianque *go home*. Veio tropeçar nas pedras daqui, porque aqui vamos quebrar-lhe os dentes à paulada.

"Porque isto aqui nos custou o sangue e os nossos mártires, e nós, camponeses e operários, chegaremos ao fim. E digo isto ao comandante para que ele se sinta com grande moral, porque há camponeses aqui que estão dispostos a morrer. Os nossos filhos morreram, mas para nós, na nossa pátria, eles não morreram, continuam vivos. Porque? Porque os seus irmãos continuam a lutar. Continuam a lutar na nossa pátria alguns companheiros que são de outro país, que aqui estão em pé de



"...porque somos nós, os nicaraguenses, quem manda aqui!"



O regime sandinista tem concentrado grandes esforços na agricultura

igualdade conosco. Antigamente não podíamos vir aqui, a Matagalpa, para dizer que tínhamos um problema, porque a Guarda agarrava-nos e batia-nos. Faz sete, oito, dez anos, que morreu Ignacio Arado, o meu marido: ele era aleijado numa mão e um guarda atravessou o seu braço com uma baioneta e a sua mão foi partida porque Somoza dizia que nós sa-

bíamos de um grupo de Sandino que andava numa montanha. Sim, companheiros, não nego, os meus filhos foram guerrilheiros e se eu morrer por isso não me importa.

“Porque aqui não nos deixam trabalhar em paz. Não nos deixam trabalhar tranquilos. Por isso mandaram os homens, companheiros. Muitas vezes perguntam-

-me: ‘companheira, e você porque se sente tranquila?’, já que às vezes passamos necessidades.

“Porque, companheiros, vocês não sabem a situação que vive o país. Um país grande, que tem muitas necessidades, às quais o governo ainda não pode dar resposta. Mas hoje, reunidos aqui com todos eles, com os nossos irmãos, com a nossa juventude sandinista, com a ATC (Associação dos Trabalhadores do Campo) e com todos os que hoje aqui estão, companheiros, dou ao comandante uma saudação, um abraço, aos seus familiares e a todos os que o rodeiam e a todos os que estamos aqui hoje reunidos e por isso deixo-lhes estas palavras, para que ele saiba que eu sou a mesma que se reuniu com ele em Quebrada Honda, que nunca desanimei, continuo sempre sandinista. Obrigada, companheiros, pela atenção que me prestaram”.

cadernos do
terceiro mundo

Assinaturas

Portugal

anual (12 números) 850\$
semestral (6 números) 500\$

Espanha (12 números) 900\$

Estrangeiro — Anual (12 números)
por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA

Restantes Países 28 dólares USA

intexang

Dez anos com Angola

Angola, 1976. Aquilo que muitos apontavam como «senso comum» traduz-se numa simples palavra: partir. Tal tipo de «senso comum», é verdade que surge sempre em momentos históricos daquele tipo, assim como é também verdade que, na generalidade dos casos, não tem sido essa a opção que tem feito a História.

Para aqueles que nessa altura decidiram ficar e criar a INTEXANG, não estaria em causa fazer História. No seu verdadeiro sentido, a opção era comercial. Contudo, e porque em negócio as coisas não são tão lineares como isso, havia o conhecimento de que aqueles que até aí tinham feito História, pretendiam continuá-la no sentido mais positivo, procurando ajudar a «fazer» um País.

Não se fez tudo quanto se desejava, mas procurou-se sempre fazer o melhor.

1986. Na INTEXANG acredita-se que mais uma vez haverá coerência nas medidas a tomar. Acredita-se, uma vez mais, que também a nível de empresa será de manter a mesma política de actuação externa. Ao fim e ao cabo existe hoje, contrariamente a 1976, uma experiência de dez anos de relacionamento comercial. Se algo se deseja é que o «senso comum» seja o principal vínculo comum a empresários e governantes portugueses, não agora com o sentido atribuído em 1976, mas sim como traduzindo um efectivo empenhamento em melhorar o que de positivo se construiu nos últimos dez anos. Para a INTEXANG a opção é clara.

intexang

Intexang

PLANEAMENTO E REALIZAÇÃO DE OBRA
ENGENHARIA CIVIL - TOPOGRAFIA - ARQUITECTURA
PRÉ-FABRICADOS CONDAÇO

Av. 4 de Fevereiro, 52-B — Luanda - R.P.A. Tels: 70538 70548 - Telex: 3117-INTEXE A
Av. Júlio Dinis, 10-3.º G-F Tels: 768439 763224 - Telex: 18300-INTEXE — 1000 Lisboa

Habitação
Escolas
Postos médicos
Edifícios metálicos

Mobiliário
Cozinhas industriais
Lavandarias
Frio industrial

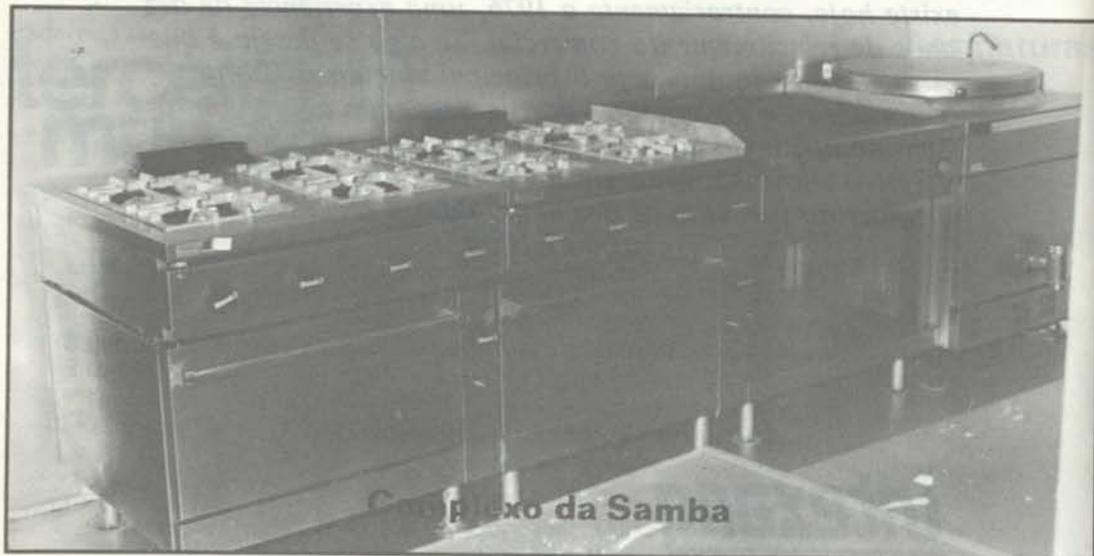


Conferência Ministerial
Países Não-Alinhados
Luanda, Setembro 85

II Congresso do MPLA-PT
Luanda, Dezembro 85

Ao serviço dos conferencistas

Ao serviço dos congressistas



Fornecido à Empresa Nacional de Pré-fabricação, Pré-fabricados, U.E.E.

Propriedade da Logitécnica, U.E.E. — Secretaria de Estado da Cooperação



Meio milhão de pessoas assistiram à chegada triunfal de Benazir Bhutto a Lahore, em 10 de Abril último

O desafio de Benazir

Depois do regresso da líder da oposição, o movimento popular procura um novo alento na luta contra o regime militar

T rês meses após a chegada triunfal a Lahore de Benazir Bhutto, a carismática presidente do Partido Popular Paquistanês (PPP), a situação política no país permanece tensa e conturbada. Benazir é filha do antigo primeiro-ministro Zulfikar Ali Bhutto, enforcado há sete anos na sequência do golpe militar do general Zia ul-Haq.

A movimentação popular desencadeada no início de 1986 com a suspensão de oito anos e meio de lei marcial — que tinha alcançado proporções nunca antes verificadas no Paquistão em Abril, quando Benazir Bhutto regressou

do seu exílio voluntário — teve uma quebra abrupta no mês do Ramadão.

A incógnita que agora se coloca é a de saber se o abrandamento da agitação popular, provocado pelas quatro semanas de jejum islâmico, será ultrapassado e se a população das cidades responderá da mesma maneira que antes aos apelos de Benazir para exigir nas ruas a realização de eleições livres segundo as normas da Constituição de 1973.

Nos cálculos do general Zia ul-Haq e do primeiro-ministro Mohammed Khan Junejo, o tempo corre a seu favor e infligirá um inevitável desgaste na campanha

da oposição. Caso isso não aconteça e a contestação popular exceda os limites estipulados pelo regime de Islamabad, Zia ul-Haq já anunciou a sua resposta: a reinstauração do Estado de excepção. Para a líder oposicionista, que os deserdados paquistaneses apelidam de "a Imparável", as opções com que se depara não são fáceis.

Se, por um lado, tem necessidade de manter a pressão popular e não desiludir os milhões de pessoas que a consideram "o destino da nação", por outro, precisa de tempo para reorganizar o seu partido e unir as facções regionais rivais que o dividem.

O exemplo filipino

A ilusão vivida com a apoteótica recepção a Benazir em 10 de Abril, diluiu-se. O meio milhão de pessoas que ocorreu ao aeroporto de Lahore para vitoriar a líder de 33 anos de idade e que se aglomerou ao longo dos 14 quilómetros percorridos por Benazir até ao local do seu primeiro comércio, fez crer a muitos que o regime poderia ter caído nesse dia.

"Poderíamos ter tomado o poder ontem no Paquistão, mas os custos seriam demasiado elevados", afirmaria no dia seguinte numa conferência de imprensa a própria Benazir, fazendo-se eco desse entusiasmo. No entanto ela sublinharia ser seu desejo e do seu partido, procurarem uma solução pacífica para o regresso da democracia, e evitar a todo o custo a deflagração da violência no país.

De facto, não oferece dúvidas a intenção de Benazir em manter o controlo das manifestações dentro dos limites pacíficos, apesar da utilização da linguagem dura com que fustiga o governo e o presidente Zia ul-Haq, cujo nome ela raramente menciona preferindo chamá-lo de "o usurpador".

E enquanto afirma à multidão que não regressou ao país "para se vingar", mas "para trazer a revolução ao Paquistão" e recorre a um estilo de discurso semelhante ao de Corazon Aquino, por quem confessa profunda admiração, a filha de Ali Bhutto sabe que carece de dois factores extremamente influentes no caso filipino:

"Não tenho um general Ramos nem um cardeal Sin, mas tenho um partido político" argumenta Benazir perante a constatação de no Paquistão não existirem fac-

ções militares influentes permeáveis à democratização nem a hierarquia religiosa aliada à oposição. No entanto, isso não impede de brandir o exemplo filipino, e exigir a queda do governo de Islamabad caso este recuse a realização a curto prazo de eleições limpas.

Solidificar as etapas

Ciente da importância das forças armadas e da igreja, a jovem presidente do maior partido da oposição pratica, desde muito antes do seu regresso de Londres, uma política prudente em relação a ambos.

Tentando cativar, se não a sua aderência, pelo menos a sua neutralidade, Benazir tem assegurado nos negócios não pretender diminuir os grandes privilégios usufruídos pela casta militar nem contrariar a omnipresença das

Um regime mercenário

□ No final de 1985, o governo de Islamabad requereu aos Estados Unidos a renovação da ajuda financeira concedida em 1981 para um período de cinco anos. Negociado após a intervenção soviética no vizinho Afeganistão, o acordo, agora expirado, atingira 3,2 mil milhões de dólares, metade dos quais em fornecimento de armamento. Para o novo período de cinco anos, o governo paquistanês pediu o dobro: 6,5 mil milhões de dólares, repartidos em iguais proporções de ajuda militar e auxílio económico.

O montante foi considerado excessivo pela administração republicana e reduzido a 4 mil milhões, o que não deixa de constituir uma das maiores contribuições financeiras de Washington a um país estrangeiro.

Antes de permitir a concessão deste empréstimo, o Congresso norte-americano exigiu um maior controlo pelo seu governo dos financiamentos à contra-revolução afegã. Calculada em mais de 250 milhões de dólares para o corrente

ano, esta ajuda em armas e dinheiro (considerada, por seu turno, a maior operação clandestina da CIA desde a guerra do Vietname) é directamente administrada pelas autoridades paquistanesas. A exigência do Congresso responde às previsões de parlamentares norte-americanos, segundo as quais, mais de 50% da ajuda destinada a combater o regime de Cabul desaparece nos canais da corrupção que envolvem a CIA, os grupos rivais dos "mujheddin" e oficiais ou funcionários paquistaneses.

O interesse dos EUA em transformar o Paquistão num aliado firme, nascido com a queda de Reza Pahlevi no Irão e a revolução afegã, reforça-se numa época em que outros flancos do continente (Filipinas, Coreia do Sul, Indonésia) atravessam convulsões internas de consequências imprevisíveis e inquietantes para o Pentágono.

Ao mesmo tempo que tenta persuadir Islamabad a abandonar o seu programa de armamento nuclear (questão que o lobby pró-israelita no Congresso de Washington é particularmente activo), a administração Reagan procura levar o Paquistão a desempenhar um papel re-

forças armadas na sociedade paquistanesa. (Cerca de 30% dos lugares de chefia da administração e das empresas, públicas e privadas, são ocupados por militares.)

“Não somos contra um exército forte, apenas contra generais demasiado ambiciosos”, garante a presidente do PPP que defende a opção nuclear e o fabrico da bomba atómica.

Num país em que 97% dos seus cerca de 100 milhões de habitantes professam o islamismo (sunistas, na sua maioria), a líder opositora manifesta publica-

O Paquistão possui 803.943km², sem incluir Jammu e Cachemira, em disputa com a Índia. País montanhoso e desértico, a única zona irrigada do território é a bacia do rio Indo, em cujas margens se concentra o grosso da população de 93 milhões de habitantes. Os principais produtos agrícolas são o trigo e o algodão, enquanto a principal indústria do país é a têxtil (algodão)



mente um extremo cuidado no respeito às leis maometanas.

Sem criticar a exploração do fervor religioso praticada por Zia ul-Haq nem a islamização institucional por ele introduzido no Pa-

quistão, Benazir, que antes de regressar à pátria efectuou uma peregrinação a Meca, conhece a hostilidade dos dignatários do Islão à eventualidade do poder político vir a ser exercido por uma

levante na segurança do Golfo Árábico, incorporando as suas forças armadas no CENTCOM (Comando Central), nova estrutura militar que substituiu a Força de Intervenção Rápida instalada no sultanato de Oman e na Ilha de Diego Garcia, no Oceano Índico.

Exprimindo as suas convicções favoráveis à política de não-alinhamento, Zia ul-Haq negou sempre ter alguma vez prometido a cedência do território paquistanês para instalação de bases norte-americanas ou concedido facilidades militares a Washington durante as negociações dos empréstimos quinquenais.

No entanto, entre outras obras de infra-estrutura militar viradas para o espaço estratégico do Golfo Árábico, foram construídos ou estão em projecto de execução, na região ocidental do Baluquistão (fronteira com o Irão e o Afeganistão), 23 novos aeroportos e uma via rápida de 800km que irá ligar, ao longo da costa do Mar Árábico, Karachi à fronteira iraniana. Por outro lado, forças de oposição integradas no MRD acusaram o governo, no ano passado, de permitir aos EUA a instalação em Gawasar – pequeno porto pesqueiro junto da

fronteira iraniana transformado em base da marinha paquistanesa – de um sistema de escuta electrónica. Esse sistema visa vigiar o Golfo e autorizar a utilização das bases aéreas situadas perto de Karachi pelos aviões da US Air Force destacados para o CENTCOM.

A integração das forças armadas paquistanesas no sistema estratégico norte-americano revela-se também no estacionamento de tropas de Islamabad em 22 países do Médio Oriente e da África oriental, de grande importância para os interesses de Washington.

Mais de metade dos cerca de 40 mil efectivos paquistaneses a servirem no estrangeiro estão “alugados” à Arábia Saudita: 13 mil homens de uma divisão de infantaria, 12 mil de duas brigadas de blindados e duas brigadas de artilharia, centenas de pilotos e técnicos da força aérea e marinha.

Além das importantes fontes de receitas que proporciona, esta política do “regime mercenário” valoriza a aliança do governo de Islamabad com os Estados conservadores do Golfo e assegura aos EUA disporem de um gendarme essencial no policiamento da região. C.P.S.

mulher. Também neste aspecto ela é obrigada a agir com cautela.

Para conservar a preponderância que o Partido Popular Paquistanês exerce no interior do Movimento para a Restauração da Democracia (MRD), aliança que integra onze partidos da oposição, Benazir e os outros dirigentes do PPP têm de levar em conta as objecções que alguns dos seus parceiros levantam às reivindicações de eleições a curto prazo e pesarem correctamente as ameaças do retorno à lei marcial feitas por Zia ul-Haq.

A tática política de Benazir Bhutto é pesada em dois pratos de balança: alimentar a pressão popular contra o regime sem, no entanto, subestimar a capacidade de réplica do adversário. Não está provado que um endurecimento da repressão, com conseqüente interrupção da "abertura permitida", possa favorecer o movimento oposicionista que atravessa ainda uma fase de incipiente organização.

As visitas a Washington e Moscovo

Antes do seu regresso definitivo ao Paquistão (em Agosto de 85, Benazir visitou o país para participar no funeral do seu irmão Shahanawaz, morto misteriosamente em Cannes, sul da França, tendo já nessa altura recebido um estuasiástico acolhimento), a presidente do PPP deslocou-se a Washington e conferenciou com funcionários do departamento de Estado, seguindo depois para Moscovo onde permaneceu dois dias em conversações com as autoridades do Kremlin. Uma visita que surpreendeu a imprensa norte-americana que elegera Benazir como segunda Cory Aquino.

E se nos EUA, Benazir Bhutto concordou "em princípio" com a ajuda económica e militar de Washington ao governo de Islamabad (*ver caixa*), em Moscovo fez declarações públicas de defesa da política de não-alinhamento, instigou ao reconhecimento pa-

quistanês do regime de Cabul (Afeganistão), apelou para conversações directas afegãs-paquistanesas e apoiou o degelo das relações com a Índia.

Após estas duas visitas, Benazir enviou, ainda do estrangeiro, uma longa mensagem aos membros do seu partido exortando-os a "conduzir a presente luta democrática no Paquistão até à sua vitória total, mantendo a unidade revolucionária entre todas as forças democráticas e patrióticas". O principal objectivo da luta, referia a mensagem, é o "derrube do sistema político baseado na lei marcial e a salvaguarda da segurança, integridade e estrutura federal do Paquistão pela realização imediata de eleições livres segundo a Constituição original de 1973".

Benazir insistia depois na necessidade de "restaurar as liberdades básicas e fundamentais, banir o sistema de exploração e implantar os princípios de justiça social e igualdade para todos, levantando bem alto o nome do Islão e promover a verdadeira democracia no país".

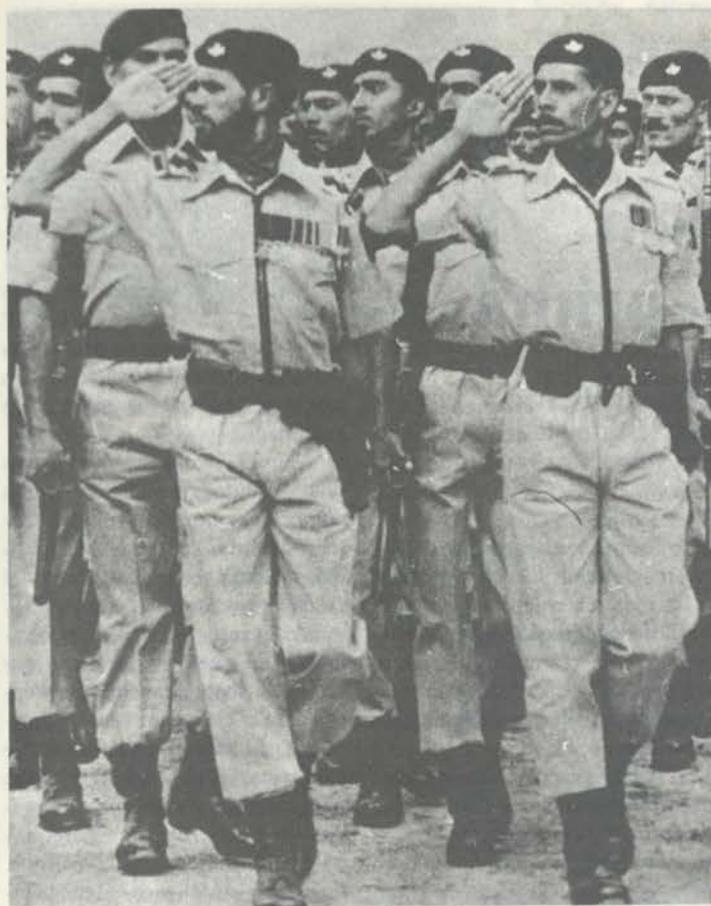
Democratização viciada

Aparentemente, o general Zia ul-Haq não se deixa perturbar com o clamor vindo das ruas que o convida a seguir o caminho de Marcos. Sobranceiro, ele trata os milhões de contestários de "irresponsáveis" e aproveita para sublinhar que as manifestações hostis em relação à sua pessoa e ao seu regime provam que o restabelecimento da democracia não é um "bluff".

Antes de revogar a lei marcial, Zia ul-Haq recorreu, em Dezembro de 84, ao método expedito do referendo, facilmente manipulado, para decretar a islamização institucional do país e, simultaneamente, prorrogar por seis anos



Benazir:
uma
política prudente
com o exército
e o clero islâmico



Hagar Shour/Camera Press



Sob o regime do general Zia ul-Haq (na foto), 40 mil efectivos do exército paquistanês servem no estrangeiro, mais de metade dos quais estão "alugados" à Arábia Saudita

a sua permanência na chefia do Estado. Em Fevereiro de 1985, sob o clima da lei marcial, efectuaram-se eleições parlamentares boicotadas pela oposição (os partidos políticos, enquanto tais, foram proibidos de participar no sufrágio) antecedidas por uma vaga de centenas de prisões.

Com o novo e dócil parlamento, Zia ul-Haq validou todas as leis e medidas tomadas durante oito anos de regime de excepção e nomeou um primeiro-ministro civil, Mohammed Khan Junejo. A ele foi delegada a missão de relançar o seu próprio partido, a Liga Muçulmana, com o objectivo de poder sobrepor-se à oposição nas

eleições que o governo de Islambad recusa efectuar antes de 1990.

No caso dos protestos populares excederem os limites estabelecidos pelo regime e se for imposto o restabelecimento da lei marcial, os outros generais, que deixaram Zia ul-Haq empreender a experiência de «democracia limitada», poderão começar a pôr em causa a sua autoridade. Nesse caso, o chefe de Estado paquistanês, comandante supremo das forças armadas e chefe do Estado-Maior do exército, corre o risco de enfrentar dissidências fortes no seio do regime.

Na encruzilhada paquistanesa,

tanto o general Zia quanto Benazir estão jogando mais que o seu futuro político. Mas no caso da presidente do PPP, os antecedentes trágicos da sua família justificam os receios dos seus correligionários sobre os perigos que a ameaçam. Ela tem consciência disso: antes de deixar Londres a jovem dirigente advertiu os generais do seu país que a alegria popular com a sua chegada daria lugar à ira incontrolada de milhões de paquistaneses se lhe estivesse destinada a sorte do pai e do irmão. ●

Carlos Pinto Santos
terceiro mundo — 61

A dramática queda do preço das matérias-primas

Este fenómeno, fatídico para muitos países do Terceiro Mundo, tem um efeito desestabilizador e faz desmoronar os acordos entre produtores e consumidores

A recuperação económica dos países capitalistas altamente industrializados, iniciada em meados de 1983 e que tende a acabar com a crise mais profunda do sistema, que começou em 1929, continua a frustrar todos os que não são beneficiários directos das elevadas taxas de juros ou dos golpes de sorte nas bolsas de valores.

Na maioria das publicações económicas do Norte industriali-

zado lêem-se frases sonoras sobre os magníficos lucros auferidos pelas maiores empresas capitalistas nos dois últimos anos, confirmando, uma vez mais, que o lucro e o bem-estar são duas grandezas que raramente caminham na mesma direcção.

Um dos grupos cujas expectativas foram esmagadas com maior brutalidade pela recuperação económica em curso é o conjunto

dos países produtores de matérias-primas, especialmente as nações do Terceiro Mundo, que dependem da exportação de um pequeno número de produtos básicos.

A ilusão de que a reactivação económica dos países da OCDE levaria rapidamente os preços das matérias-primas a recuperarem níveis remunerativos mostrou-se infundada.

Nem a evolução dos preços dos produtos primários, nem o comportamento dos volumes comercializados corresponderam a essas esperanças. Este dado foi frequentemente relegado para segundo plano, face ao comportamento do petróleo, cujos preços sempre evidenciaram uma tendência para a elevação. Mas, ultimamente, as atenções dos meios de comunicação têm-se concentrado na espectacular *débauche* dos preços do *crude*, bem como na discórdia existente no seio da OPEP.

Vejam alguns dados: de acordo com os últimos cálculos do FMI, os preços dos produtos primários não-energéticos caíram em mais de 10% nos últimos três anos, desde o final de 1982 até ao primeiro trimestre de 1986.

Esta diminuição de preços afectou uma grande quantidade de produtos básicos, inclusive os minérios preciosos (excepto o ouro), metais não-ferrosos, matérias-primas industriais de origem vegetal (algodão, lã e



Matérias-primas: queda de preços e redução dos volumes comercializados



60% das exportações dos países pobres são de matérias-primas não-energéticas

açúcar), infusões tropicais (excepto café), cereais e sementes oleaginosas.

Impacte nos países produtores

A queda de preços, que se está a agravar ainda mais nos últimos tempos face à perda da posição do dólar, coincide e reflecte a contradição dos volumes comercializados.

Um bom exemplo dessa evolução são os dados correspondentes a 1985 — agora disponíveis na sua totalidade — sobre o comportamento do mercado de metais de Londres, o maior centro de transacção de matérias-primas não-energéticas do mundo.

À primeira vista percebe-se que a quantidade de níquel comercial foi reduzida de 1984 para 1985 em 50%, o volume de chumbo e estanho caiu em 40%, o zinco e o alumínio em 25%, enquanto o cobre, que manteve o mesmo nível de 1984, teve o seu preço reduzido em 25%.

Um fenómeno semelhante afectou o mercado de

borracha natural, que apresenta uma superprodução crónica, e do algodão, que se encontra em perigo de saturação, devido à crescente produção dos Estados Unidos e da China.

O mercado de lã já não é animador, por ter sido particularmente afectado pelas fortes oscilações de preços, resultantes do incerto caminho trilhado pelo dólar. Os dados referentes ao primeiro trimestre de 1986 não anunciam mudanças de rumo.

Um problema conjuntural?

Actualmente, 60% das exportações dos países subdesenvolvidos ainda se compõem de matérias-primas não-energéticas e, se acrescentarmos o petróleo a percentagem atinge os 80%.

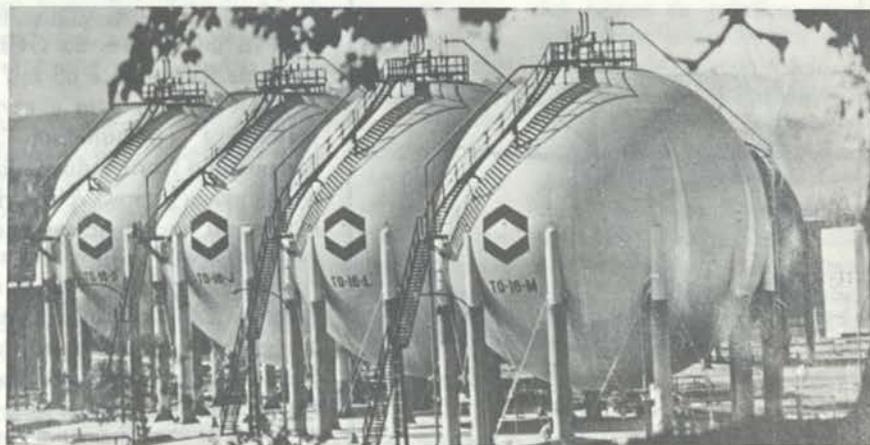
Esses números dão apenas uma ideia do impacto que representa para o Terceiro Mundo a queda dos preços das matérias-primas, particularmente para os países que dependem mais acentuadamente

da exportação de um pequeno número de produtos primários¹.

Não restam dúvidas de que a recuperação da rentabilidade do capital nas economias industrializadas do Ocidente é um fenómeno recente. Também é indiscutível a existência de taxas de juro relativamente altas aplicadas aos países subdesenvolvidos, cuja expansão da produção se encontra estrangulada por um rigor monetário que, nalguns casos, é inexplicavelmente restrito. Acrescenta-se ainda a influência da especulação financeira que prefere o *poker* da Bolsa ou a compra de títulos públicos, em vez da aquisição de arriscadas operações a longo prazo nos mercados a termo de matérias-primas.

Apesar disso, tudo o que foi anteriormente mencionado não é suficiente para atribuir a queda dos preços das matérias-primas apenas a dificuldades passageiras e pensar que muito em breve a "mão invisível" do mercado corrigirá a situação.

¹ Alguns exemplos de economia mono-exportadoras são: Zâmbia, cujas exportações são compostas de 90% de cobre; Cuba, que cobre 80% das suas exportações com açúcar, e a Gâmbia, que continua a depender em quase 80% das exportações de amendoim e óleo.



Petróleo: a *débaçle* dos preços fortalece os opositores dos acordos sobre matérias-primas

Mesmo sem apelar a explicações que nos levem aos labirintos da secular deterioração dos termos de troca, existem factos significativos que não permitem atribuir a queda dos preços e a redução dos volumes negociados apenas às questões conjunturais.

O eco das advertências formuladas pelo Clube de Roma acerca do fim da era do crescimento e sobre o próximo e inevitável esgotamento das matérias-primas não-renováveis continua a soar nos nossos ouvidos.

Também não foram esquecidas as imagens de um mundo que, em 1973 e 1978/79, devido ao boom



dos preços do petróleo, parecia ter caído nas mãos de um grupo todo-poderoso de *sheiks*, que escondia debaixo dos turbantes não se sabe que misteriosos desígnios.

Um "presente" do Terceiro Mundo

A redução drástica da inflação nos países ricos foi possível devido ao "presente" que vêm recebendo do Terceiro Mundo sob a forma de preços menores das matérias-primas. Só no ano passado, a "doação" foi superior a 60 mil milhões.

Segundo *The Economist*, de Dezembro de 1984 a Dezembro de 1985, o preço mundial dos ali-



mentos (matéria bruta como o trigo ou o cacau, não o pão de forma ou o chocolate) caiu 10%, o preço dos metais baixou 15% e o do petróleo 5,5% (este, em Março, já acumulava uma queda de preços da ordem de 50%).

Cálculos indicam que os consumidores dos países ricos pagaram 65 mil milhões por ano menos do que aquilo que pagavam em fins de 84 pela mesma quantidade de matérias-primas. Isto representa 0,7% do PIB das nações da OCDE (estimada em cerca de 9 trilhões e 65 mil milhões de dólares). De acordo com a revista inglesa, esta verdadeira oportunidade anti-inflacionária que possui o Norte industrializado é um presente dos países pobres. A contribuição do Terceiro Mundo ao crescimento dos ricos fica mais flagrante ainda quando se constata — como faz *The Economist* — que um quarto da taxa anual de crescimento do PIB (cerca de 3%) daqueles países corre por conta das *commodities* mais baratas. Como resultado, os dirigentes da OCDE esperam que a inflação de preços ao consumidor se situe numa média de 2% ou menos ao ano. Eles nunca viveram tão bem desde 1961.

O volume comercializado de estanho caiu 40% no mercado de metais

Talvez não seja incorrecto afirmar que, em nenhum outro campo, a futurologia demonstrou ser mais vulnerável do que em relação às matérias-primas. Não se pode deixar de mencionar, no entanto, alguns aspectos estruturais relativamente difíceis de quantificar e que, em muitos casos, não são perceptíveis com nitidez. Começemos pelo lado da procura.

A dança das matérias-primas

Um dos aspectos que mais contribuem para reduzir a procura de produtos primários é a transformação da estrutura produtiva em curso. Basta recordar que a "parte de leão" da procura de produtos básicos provém das indústrias tradicionais, como a da construção, siderurgia, automobilística e estaleiros.

Nos últimos anos, porém, os investimentos produtivos foram orientados em primeira instância para sectores de ponta, como a microelectrónica, informática, robótica, indústria aeroespacial, química, comunicações e para o sector terciário da economia. Isto aconteceu principalmente nos países altamente industrializados pertencentes à OCDE. Todas essas indústrias "novas" têm em comum a escassa utilização de matérias-primas.

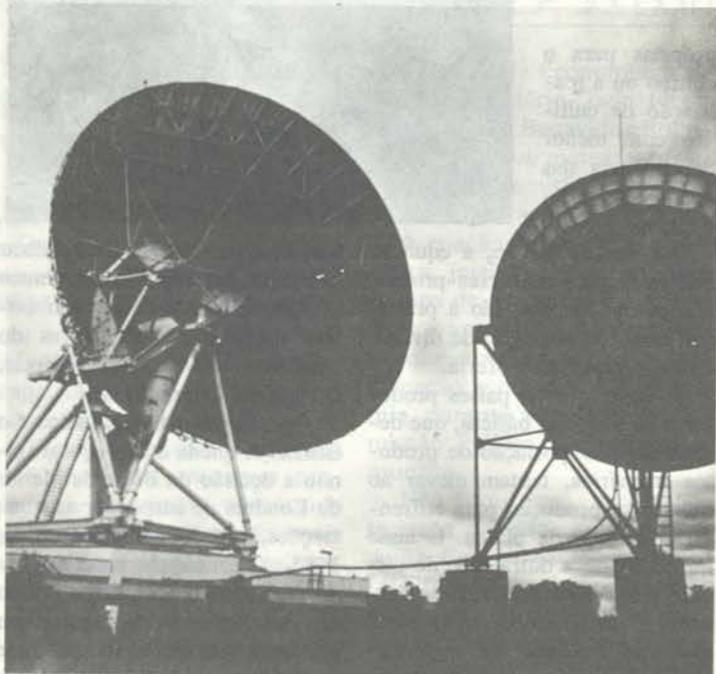
As indústrias que consomem matérias-primas de forma intensiva apresentam-se potencialmente mais dinâmicas nos países do Terceiro Mundo do que nos membros da OCDE.

Essa constatação remete-nos à antiga parábola do cão que morde o próprio rabo, num círculo perverso protagonizado pelo endividamento e pela queda dos preços das matérias-primas. Os autores do drama alimentam-se reciprocamente.

amente.

Do lado da oferta, o panorama não se apresenta muito melhor. Regista-se uma profunda "revolução do produto", cujos sinais mais evidentes são a renovação radical das técnicas produtivas, a tendência para ampliar o leque de matérias-primas "tradicionais" substituíveis por produtos equi-

rias-primas, como o uso da fibra de vidro como condutor, em vez dos fios de cobre, ou mesmo o emprego de satélites, que dispensam os cabos. Há outros exemplos, talvez menos notáveis mas nem por isso menos importantes: cerâmicas termo-resistentes que substituem o aço e o alumínio, fibras sintéticas que, graças à queda



As inversões produtivas orientaram-se para a tecnologia de ponta

valentes (geralmente sintéticos) e uma utilização crescente de novos materiais no campo dos produtos básicos "não-renováveis".

Tudo isto, aliado a um deslocamento e à concentração da produção que se verifica nos países industrializados, faz com que, a Comunidade Económica Europeia, o Japão e os Estados Unidos se transformem, cada vez com maior agressividade, em potências exportadoras de produtos primários. Os preços desses produtos, continuam portanto, a cair.

Existem alguns casos espectaculares de substituição de maté-

dos preços do petróleo, reconquistam os mercados das fibras naturais; a invasão do titânio, que substitui o aço; a introdução de novas técnicas de prospecção e exploração de resíduos na mineração; a crescente difusão de métodos de produção de energias "alternativas"; a engenharia genética e a biotecnologia, que revolucionaram a produção de proteínas, permitindo a substituição dos fertilizantes e a aplicação de enzimas para reciclar a biomassa, a fim de produzir energia inclusive a "gasolina verde", que possibilita a recuperação de áreas até agora im-

terceiro mundo - 65

Os países que dependem da exportação de produtos primários procuram aumentar a produção para poder pagar o serviço da dívida

próprias para o cultivo ou a realização de cultivos com menor dependência das condições climáticas, etc.

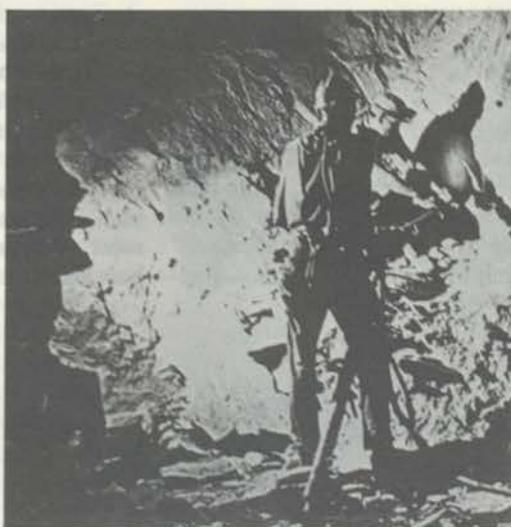
Ao mesmo tempo, a equação endividamento-matérias-primas, nos países onde elas são a principal fonte de obtenção de divisas, também pressiona a oferta.

É claro que os países produtores de matérias básicas, que dependem da exportação de produtos primários, tentam elevar ao máximo a produção para enfrentar o serviço da dívida. É nisso que consiste a outra face do círculo perverso anteriormente descrito. O resultado de tudo isso é que, nos mercados de matérias-primas de Londres, Chicago e Nova Iorque, já se ouvem rumores sobre a chegada de uma "era de abundância".

Água para o moinho neoliberal

Quer a queda dos preços e a recessão do mercado de matérias-primas sejam devido a razões estruturais ou conjunturais e independentemente das perspectivas a médio ou longo prazo, o facto é que a actual saturação do mercado tem um forte efeito desestabilizador.

Os poucos acordos em vigor entre produtores e consumidores (café, cacau, açúcar, estanho e



borracha), destinados a estabilizar os preços, garantir financiamentos compensadores e determinar outras medidas estabilizadoras do comércio de matérias-primas, começam a deteriorar-se.

O exemplo mais dramático é o estanho. A queda dos preços originou a decisão da Bolsa de Metais de Londres de suspender as transacções, em 24 de Outubro de 1985. As consequências disso ainda persistem e até Março último as negociações ainda estavam em processo, sem que se vislumbrasse um final bem sucedido para elas.

A diversidade das estratégias adoptadas pelos países integrantes do Acordo Internacional do Estanho, assinado em 1956, revelou-se um obstáculo difícil de superar. A situação é agravada pelo facto de alguns produtores de primeira ordem, como o Brasil e a China, não pertencerem ao Conselho Internacional do Estanho e praticarem uma política independente.

O enfraquecimento dos acordos internacionais, provocado pela queda dos preços das matérias-primas e pela saturação dos mercados, só leva mais "água ao moinho" dos países e secto-

res económicos tradicionalmente opostos a esses acordos. A queda dos preços acentua a resistência dos consumidores em reunir fundos para apoiá-los.

O resultado é que, em nome do mercado e contra o intervencionismo, os países defensores do "livre comércio" conseguiram bloquear os esforços da UNCTAD, do próprio FMI, da CEE e de outros organismos internacionais para estender os acordos a outros produtos e revitalizar os instrumentos de estabilização do mercado de matérias-primas. Esses países continuam a aplicar pesadas tarifas alfandegárias e a erguer barreiras não-tarifárias à importação de produtos semi-manufacturados provenientes do Terceiro Mundo.

A recente *débauche* do preço do petróleo e a feroz luta entre os produtores e integrantes da OPEP constituem um novo ponto a favor dos inimigos daqueles acordos.

Este quadro certamente não contribui para alimentar as esperanças dos que lutam por uma Nova Ordem Económica Internacional.

Juan Behrendt

Notas de Economia

Mudança estrutural

O governo da Venezuela promoverá uma modificação estrutural na economia do país, com o propósito de a fazer menos dependente do petróleo e elaborou um "plano operacional" com o propósito de enfrentar o déficit financeiro previsto no orçamento de 1987. O plano foi preparado tendo em consideração a redução de divisas provocada pela queda dos preços do petróleo.

O governo apresentou um projecto preliminar de orçamento para 1987 à volta de 16.500 milhões de dólares, menos 0,9% do que o actual. Calcula-se que a diferença entre receita e despesa alcance um déficit de mais de 4 milhões de dólares.

Entre as linhas principais do "plano operacional" apresentado pelo Ministério do Planeamento, figuram medidas alternativas económicas que produzam recursos, baseadas na capacidade ociosa das indústrias, poupanças acumuladas, excedentes financeiros de algumas entidades e a possibilidade de políticas produtivas adequadas.

O plano tem por principal objectivo estimular os sectores produtivos por forma a aumentar as exportações do país, permitindo assim uma diminuição das importações. Dessa forma, segundo a expectativa do governo, será possível, simultaneamente, gerar divisas e fomentar o crescimento da economia.

Todo este esforço está ligado "à modificação estrutural",

que consistirá numa adaptação da economia venezuelana a uma situação de crise. Segundo os especialistas, ele poderá traduzir-se na busca de uma menor dependência do petróleo, actual responsável pela entrada de 90% das divisas do país.

Sudão sem condições para pagar dívida externa

O ministro sudanês das Finanças e Planeamento Económico, Bashir Omer Fadal, anunciou, recentemente, que a dívida externa do seu país atingiu a cifra de 10.300 milhões de dólares e que Cartum está incapacitado de cumprir os seus compromissos externos.

Fadal disse que o governo não formulou um novo projecto de orçamento, em virtude do país necessitar de mais tempo para preparar uma política e um plano, face à grave crise económica do Sudão.

Sobre a situação económica do país, Bashir Fadal afirmou que o aspecto mais importante consiste no grave desequilíbrio da estrutura económica e na baixa produção e produtividade. O valor do Produto Nacional Bruto (PNB) caiu, de 1984 para 1985, de 2 a 2,5%, enquanto a despesa geral aumentou substancialmente.

Cuba cria novo órgão para dirigir economia

O Conselho de Estado cubano criou um novo organismo, a Comissão Nacional de Sistema



de Direcção da Economia, a nível de ministério, cujo titular será Joaquin Benavides Rodriguez, até agora ministro-presidente do Comité Estatal do Trabalho e Previdência Social.

A criação do órgão é a primeira iniciativa imediata em termos de economia anunciada após a aprovação, no mês passado, das modificações na planificação e direcção da economia, durante a reunião da Comissão Política do Partido Comunista.

Não ficou claro, inicialmente, se a entidade substituirá a Junta Central de Planeamento (JUCEPLAN), organismo que até agora coordenou e supervisionou todos os programas nesse campo. Sob a direcção de Humberto Perez, a JUCEPLAN implantou no país, há 10 anos, um sistema de direcção económica fundamentada na "relativa" autonomia das empresas e introduziu mecanismos financeiros hoje em dia criticados.

O presidente da JUCEPLAN foi substituído há quase dois anos, e o presidente Fidel Castro insistiu, nas suas últimas intervenções públicas, na necessidade de erradicar as "correntes liberais burguesas" introduzidas na concepção económica de Cuba.

ÁFRICA ECONÓMICA é um boletim informativo que pretende fornecer um panorama sintético de informações relevantes sobre o desenrolar da actividade económica e social em África, nomeadamente nos novos países africanos de expressão oficial portuguesa.

áfrica económica

O conhecimento oportuno dos principais factos económicos e sociais que ocorrem no continente africano, com especial relevância para os novos estados, é indispensável para todas as entidades interessadas no desenvolvimento das relações de cooperação com aqueles países ou entre eles.

A evolução da conjuntura económica, decisões relativas a projectos de investimento, acordos de cooperação, dados sobre fontes de financiamento, execução de planos de desenvolvimento, relações comerciais, legislação económica, estudos de organismos internacionais, designadamente das Nações Unidas, são alguns dos temas sobre os quais ÁFRICA ECONÓMICA, procurará informação actualizada.

Esta nova iniciativa do Centro de Estudos Economia e Sociedade CESO, interessará a todos que procuram activamente o desenvolvimento das relações Portugal-África, para benefício mútuo.

**DISTRIBUIÇÃO
EXCLUSIVA
A ASSINANTES**

CESO - CENTRO DE ESTUDOS ECONOMIA E SOCIEDADE, CRL.

ÁFRICA ECONÓMICA não é uma revista de ensaio e análise mas sim um boletim informativo periódico trimestral onde em cada número se poderá encontrar um noticiário geral desenvolvendo os grandes acontecimentos do período em análise e um noticiário específico para cada um dos cinco países africanos lusófonos.

áfrica económica

O Centro de Estudos Economia e Sociedade CESO, criado em 1982, tem desenvolvido numerosos projectos de cooperação técnica em África, alguns financiados por organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), a CEE, o Banco Mundial e a SIDA (Suécia).

Esses projectos cobrem áreas muito variadas, como formação de quadros médios em planificação, assistência técnica à organização de sistemas nacionais de planificação, programas de desenvolvimento regionais, elaboração de planos de desenvolvimento de recursos humanos, formação no domínio da direcção de empresas, assistência técnica à organização das finanças públicas, elaboração de programas de política económica de curto prazo, etc.

CESO tem também organizado em Portugal seminários sobre a cooperação económica e comercial entre Portugal e a África de expressão oficial portuguesa.

Os grandes bancos lucram com as drogas

Os traficantes beneficiam da cumplicidade dos banqueiros que violam os limites da legislação sobre o sigilo

“Os narcotraficantes desestabilizam os sistemas democráticos, financiando aventuras guerrilheiras que dispersam os esforços dos governos”. No meio do bombardeamento propagandístico lançado a partir da Casa Branca nos últimos meses, esta frase poderia ter passado despercebida se não tivesse sido pronunciada, numa reunião sobre o combate à droga, pelo ministro do Interior da Bolívia.

Recorde-se que o actual governo constitucional boliviano, ao qual pertence o ministro Fernando Barthelmy, autor dessa taxativa afirmação, foi precedido por uma ditadura de militares narcotraficantes, encabeçada pelo general Luis García Meza. Por outro lado, nesse país andino, desde a morte de Che Guevara, em 1968, que não ocorrem actividades guerrilheiras significativas.

Mas talvez Fernando Barthelmy não tivesse plena consciência do significado das suas palavras, que o transformariam num peão da estratégia publicitária de Washington na Conferência Especializada Interamericana sobre Narcotráfico realizada pela OEA, no Rio de Janeiro, no passado mês de Abril.

Interrogado sobre os elementos em que baseava a sua acusação,

Barthelmy limitou-se a dizer que a cumplicidade com grupos guerrilheiros “é do interesse dos narcotraficantes”. E acrescentou: “temos alguns casos em investigação, que depois de esclarecidos serão divulgados”.

A tentativa de estabelecer essa ligação entre movimentos revolucionários e narcotraficantes não é nova. Já em Setembro de 1979, a jornalista Penny Lernoux assinava na revista *Inquiry* que “a versão actualizada da Doutrina de

Segurança Nacional da *Drug Enforcement Administration* (DEA) procura ligar a subversão ao narcotráfico. Os programas anti-droga da DEA proporcionam uma boa cobertura para as violações aos direitos humanos”, concluía o artigo. (Ver “Drogas: um poder transnacional” em *cadernos do terceiro mundo* nº 67). Mas é a partir do episódio do Palácio da Justiça de Bogotá, em Janeiro passado, que a Casa Branca insiste com mais força em ligar grupos guerrilheiros com o comércio de narcóticos. A estratégia visa facilitar o fornecimento de ajuda militar destinada à repressão política, camuflada como “recursos para o combate ao narcotráfico”.

Enquanto isso, a dependência de drogas alastra-se pelos Estados Unidos, onde um terço da população já experimentou algum tipo de narcótico. Na realidade, o crescimento vertiginoso que o tráfico



Cocaina: sustentáculo do regime de García Meza na Bolívia

A conferência do Rio de Janeiro

□ Convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), realizou-se no Rio de Janeiro a 1ª Conferência Especializada Inter-americana sobre Narcotráfico, com a presença de todos os membros da OEA, incluindo sete ministros e observadores de países europeus, do Japão e de Israel. Os trabalhos desenvolveram-se entre os dias 22 e 25 de Abril passado.

Originalmente, estava prevista a aprovação do programa de acção contra o consumo, produção e tráfico de drogas, elaborado pelo Brasil e apresentado por outros 18 países. Esse programa previa a realização de estudos para investigar as causas do uso de drogas e determinar as formas mais adequadas para a consciencialização da sociedade sobre este flagelo. Também propunha o desenvolvimento de projectos de tratamento e recuperação de viciados através da Organização Panamericana de Saúde.

Nos aspectos repressivos, recomendava a ampliação dos mecanismos de troca de informações, o estabelecimento de controlos rígidos sobre a produção e comercialização de produtos químicos utilizados na produção de drogas e a

a erradicação das culturas ilegais.

Outro ponto importante aconselhava a aprovação de leis que "permitam detectar os recursos depositados nas instituições financeiras por traficantes de drogas, possibilitar o confisco de bens provenientes do tráfico ilícito, independentemente do país de origem, e enquadrar como delito (...) o chamado *banho de bens* (...) provenientes do narcotráfico".

Mas o ponto de discórdia foi a proposta de criar um "fundo nacional para a prevenção do uso e combate ao tráfico ilícito de drogas" constituído entre outros elementos, por "fundos e bens ligados ao tráfico de drogas, confiscados pelas autoridades nacionais competentes".

Quando o projecto ia ser aprovado, o delegado do Fundo das Nações Unidas para o Controlo do Abuso de Drogas, Giuseppe di Gennaro, opôs-se. "Criar um fundo especial para este propósito - advertiu Di Gennaro - seria inadequado". Numa conferência de imprensa anterior, a delegação norte-americana já havia manifestado também a sua oposição a tal iniciativa. "Dizem que se criarmos um fundo poderemos esquecer-nos dos recursos da ONU", comentou furioso a *cadernos do terceiro mundo* um diplomata latino-americano, que pediu para não ser identificado.

(R.S.)

García Meza e a Máfia boliviana

□ Foi divulgado recentemente em La Paz um relatório secreto elaborado por um dos colaboradores mais directos do ex-presidente Luis García Meza, sobre um plano feito pelo então presidente da Bolívia e pelos mais importantes narcotraficantes do país para arrecadar, para o governo, a quantia de 200 milhões de dólares por ano.

O documento apresenta entrevistas de emissários de García Meza (que assumiu o poder através de um golpe de Estado, em 1982) com os "exportadores" de cocaína e revela que estes se queixavam ao presidente das extorsões de que eram objecto por parte do ministro do Interior, coronel Luiz Arce Gómez e de outros

militares.

Na lista de "exportadores" de cocaína entrevistados por ordem do presidente, destaca-se o nome de Wilden Razuk, um próspero milionário de Santa Cruz, ligado ao general Hugo Bánzer Suárez, com quem trabalhou entre 1971 e 1978. Razuk desapareceu em 1984, depois de um espectacular sequestro realizado por desconhecidos em pleno dia.

O relatório revela também que os "exportadores" de cocaína concordaram em dar apoio ao ex-presidente com a condição de que este reprimisse os pequenos produtores e garantisse o funcionamento de fábricas com capacidade para produzir cinco toneladas mensais dessa droga.

A divulgação do relatório acontece no momento em que o general García Meza está a ser processado pelo Supremo Tribunal de Justiça, entre outras coisas, pela sua ligação com narcotraficantes.

de drogas regista nos últimos anos deve-se fundamentalmente ao aumento da procura nos países ricos, sobretudo nos Estados Unidos.

E como assinalou recentemente na reunião do Rio de Janeiro o ministro da Justiça da Nicarágua, Rodrigo Reyes Portocarrero, a principal responsabilidade pelo combate ao narcotráfico "cabe aos países onde existem os maiores mercados para a droga, já que eles estimulam a produção, a comercialização e o consumo".

Poder político e económico

Desde o assassinato, há pouco mais de dois anos, do ministro da Justiça da Colômbia, Rodrigo Lara Bonilla, a audácia do desafio dos narcotraficantes só é comparável à impotência dos governos para encará-lo. A maior dificuldade reside, sem dúvida, no enorme poder económico e político do narcotráfico. Enquanto Ronald Reagan insiste em procurar cocaína nas mochilas dos guerreiros latino-americanos, os dólares dos traficantes circulam livremente pelas veias do sistema financeiro norte-americano.

A DEA calcula um montante em dinheiro proveniente do tráfico de drogas nos Estados Unidos de cerca de 110 mil milhões de dólares anuais, uma quantia superior à dívida externa brasileira, a maior do Terceiro Mundo. É difícil para os traficantes manejar as somas astronómicas de que dispõem sem chamar a atenção, já que a lei norte-americana de 1970, sobre sigilo bancário, estabelece que os depósitos e transferências superiores a dez mil dólares devem ser obrigatoriamente comunicados pelos bancos às autoridades.

Para muitos banqueiros, o



Os bancos suíços garantem o sigilo do dinheiro ilícito

crecente interesse do governo por informações não-rotineiras constitui uma ameaça à vida privada dos seus clientes. William Brown, presidente do *Bank of Boston*, um dos redutos do dinheiro sujo, afirmou que "a lei do sigilo bancário não impõe qualquer obrigação aos bancos nem

lhes confere qualquer autoridade para investigar as actividades dos seus clientes. Ir além do registo normal das contas e da verificação da identidade constitui uma violação da vida privada".

O *Financial Times*, por seu lado, destaca o papel de alguns bancos norte-americanos e paraísos fiscais no exterior, como Panamá e ilhas Caymán, na "lavagem" do dinheiro ilegal. "As gigantescas somas envolvidas evidenciam que os directores bancários podem ser subornados para encobrir grandes depósitos", afirma.

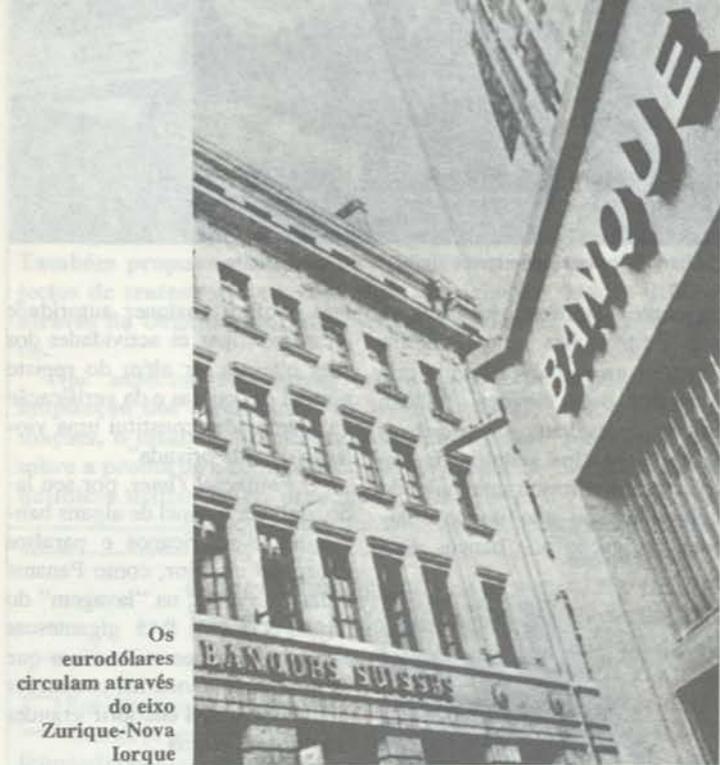
Embora o problema só tenha começado a ser analisado pelos meios de comunicação social nos últimos dois anos, já em 1980 o senador William Proxmire, presidente da comissão de bancos do Senado norte-americano, afirmava que "seis entre cada dez bancos movem contas de traficantes".

A revista norte-americana *Executive Intelligence Review* (EIR) aponta a *Merril Lynch*, uma das corretoras de valores mais



Aumenta a procura de drogas

importantes dos Estados Unidos, como pioneira nas operações de lavagem de dinheiro. Na sua edição de 25 de Abril passado, a *EIR* refere-se à associação formada pela *Merril Lynch*, a corretora de valores *White & Weld*, de Boston, e o *Crédit Suisse*, para dominar o mercado de 140 mil milhões anuais de eurodólares, um dos principais refúgios do dinheiro sujo, a maior parte do qual provém do narcotráfico.



Os eurodólares circulam através do eixo Zurique-Nova Iorque

Na rota da heróina

Como exemplo das actividades do grupo, a *EIR* cita o relatório emitido, em Novembro de 1984, pela Comissão Presidencial sobre o Crime Organizado, sobre os serviços prestados pela *Merril Lynch* ao ítalo-norte-americano Franco Della Torre, gerente de uma cadeia de pizzarias da Mafia siciliana. Segundo a comissão, o

dinheiro proveniente da heróina do Paquistão e do Afeganistão era transportado nos Estados Unidos directamente do hotel de Della Torre até ao *Banker's Trust* onde a *Merril Lynch* possui várias contas. Posteriormente, os fundos eram transferidos para o *Crédit Suisse*, em Zurique. Noutras ocasiões, Della Torre levava bolsas repletas de notas de baixo valor

para uma *suíte* no hotel Waldorf Astoria, onde eram depois recolhidas por altos funcionários da *Merril Lynch*.

A partir da década passada, a Mafia siciliana relegou para segundo plano o contrabando de cigarros para se dedicar preferencialmente ao lucrativo tráfico internacional de heróina, que lhe proporciona lucros avaliados num cálculo modesto, à volta de

40 mil milhões de dólares anuais. A cifra é aproximadamente igual ao montante que o Centro de Pesquisa para Investimentos Sociais, da Itália, atribui ao tráfico ilegal de divisas praticado pela *Honorata Società*. Foi essa mudança de ramo que determinou a nova atitude do governo e do povo italiano em relação às actividades da Mafia, que colocou entre as grades mais de mil pessoas, entre elas, dúzias de cidadãos "ilustres".

Uma parte substancial dos avultados lucros da Mafia é "lavada" em contas numeradas em eurodólares que, como se sabe, são transacções contáveis de moeda que, fisicamente, permanece nos Estados Unidos. Obviamente, a rota da heróina passa por muitos outros países europeus, mas o destino final dos recursos são invariavelmente os bancos de Wall Street, através do circuito dos eurodólares, o eixo Zurique-Nova Iorque.

Há dois anos, a polícia italiana descobriu que o empresário belga Edmond Becket, presidente da *IMC Belgium Metals PVBA*, conhecido nos meios industriais e financeiros como o "rei do alumínio", era também o "rei da heróina": Becket dirigia uma rede de traficantes, tendo sido preso sob a acusação de ter "lavado" milhões de dólares que circulavam entre bancos dos Estados Unidos, Suíça e Itália.

Dólares e ouro

A partir da detenção do industrial belga, a polícia florentina descobriu várias dezenas de sociedades fantasmas, mais de 250 contas correntes com saldos de nove algarismos em dólares e depósitos de várias toneladas de ouro. A queda da ramificação italiana da rede de traficantes permitiu a prisão de Tommaso Spa-

dar, um dos *capos* da Mafia siciliana.

Em Junho do ano passado, o *Bank of Boston* foi multado em 500 mil dólares por ter recebido ilegalmente 1.200 milhões de dólares do *capo* mafioso Gennaro Angiulo. Dessa quantia, 270 milhões foram transferidos para a matriz do *Crédit Suisse*. A multa pode parecer irrisória: 0,04% do valor dos dólares "lavados". Segundo a *EIR*, o montante foi fixado pelo fiscal federal William Weld, filho de David Weld, sócio da já citada *White & Weld*, asso-

a segunda. Títulos ao portador, destinados a clientes sem nome e sem rosto, os eurobónus são um abrigo ideal para os narcodólares.

Nem todas as transacções são efectuadas via Estados Unidos-Suça. Empresas fantasmas do Panamá são destinatárias habituais de volumosas ordens de pagamento procedentes de Miami e Nova Iorque.

A legislação sobre sigilo bancário das Antilhas Holandesas também é vantajosa para os que lidam com dinheiro sujo. Em Abril de 1983, a Comissão de



Donald Regan: omissão

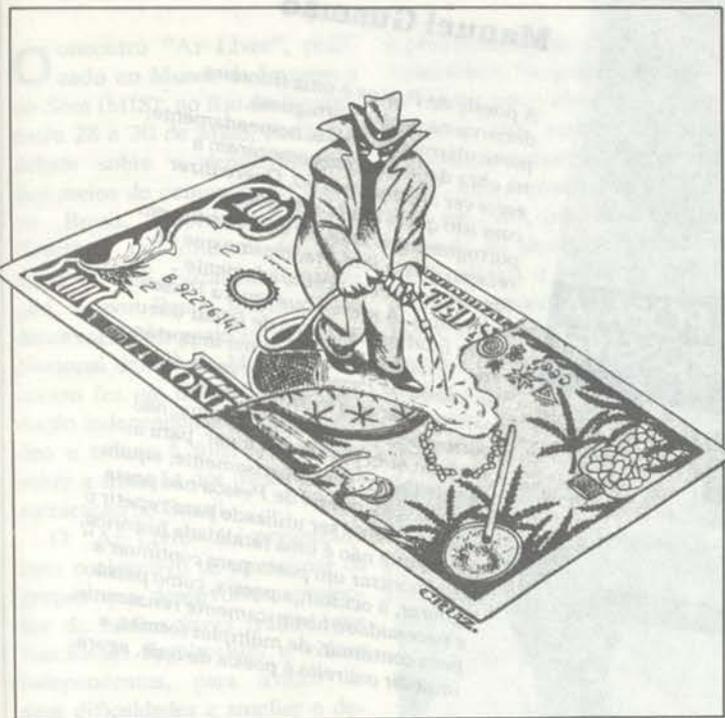
comendações da comissão legislativa, preservando assim para as ilhas a sua função de paraíso fiscal e "lavanderia" financeira.

Os já citados não são os únicos bancos aos quais se destina o dinheiro do narcotráfico: no início deste ano, o *Bank of America*, o segundo maior dos Estados Unidos, pagou 4,7 milhões de dólares, a maior multa registada até hoje, pelo ocultamento de 17 mil depósitos superiores a 10 mil dólares. Devido ao maior rigor no controlo das contas, a poderosa instituição enfrenta hoje sérias dificuldades financeiras. E já em Junho do ano passado, o *Chase Manhattan*, o *Manufacturers Hanover*, o *Chemical Bank* e o *Irving Trust* haviam pago multas entre 210 mil e 360 mil dólares pela mesma razão. Outros 35 bancos também foram punidos e mais de uma centena estão a ser alvo de investigações.

Contudo, nos círculos financeiros internacionais, sabe-se que não será com multas que o sistema bancário norte-americano poderá ser saneado. O volume de dinheiro ilícito que corrói a sua estrutura é tão alto que leva a crer que ruiria ela sem os narcodólares.

Ricardo Soca

terceiro mundo - 73



Herofina: mais de 40 mil milhões de dólares anuais para a Mafia

ciada ao *Crédit Suisse*.

Este último formou também uma *joint-venture* com o *First Boston Corp.*. Durante 1985, a nova firma, *Crédit Suisse-First Boston* e a *Merrill Lynch* foram as empresas financeiras que mais captaram recursos no mercado de eurobónus: 19 mil milhões de dólares a primeira e oito mil milhões

Contas do Congresso norte-americano denunciava que essas ilhas eram "um refúgio para a evasão de impostos e 'lavagem' de dinheiro" e pedia ao então secretário do Tesouro, Donald Regan, que cancelasse os trabalhos fiscais com essa colónia holandesa. O actual chefe de gabinete de Ronald Reagan não atendeu às re-

CAMINHO

O poema impossível O «Fausto» de Pessoa

Manuel Gusmão



A poesia de Pessoa é uma fronteira decisiva na poesia portuguesa, particularmente activa, nomeadamente, na obra daqueles que começaram a escrever até aos anos 60. Quero dizer com isto que o melhor da poesia portuguesa nos anos 40 e 50 se situa em relação a essa fronteira, mesmo que de formas por vezes acentuadamente diferentes. A poesia que ignora Pessoa corre fatalmente o risco de falhar o seu voo. Interessa que a legítima importância da poesia de Pessoa não sirva de álibi para ocultar que a grande poesia portuguesa continuou e continua, não sirva de álibi para mal a amar, para a desconhecer. Que, precisamente, aquilo que foi e é a poesia de Pessoa não possa abusivamente ser utilizado para repetir o gesto, que não é uma fatalidade histórica, de canonizar um poeta para continuar a ignorar, a ocultar, a poesia, como paixão e necessidade historicamente renascente, para continuar, de múltiplas formas, a impedir o direito à poesia de hoje, agora.

o prazer de ter bons livros para ler

Rádios livres e video popular

O movimento comunitário que nos últimos anos ganhou importantes espaços no Brasil, debate a situação dos meios de comunicação social e parte para novas iniciativas

O encontro "Ar Livre", realizado no Museu da Imagem e do Som (MIS), no Rio de Janeiro, entre 28 e 30 de Maio, reabriu o debate sobre a democratização dos meios de comunicação social no Brasil. Coordenando pela directora da oficina de pesquisa do MIS, Elizabeth Formagini, e por Paulo Martins, que desenvolve um projecto da Rádio Nacional dentro do Museu, o encontro fez um inventário da produção independente de rádio e vídeo e trouxe à tona a discussão sobre a situação dos meios de comunicação no Brasil.

O "Ar Livre" foi organizado com o objectivo de aproximar os grupos que desenvolvem projectos de *rádios livres* (rádios que funcionam ilegalmente) e vídeos independentes, para avaliar as suas dificuldades e ampliar o debate sobre a democratização do acesso aos meios de comunicação. Durante o encontro, professores, jornalistas, estudantes, cineastas, políticos, entre outras categorias, encheram o auditório do MIS, discutindo os principais problemas da comunicação de massas no Brasil.

O aparecimento das *rádios livres* (ver caixa), a estruturação do movimento de vídeo popular e

a proximidade das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, deram novo alento aos grupos políticos que tentam modificar a legislação actual, resumida na lei 4.117, uma emenda constitucional feita em 1967, que coloca exclusivamente na alçada do Presidente da República o poder de decisão sobre a concessão dos canais de rádio e televisão. Esta situação gerou a concentração do sistema, de um lado, nas mãos do Estado e, do outro, em poder das grandes empresas de comunicação do país.

As poderosas famílias

Na abertura do encontro, o professor e escritor, Muniz Sodré, abordou o problema: "todo o poder político, é hoje atravessado pelos meios de informação. Os meios de comunicação de massas no Brasil são controlados ferozmente por famílias travestidas de sociedades anónimas. São essas famílias que também controlam o Estado e dele recebem as benesses da distribuição do espaço electromagnético do país".

O sector das telecomunicações foi um dos que mais se expandiu após o golpe de Estado de 1964, tendo alcançado em 1985 um índice de crescimento de 16%.

Sergio Zveiter, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no encontro, disse que mesmo diante da possibilidade da próxima Assembleia Nacional Constituinte ser limitada e conservadora, a sociedade deve articular-se para eleger parlamentares comprometidos com a mudança da legislação actual para os



Magri e Marzagão: invadindo as frequências controladas pelo Estado

As rádios livres

As rádios livres surgiram como um dado novo dentro do processo de luta pela democratização dos meios de comunicação de massas no Brasil. Elas invadem as frequências controladas pelo Estado e pelas grandes empresas, colocando no ar informações que são boicotadas por eles.

Segundo o professor Arlindo Machado, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), elas apanharam a legislação de "calças curtas". O Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) e o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), órgãos encarregados do controlo e da fiscalização da rádio e difusão no país, têm preferido ignorar o problema.

Estação da Luz, Xilik, Tereza, Posseiros Urbanos de Goiás e Invasão são algumas rádios

livres em funcionamento no Brasil. A luta do movimento sindical, das associações e pastorais de defesa da terra, do movimento de contestação racial e das minorias sexuais, assim como a difusão de música popular fazem parte dos temas abordados pelas rádios alternativas.

O estado de São Paulo é o que conta com o maior número de rádios livres funcionais. Compareceram ao encontro Caio Magri, diretor da "Xilik", Marcelo Marzagão, da "Invasão", e Rubens Lazarani, organizador da "Tereza". Caco Ferrugem foi o representante de Minas Gerais, que tem duas rádios funcionando precariamente em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, o movimento ainda está em organização: já existem várias emissoras que fazem algumas transmissões, mas os grupos ainda estão muito isolados.

A situação pode mudar com a decisão, adoptada no encontro, de criação de uma cooperativa de rádios livres no Rio de Janeiro.

O movimento de video popular

O Movimento de video popular começou em 1981, com a TV Olho, de Nova Iguaçu, e o Centro de Educação Popular, de São Miguel Paulista. Três anos depois, quarenta grupos de todo o país realizaram um encontro em São Bernardo do Campo, São Paulo, fundando a Associação de Video do Movimento Popular (ABVMP) e inaugurando uma nova fase na produção de video independente no Brasil.

Luiz Fernando Santoro, actual presidente da Associação, disse, na sua exposição no MIS, que o movimento de video popular está a estruturar-se lentamente, mas não há dúvidas que ele criou uma nova mentalidade nas pessoas e nos grupos que se propõem a trabalhar nessa área.

Resolver num curto espaço de tempo os problemas de produção, distribuição e circulação dos trabalhos tem sido a principal preocupação da ABVMP. Para isso a Associação tem organizado cursos de capacitação técnica e mostras de videos, assim como diversos seminários, para troca de experiências. Tem ajudado também a estruturar as associações estaduais de video popular.

Santoro acha que os grupos comunitários devem pensar não apenas em exhibir as suas

produções em pequenos circuitos, mas também na possibilidade de alugar horários nas programações das grandes emissoras. No "Ar Livre" discutiu-se, por exemplo, o uso da TV Executiva, um sistema montado pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em micro-ondas, que é capaz de interligar simultaneamente mais de 40 auditórios em todo o país. Muitas experiências de video independente foram apresentadas no encontro do MIS. Estiveram presentes a TV Maringá, o Projecto Papucáia, a TV Indígena, o Espaço Comunitário da TV Educativa (TVE), Os Amigos do Morro de Santa Marta, a TV Comunitária de Nova Iguaçu, entre outros grupos. O trabalho desenvolvido por estas entidades vai desde programas sobre a saúde comunitária até, no caso do Projecto Papucáia, a filmes desenvolvidos pelos índios do Xingu na sua TV Indígena. Nesta experiência, os índios documentam as suas actividades culturais, políticas e religiosas, para intercâmbio com outras aldeias.

Alguns desses videos serão mostrados no Festival do Novo Cine Latino-Americano, no mês de Dezembro, em Havana. O festival está a ser organizado pelo Instituto Cubano de Rádio e Televisão (ICTR) e pelo Instituto Cubano de Artes e Indústrias Cinematográficas. Será a primeira vez que o evento incluirá mostras de video popular.

meios de comunicação. Segundo ele, a legislação em vigor é muito ampla, dando margem a interpretações desencontradas e manobras políticas.

Dois propostas concretas de alteração da lei foram aceites por unanimidade pelos participantes do "Ar Livre": a reserva de 30% dos canais de rádio e televisão para uso exclusivo das entidades comunitárias e a retirada da alçada do Presidente da República do direito de fazer as concessões. Elas passariam a ser outorgadas pelo Congresso, com prévia consulta ao Conselho Nacional de Rádio e Difusão, formado pelas entidades representantes da sociedade civil.

O candidato a deputado federal constituinte pelo PT do Rio de Janeiro, Lizst Vieira, acredita que

Lisbeth Oliveira



O encontro no Museu da Imagem e do Som reabriu o debate sobre a democratização dos meios de comunicação social no Brasil.

este modelo participativo, juntamente com o projecto "libertário" das rádios livres, é o mais viável para a actual conjuntura brasileira. "O debate sobre a democratização dos meios de comunicação

está apenas no início. Continuará principalmente depois do dia 15 de Novembro, para que se possa pressionar mais os constituintes eleitos", concluiu.

●
Carlos Miranda

Notas de Comunicação

Prensa Latina concede prémios a jornalistas

Promovido pela primeira vez pela Agência Prensa Latina, de Cuba, o Prémio José Martí foi ganho pelos jornalistas Guillermo Cortez Domínguez (Nicarágua), Arturo Lozza (Argentina) e Ignacio González Janzen (Argentina-México), entre 160 trabalhos apresentados por jornalistas de nove países latino-americanos.

Segundo o resultado final, o trabalho de Cortez Domínguez — sobre os inimigos da revolução sandinista — contribuiu para o conhecimento de um dos maiores conflitos do nosso tempo, através de uma pesquisa directa e com uma atraente apresentação do tema.

Arturo Lozza foi premiado por uma reportagem efectuada

no interior do Chile, onde encontrou fontes de difícil acesso, enquanto González Janzen mereceu o reconhecimento pelos seus artigos sobre a intervenção norte-americana na América Latina.

Foi ainda concedido um prémio especial ao diário nicaraguense *Barricada* pela qualidade do seu trabalho jornalístico e três menções como reconhecimento do trabalho profissional do mexicano Manuel Blanco; a nicaraguense Sofia Montenegro e o panamiano James Aparicio.

O júri do Prémio José Martí de Jornalismo teve o argentino Rogelio Garcia Lupo como presidente e foi composto por: Lisandro Otero e Jorge Timossi (Cuba), Gregorio Selser e Fernando Birri (Argentina), George Laming (Barbados), Ernesto González Bermejo (Uruguai), Hector Mujica (Venezuela), Juan Gargu-

revich (Peru), Miguel Urbano Rodrigues (Portugal) e Aroldo Wall (Brasil).

Os vencedores dos três prémios receberão 500 dólares e visitarão Cuba durante uma semana, com todas as despesas pagas. No concurso foram apresentados materiais de diversos géneros, tanto da chamada imprensa alternativa como de diários privados, destacando-se uma notável participação de jornalistas que trabalham em órgãos do interior e não apenas nas grandes capitais.

Os membros do júri, na sua acta final, expressaram a confiança de que no próximo concurso, em 1987, participem também jornalistas do Brasil, cuja imprensa é considerada uma das mais qualificadas da região.

●
(Exclusivo da PELA para cadernos do terceiro mundo).

Sobre a imprensa norte-americana

Fala-se com frequência na objectividade da imprensa norte-americana e na seriedade das suas análises. Para muitos, ela constitui o melhor exemplo do que deve ser o jornalismo no mundo moderno.

Em termos técnicos, não há dúvida de que os periódicos dos Estados Unidos são relativamente bem feitos, sobretudo se os compararmos com a imprensa dos países em desenvolvimento que carecem de recursos financeiros e profissionais. Mais importante todavia: o pluralismo das opiniões é uma exigência democrática reconhecida por lei. Todas as condições, pois, estão reunidas para que uma informação honesta e equilibrada circule continuamente nos Estados Unidos.

O pluralismo e a técnica, entretanto, não bastam para que a opinião pública esteja correctamente informada do que acontece dentro e fora do seu país. Através das cadeias de jornais, cidadãos ou grupos económicos têm a possibilidade de editorializar as notícias e exercer, desta maneira, uma influência decisiva sobre a divulgação do que lhes interessa. Além de

deturpar ou interpretar os factos segundo as necessidades do momento, existe ainda outro recurso para orientar a opinião pública: o silêncio. Parece inacreditável que isto aconteça numa época em que as telecomunicações, facilitadas pelo lançamento dos satélites, põem ao alcance imediato de qualquer jornal ou estação de rádio as menores notícias. Mas a verdade é que a manipulação da informação, se bem que mais sofisticada, continua a ser uma arma poderosa.

Vejamos um exemplo concreto do que afirmamos.

Sabemos como o governo do presidente Ronald Reagan, depois de formular com insistência uma série de críticas ao funcionamento e às orientações da UNESCO, acabou por se retirar da organização internacional em 1 de Janeiro de 1985. Esperava-se, em seguida, que a imprensa dos Estados Unidos acompanhasse a evolução dos acontecimentos e informasse os seus leitores sobre as reformas empreendidas. Não foi o que aconteceu.

Basta analisar, com efeito, a cobertura da última Conferência Geral da UNESCO, que se reali-

zou em Sófia, capital da Bulgária, de 8 de Outubro a 9 de Novembro do ano passado. Verdadeiro parlamento de todos os Estados membros (161 antes da retirada dos Estados Unidos), a Conferência Geral reúne-se em cada dois anos para tomar decisões soberanas sobre o programa de actividades e o orçamento da referida organização. Neste sentido, a reunião de Sófia foi importante, porque dos mais de 100 projectos de resolução apenas dois tiveram de ser submetidos à votação. Por outro lado, pela primeira vez depois de muitos anos, o orçamento foi aprovado por unanimidade, inclusive pelo Reino Unido que, no entanto, deixou a UNESCO poucas semanas depois.

Pois bem, sobre a conferência, que durou pouco mais de um mês, com a participação de 98 ministros e 47 personalidades de nível ministerial, num total de 1.872 delegados, a imprensa norte-americana pouco escreveu. Recorde-se, a propósito, o comentário de Leonard Sussman, que nunca escondeu a sua oposição à Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (NOMIC), patroci-

nada pela UNESCO, na revista *Freedom at Issue* (Janeiro/Fevereiro de 1986).

Director executivo da *Freedom House* e até recentemente vice-presidente da Comissão Nacional dos Estados Unidos para a UNESCO, Sussman sublinhou o seguinte: "a cobertura da conferência feita pela imprensa norte-americana foi insuficiente e mal-informada. Apenas os primeiros e os últimos dias da reunião foram noticiados, com artigos de carácter especulativo essencialmente negativos. O *New York Times* iniciou a cobertura com uma nota curta, porém errónea, afirmando que M. M'Bow tinha aumentado o seu salário ao mesmo tempo que despedia centenas de funcionários. O *Wall Street Journal* publicou o mesmo tipo de notícia". Restabelecendo a verdade sobre este e outros factos, o director executivo da *Freedom House* admitiu honestamente que a imprensa do seu país não cumpriu com seriedade o seu papel informativo.

De facto, dos 367 artigos e editoriais publicados nos jornais dos Estados Unidos, em Novembro e Dezembro de 1985, sobre a conferência de Sófia, menos de cinco por cento trataram de temas relacionados com as actividades da UNESCO nos campos da sua competência: educação, ciência e

comunicação. Quase todos abordaram temas conflituosos, tais como a retirada do Reino Unido, o futuro dos funcionários norte-americanos dentro da organização, a política do director geral, Amadou Mahtar M'Bow, as relações com Washington, etc.

Segundo um levantamento feito pela delegação da UNESCO, em Nova Iorque, 93 dos 109 editoriais publicados nesse período pronunciaram-se contra a organização internacional. Mais interessante ainda: apenas cinco editoriais, além dos 16 publicados em Outubro, mencionaram a Conferência Geral em Sófia.

Isto quer dizer que a imprensa dos Estados Unidos, em vez de noticiar os debates da reunião, explicando aos seus leitores as decisões que estavam a ser tomadas para melhorar o funcionamento da UNESCO e levar avante importantes projectos em todo o mundo, preferiu editorializar os seus artigos. Por outras palavras, ela fez exactamente o contrário do que pregam os seus mais ardorosos defensores: opinou em vez de informar. Onde está a chamada objectividade jornalística?

Além do carácter sistematicamente hostil da maioria dos artigos, convém observar que uma série de jornais norte-americanos publicou, nessa ocasião, editoriais idênticos, como se cada um deles



Edouard Bailby

tivesse sido redigido pelo seu próprio corpo redactorial. É uma prática que tão-pouco corresponde à ética de uma imprensa livre e pluralista. Respondendo em editorial a uma carta de protesto contra semelhante método, um pequeno jornal do Kentucky, o *Paducah Sun-Democrat*, com uma tiragem de 30.000 exemplares, começou por atacar a UNESCO antes de admitir que estava errado. "De agora em diante — concluiu — tudo o que for publicado nestas colunas será escrito pelos nossos próprios editorialistas ou por um autor claramente identificado".

Infelizmente, inúmeros jornais dos Estados Unidos continuarão a publicar o mesmo editorial, sem assinatura, como se este fosse original e único. É assim que trabalham certos grupos, para bombardear a opinião pública segundo os seus interesses.

Edouard Bailby*

* O autor é chefe do sector de imprensa da UNESCO em Paris e ex-redactor do *L'Express*; jornalista francês, viveu muitos anos no Brasil na década de 50 e 60, tendo colaborado em vários jornais, particularmente no *Última Hora*, na época de Samuel Wainer.

A volta de *Crisis*

O escritor uruguaio Eduardo Galeano, director do primeiro período dessa revista, lembra o ímpeto e os motivos daquele empreendimento que hoje retoma o seu caminho

Começou a circular novamente em Buenos Aires, desde Abril passado, a revista *Crisis*, que constituiu um marco entre as publicações latino-americanas dedicadas à cultura, entre 1973 e 1976, quando foi obrigada a fechar devido ao cerco da ditadura militar argentina.

Nesta nova etapa, *Crisis* aparece sob a direcção de Vicente Zito Lema, juntamente com outros sobreviventes da equipa inicial, como Osvaldo Soriano e Eduardo Galeano, o primeiro director da revista, que exercem agora a função de assessores edi-

toriais.

Da mesma forma que outros empreendimentos jornalísticos daquele período de mobilização popular e duras batalhas políticas, *Crisis* foi uma aventura e um risco, tanto em termos editoriais como pessoais, realizados de uma maneira criativa e consciente por parte de todos os

seus protagonistas.

Uma conversa que *cadernos do terceiro*

mundo teve com Eduardo Galeano em Montevideo, onde ele é agora encarregado da edição do semanário *Brecha*, continuador do legendário *Marcha* de Carlos Quijano, permitiu lembrar momentos marcantes daquela experiência.

Discutir com a censura

"O que aconteceu é que depois do golpe a equipa da revista ficou desintegrada e além de tudo *Crisis* foi proibida - explica Galeano - mas mesmo assim procurava continuar a sair".

"Curiosamente - diz-nos, devido à estrutura federal argentina ela foi sendo vetada de província em província e acabou proibida em todo o

país menos na capital federal, onde levá-la equivalia a um porte de armas. Lfamos nos jornais que tinha sido descoberto 'um ninho de subversão' e a prova consistia em que haviam sido encontrados exemplares da revista. Enquanto isso, nós, em teoria, tínhamos existência legal.

"As coisas já tinham chegado a um nível de tensão impossível de suportar. Vários dos nossos companheiros tinham sido sequestrados e presumivelmente assassinados, como Conti (Haroldo Conti) e outros, alguns estavam presos e éramos poucos os



Os dois primeiros números de "Crisis", em sua segunda época

que sobravam. A situação era politicamente insustentável e economicamente também, mas continuávamos a ir à Casa Rosada discutir com o chefe da censura, que era um capitão da marinha, vendo em que medida podíamos sobreviver."

O cerco era cada vez mais estreito. "Em cada três artigos, dois eram recusados pela censura — conta Galeano —, e além disso o novo código, que se chamava algo assim como regulamento geral para meios de comunicação, impedia as reportagens de rua e as opiniões não-especializadas. Isto significava uma sentença de morte contra a revista, porque nessas condições *Crisis* deixava de ter sentido. Tentámos por todos os modos continuá-la e quando nos demos conta de que já não se podia sobreviver com dignidade, preferimos morrer de pé".

Sobre outras batalhas

A teimosia da *Crisis* em sobreviver assemelha-se a outras experiências, como a do jornal *Epoca* de Montevideo, do qual Galeano foi director com apenas 24 anos. Falámos da ocasião em que foram incendiadas as oficinas daquele jornal: "a tremenda desgraça que foi aquele incêndio redobrou-nos as forças quando já estávamos exaustos", comenta Galeano e relata o encontro, cerca de 15 anos depois, em Hamburgo, com o ex-director da CIA no Uruguai, Phillip Agee. "Vocês incendiaram o jornal?", perguntou Galeano. "Não, nós até queríamos fazer



Galeano: "a cultura é algo criado por todos"

isso, vontade não nos faltava, mas foi um acidente" — respondeu Agee. "O que tínhamos planeado fazer não era um incêndio, mas uma operação que podia ser mais eficaz e menos espectacular".

O arrependido ex-agente contou então que eles tinham recebido dos quartéis-generais da CIA uma tinta especial que, aplicada sobre a rotativa do jornal, a estragaria para sempre. Funcionaria primeiro como uma tinta normal, mas continha um ácido que fazia efeito em 24 horas. A CIA, porém, não conseguiu introduzir no *Epoca* um operário da sua confiança para colocar a tinta na rotativa.

"Eu sei porque não conseguiram penetrar — explica Galeano. Nós tínhamos naquele período um excelente sistema de controlo, a cargo de gente muito esperta. Gente como, por exemplo, Gerardo Gatti nas oficinas e como o engenheiro Manera Lluveras, que era capaz de transformar um te-

lefone numa linotipo ou uma linotipo num telefone. Eles tinham também a inteligência e o olfacto necessários para não deixar os espões passarem da porta".

A ideia motriz da *Crisis*

"Eu diria que a diferença fundamental era entre uma concepção tradicional de cultura como *consumo* e uma concepção nova de cultura como *criação*", diz-nos Galeano, para expressar a ideia motriz da *Crisis*.

"Diante da ideia de que a cultura é algo que na América Latina poucos consomem e muitos deveriam consumir — que era a ideia tradicional inclusive da esquerda — nós imaginávamos uma concepção nova, segundo a qual a cultura é algo que todos criam e que todos devem criar, com recursos que até agora têm sido negados à maioria. Um camponês analfabeto do nordeste do Brasil também gera cultura e a questão é colocar os meios de produção e de difusão de cultura à disposição da sociedade no seu conjunto, pois eles normalmente estão nas mãos de uma minoria. Ou seja, na sociedade capitalista tal qual existe agora, a cultura — que deveria ser um direito colectivo — é o privilégio de uma minoria."

Sobre a posição político-partidária da *Crisis*, Galeano diz que "sempre foi independente e agora também continua a sê-lo". Trata-se de "uma revista de esquerda que procura actuar sobre a reali-

“Um acto de fé na palavra humana”

Fragmentos do primeiro editorial da segunda fase de *Crisis*, escrito por Eduardo Galeano:

“*Crisis* foi um grande acto de fé na palavra humana solidária e criadora, a palavra que não soa por soar, a que é voz e não eco. Por acreditar na palavra, nessa palavra, *Crisis* disse o que disse e foi odiada e perseguida por aqueles que praticam a mentira na cultura, a fraude na política e a trapaça na economia. Por acreditar na palavra, nessa palavra, *Crisis* escolheu o silêncio. Quando a ditadura militar a impediu de dizer o que tinha que dizer, negou-se a continuar a falar”(...)

“Só por ignorância ou má-fé se poderia insultar a *Crisis* chamando-lhe imparcial. Não fizemos uma revista inocente: não acreditávamos e não acreditamos que os ventos do espírito soprem acima das contradições do mundo. Agora que a moda manda regar as flores dos

jardins da Ordem, convém recordar que *Crisis* teve o costume subversivo de tomar partido entre os condenados da terra e os que vivem às suas custas, entre a liberdade do povo e a liberdade do dinheiro, entre o projecto de pátria e a modernização imitadora que converte o mundo inteiro num vasto subúrbio de Dallas. A *Crisis* nunca foi porta-voz de partido, nem boletim de paróquia, mas sempre praticou a cultura como perigosa aventura de transformação da realidade.”(...)

“*Crisis* havia surgido na crista da onda de uma poderosa maré popular de transformação da realidade latino-americana. Essa maré e as ditaduras militares que lhe deram uma resposta feroz marcaram a década dos 70. O ano de 1973, que deu origem à *Crisis*, foi na Argentina um ano de entusiasmo criador. Agora que está na moda reduzir o período anterior à ditadura a simples terrorismo, cabe lembrar que a *Crisis* foi um dos resultados daquele bonito impulso de mudança. Muitos certamente tiveram que pagá-lo com a vida. E entre eles, muitos companheiros da *Crisis*.”(...)

dade a partir de dentro e não de fora. Transformá-la a partir do que a própria realidade mostra. Não impor à realidade esquemas que possam converter-se em camisas de força, que a asfixiem em vez de alterá-la, mas procurando as chaves da transformação dentro da própria realidade. A revista poderia ser definida como anti-imperialista e de orientação socialista, mas socialista com os pés no chão, que busca as raízes da mudança social no âmago destas terras latino-americanas, sem negar naturalmente a herança universal. *Crisis* estava e está aberta a todos aqueles que nos ajudem a actuar, a encontrarmos-nos e a encontrar um caminho. Não nos parecem dignas de crédito as vozes que vêm dos países centrais e que tratam o Terceiro Mundo como se fosse uma região habitada por débeis mentais. Essas coisas não nos servem”.

“Os músculos secretos”

Na sua primeira etapa, *Crisis* tornou-se possível graças ao apoio de Federico Vogelius, um industrial argentino que a financiou, dando total liberdade aos seus realizadores. “Ele manteve-se o tempo todo ao nosso lado, participou como o melhor dos companheiros e como o mais activo, sendo um homem cuja situação económica aparentemente não tinha muito a ver com isso”, diz Galeano.

Para o escritor uruguaio, uma das melhores lembranças da sua vida é o seu reencontro com Vogelius, em 1979, em Londres, quando este acabava de passar dois anos preso por causa da revista. “Eu acompanhei-o ao dentista, porque ele tinha os dentes moles por causa dos choques eléctricos — relata Galeano. Tinha-lhe aplicado choques eléc-

tricos para que dissesse que a *Crisis* era um órgão guerrilheiro, dos montoneros ou do ERP. Ele manteve-se firme, não disse nada do que queriam que dissesse. O dentista disse-lhe que perderia os dentes e ele respondeu que isso não importava, que com dentadura postíça também se podia viver”.

“Vogelius morreu agora — acrescenta Galeano. Os médicos achavam que não passava de Outubro do ano passado, mas ele disse que não ia morrer enquanto a *Crisis* não voltasse a sair. Aguentou até Abril e no dia seguinte ao relançamento da *Crisis*, morreu. Incrível, não? São os músculos secretos, as pessoas têm músculos secretos. Vogelius demonstra isso. Alguns chamam a isso alma, outros consciência. A razão não explica, mas isso não quer dizer que não seja real, não quer dizer que não exista”.

O Colégio da Liberdade

Em Morogoro, a 190 km a oeste de Dar es Salam, na Tanzânia, longe do campo de batalha, o Conselho Nacional Africano (ANC) instalou a sua principal escola de formação de jovens

O Colégio da Liberdade Solomon Mahlangu, situado na Tanzânia, que adoptou o nome de um estudante do Soweto condenado à morte em Abril de 1979, foi inaugurado oficialmente pelo Congresso Nacional Africano (ANC), em Agosto do ano passa-

do, mas a sua história remonta a 1969, quando era denominado Mazimbu Farm.

A necessidade de proporcionar uma educação sistemática aos jovens exilados do *apartheid*, sobretudo a partir dos aconteci-

mentos de Soweto, foi convertendo a velha plantação de sisal num complexo agro-escolar modelo, que abriga actualmente cerca de 700 estudantes.

O Colégio da Liberdade prepara os seus alunos para servirem em todas as esferas da sociedade, com um alto sentido de responsabilidade e dedicação à luta de libertação, na perspectiva de se tornarem os quadros da nova sociedade sul-africana.

A educação propriamente dita consiste nos dois primeiros ciclos do ensino e na formação de mão-de-obra especializada, incluindo, além disso, cursos de alfabetização de adultos, com programas e textos adaptados à realidade dos alunos e à sua futura integração social.



Os alunos do Colégio da Liberdade são educados no sentido do comprometimento com a luta contra o *apartheid*

O complexo agro-escolar

As condições de vida dos alunos do Colégio da Liberdade superam largamente a qualidade habitualmente encontrada na maior parte dos países africanos: uma grande biblioteca, quatro laboratórios de química e física, uma clínica e áreas desportivas.

Ao lado do colégio, uma granja piloto emprega cerca de 250 operários tanzanianos, contando com duas ceifeiras mecânicas e 15 tractores, condições técnicas que contrastam com o meio circundante, onde os camponeses ainda trabalham a terra com o arado.

"Já somos auto-suficientes em milho, fava, sorgo, carne de porco e 40% dos legumes. Estamos inclusive em condições de vender excedentes no mercado", disse o administrador do colégio, M. Tim Waseko.

O complexo compreende, além disso, uma creche infantil, uma

oficina mecânica e outra de costura, onde se confeccionam os uniformes dos alunos, assim como uma pequena fábrica de bolsas e calçado de couro.

Ocupando um terreno de 1.400 hectares, o custo actual das instalações do colégio é calculado em cerca de cinco milhões de dólares, produto das doações da própria Tanzania, e também da União Soviética, Alemanha Oriental, países escandinavos, organizações não-governamentais e dos movimentos de solidariedade.

A perspectiva educativa

"O nosso objectivo é abolir o sistema de educação racista, que mantinha a maioria negra num perpétuo estado de servilismo, dando aos jovens livre acesso à cultura, primeiro à própria e depois à dos demais", explica Waseko.

Antes de ingressar no ensino

secundário, os alunos recebem um reforço da formação em inglês, matemática e ciências em geral, matérias não desenvolvidas pela educação do *apartheid*, para dificultar a comunicação e o próprio desenvolvimento cultural das comunidades negras.

O ANC selecciona rigorosamente o corpo de professores do colégio, formado por sul-africanos e voluntários dos países que apoiam o projecto, que procura desenvolver nos jovens um comportamento altruísta, fazendo deles responsáveis por si mesmos e solidários com os demais.

Em última instância, o Colégio da Liberdade pretende contribuir para a formação do "homem novo" sul-africano, que tomará nas suas mãos, futuramente, os destinos de um país finalmente liberto do ignominioso regime de exploração e discriminação imposto pelo *apartheid*.

Víctor Bacchetta

Notas de Cultura

Festival de Cartagena: um basta aos "Rambos"

O XXVIº Festival Internacional de Cartagena, Colômbia, realizado no final de Junho passado e que teve como vencedor o filme "Visa U.S.A.", uma coprodução colombiana-cubana, acabou convertendo-se numa repulsa - na teoria e na prática - à invasão de filmes tipo "Rambo" e significou um impulso à distribuição do cinema latino-americano nas salas de exibição do continente.

A delegação francesa, chefiada por Michel Blanc, que receberá o prémio de melhor actor em Cannes pelo seu filme "Té-

nie de soirée", sugeriu uma aliança entre europeus e latino-americanos para fazer oposição ao predomínio do cinema norte-americano.

"Não pode haver mais cotas para 20 Rambos", insistiram os franceses em entrevista à imprensa. Os realizadores latino-americanos reunidos em Cartagena, recentemente declarado pela UNESCO património histórico da Humanidade, lamentaram a pouca divulgação do cinema regional do continente.

Directores, como o venezuelano Román Chalbaud ("El pez que fuma"), o chileno Miguel Lattín ("Acta general de Chile"), o peruano Francisco Lombardi ("La ciudad y los

perros"), o mexicano Velazco Morales ("La banda de los Pan-chitos"), o portorriquenho Jacob Morales ("Nicolassa y los demás"), os colombianos Lisandro Duque ("Visa U.S.A.") e Leonel Gallego ("El tren de los pioneiros") concordaram que "o cinema latino-americano não tem mercado local na América Latina".

Em alguns países - entre eles Cuba, Venezuela, Argentina e México -, as produções nacionais têm grande apoio popular. Noutros, porém, como a Colômbia, os filmes não conseguiram conquistar o grande público, que continua atraído pelo cinema comercial, fundamentalmente norte-americano.

**Casa das Américas
institui
prémio especial
Che Guevara**

A Casa das Américas e o Centro de Estudos sobre a América, em comemoração do vigésimo aniversário da morte de Ernesto "Che" Guevara, em 1987, e de outros revolucionários latino-americanos, decidiram criar, paralelamente ao Prémio Casa das Américas 1987, um prémio extraordinário destinado à memória de Guevara.

Os livros de ensaio que concorrerem ao Prémio Extraordinário poderão abordar estudos de natureza teórica ou histórica sobre a vida e obra do comandante Guevara, assim como os temas por ele examinados nas suas reflexões sobre a situação latino-americana. E também, de acordo com as bases do concurso, a luta do movimento popular democrático e revolucionário da América Latina por sua real e definitiva independência, assim como as experiências vividas com a construção do socialismo em Cuba.

O Prémio Casa das Américas 1987 é dedicado a romances, peças teatrais, livros de depoimentos, ensaios sobre temas artístico-literários latino-americanos e caribianos, obras de literatura brasileira e Caraíbas em língua francesa ou crioulo.

Poderão concorrer ambos os prémios os autores latino-americanos e caribianos, e também os naturalizados, assim como os ensaístas de qualquer outro país, com obras sobre as-

suntos latino-americanos e das Caraíbas, desde que escritas em espanhol ou português.

Os concorrentes devem enviar os seus originais em espanhol (ou português, no caso de depoimento ou ensaio), com excepção dos brasileiros, que o farão em português, e os caribianos de língua francesa, que devem escrever em francês ou em língua nacional.

Todas as obras devem ser inéditas, considerando-se como tais mesmo as que tenham sido impressas em não mais do que a sua metade. No caso das peças teatrais, serão aceites mesmo as que já tenham sido representadas. Nas traduções para espanhol, deverá constar o nome do tradutor e ser enviado o texto no idioma original.

Os livros de depoimentos devem documentar, de forma directa, um aspecto da realidade latino-americana e caribiana,



Comandante "Che" Guevara



entendendo-se por fonte directa o conhecimento dos factos pelo autor ou a recompilação por este de relatos ou documentos fidedignos obtidos dos protagonistas ou de testemunhas idóneas.

Será outorgado um prémio único e indivisível para cada género e categoria no equivalente a 3 mil dólares em moeda nacional e a publicação do trabalho na colecção Prémio dirigida pela Casa das Américas.

As obras devem ser enviadas à Casa de Las Américas (3ra. y G, El Vedado, La Habana, Cuba), a qualquer embaixada de

Cuba à Caixa Postal 23000, Berna 16, Suíça. A comissão reunir-se-á em Havana, em Janeiro de 1987. Nenhum concorrente poderá enviar mais do que um trabalho por género, nem participar com um que, ainda que inédito, tenha obtido qualquer prémio nacional ou internacional. As obras devem ser escritas à máquina em folhas numeradas, e serem enviados um original e duas cópias perfeitamente legíveis.



“Nós, nicaraguenses, decidimos ser os donos do nosso pedaço de sol”

As relações com a igreja, a agressão norte-americana, a ofensiva dos “contras”, os erros do processo revolucionário e as perspectivas de futuro, na opinião de

Tomás Borge

Beatriz Bissio

O comandante Tomás Borge, único sobrevivente do grupo que na década de 60 fundou a Frente Sandinista, retomando as bandeiras de Augusto César Sandino, é actualmente um dos nove membros da direcção nacional da FSLN e ministro do Interior.

Nesta entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo** - que mais do que uma entrevista, foi na verdade uma conversa amena - o comandante Borge manifesta-se como um dirigente de alto nível, mas não esconde a sua sensibilidade poética.



Mais de 40% dos recursos do país são destinados à guerra

Quais são as formas assumidas pela agressão imperialista contra a Nicarágua e que evolução teve ela neste último período?

— Há um ano, aproximadamente, têm ocorrido algumas mudanças importantes, principalmente no aspecto militar. A contra-revolução, com a Frente Democrática Nicaraguense (FDN), dirigida por antigos guardas somozistas, conseguiu, a certa altura, penetrar no país, do norte para o sul. Do sul para o norte, avançava a Aliança Democrática (ARDE). Tudo isso se enquadrava na perspectiva estratégica traçada pelos órgãos do governo norte-americano.

Em determinado momento, essa estratégia dividiu brutalmente o país, pretendendo chegar até à costa atlântica e fustigar a área do Pacífico, inclusive a rodovia Panamericana, com o objectivo de inviabilizar a permanência da FSLN no poder.

Ao mesmo tempo, a CIA planeava organizar uma frente contra-revolucionária interna, com células

conspirativas nas cidades e nas zonas rurais do Pacífico, com o propósito de semear o terror, realizar actos de sabotagem e assassinar dirigentes revolucionários. Na costa atlântica, as contradições existentes entre o governo revolucionário e as minorias étnicas — especialmente os misquitos — foram estimuladas ao máximo.

Nesse contexto, foi prestada ajuda económica e oferecido apoio político aos integrantes dos partidos de direita que, de acordo com a estratégia norte-americana, se recusaram a participar no processo eleitoral. Aprofundaram-se os vínculos entre a embaixada norte-americana e alguns sectores reaccionários da igreja católica, à qual foi encomendada a missão de liderar a luta ideológica. A ela, juntar-se-iam os elementos mais reaccionários dos partidos de direita, além do Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP).

E o embargo económico?

— Simultaneamente, foi posto em prática um embargo económico contra a Nicarágua. Como a maior parte do nosso comércio tem sido tradicionalmente com os Estados Unidos, o governo norte-americano supôs que o embargo nos iria causar um sério prejuízo económico. Isso aconteceu realmente. Mas, ao mesmo tempo, obrigou-nos a diversificar os nossos mercados de importação e exportação.

Se a tudo isso acrescentarmos o facto de que a própria guerra nos obriga a destinar mais de 40% dos recursos nacionais à defesa; se considerarmos ainda a atrasada herança tecnológica que recebemos — a qual não pode ser superada num período histórico curto, como o que vivemos e induz a avaliações subjectivas e, por conseguinte, a erros, bem como a

extraordinária propaganda contra a revolução, que ultrapassa as nossas fronteiras e cujo objectivo é reduzir a margem de apoio dos sectores que, desde a nossa vitória, tiveram em relação a nós uma atitude geralmente positiva, — então perceberemos

os recursos e as armas com os quais nos quise-ram destruir.

Qual foi a resposta do governo sandinista?

“Tivemos que aprender a combater um exército bem armado, bem treinado e magnificamente financiado”

- A cada uma das frentes de batalha destinamos energias, recursos e quadros. Nessas novas condições tivemos que aprender a combater um exército bem armado, bem treinado, magnificamente financiado. Tivemos que aprender a enfrentá-los na luta ideológica, a sobreviver no meio da crise econômica, a usar os meios próprios da diplomacia e da política internacional.

Em cada cenário da luta, apesar de nossa fraqueza aparente, fomos vencendo o inimigo. Fomos derrotando o inimigo armado a ponto de poder afirmar, no presente momento, que do ponto de vista estratégico existe um retrocesso irreversível na sua capacidade militar. Mesmo conservando sua capacidade tática, ele perdeu a iniciativa estratégica. A bem da verdade, é necessário dizer que ele nunca teve essa iniciativa estratégica, apesar de ter tomado permanente e constantemente uma iniciativa tática que actualmente também está a perder.

Como definiria a situação tática e estrategicamente?

Do ponto de vista estratégico fomos encurralando o inimigo, fechando o seu espaço; do ponto de vista tático, procuramos manter a iniciativa em termos gerais. Combatemos no lugar e no momento que escolhemos, o que ocasiona uma grande quantidade de baixas às forças contra-revolucionárias e um alto índice de *desalzamiento*, que é como chamamos ao abandono da luta por parte de elementos pertencentes às fileiras inimigas. Essas pessoas às vezes se integram-se forças revolucionárias, mas normal-

mente dedicam-se à vida comum.

Fomos tirando da contra-revolução o apoio social dos camponeses, que, apesar de nunca lhe ter sido favorável na correlação de forças, estava a chegar a um nível inquietante. Fomos arrebatando esse apoio precisamente nas áreas mais conflituosas, particularmente em Matagalpa e Jinotega.

Que medidas tomaram para retirar-lhe esse apoio?

- Com trabalho político, com entrega de terras, com punição para os culpados de abusos dentro das nossas próprias forças. Os abusos existiram, por má formação de alguns ou por concepções ultra-radicais de outros.

Como foi que a igreja usou a sua influência?

- A igreja, ou melhor, o sector

reaccionário da hierarquia eclesiástica, declarou e demonstrou na prática o seu profundo repúdio à revolução, às suas instituições e às suas conquistas. Fez todo o possível para afastar o povo da revolução. No começo, disfarçava a mensagem política com uma retórica religiosa, mas ultimamente há sectores da hierarquia eclesiástica que assumem com igual veemência o mesmo discurso da administração Reagan.

Curiosamente, nas zonas norte e central do país, o sector reaccionário da igreja tem sido menos agressivo. Embora não se possam considerar os bispos de Matagalpa ou Jinotega como

candidatos à direcção nacional da FSLN ou à Assembleia Sandinista, pelo menos foi possível manter um diálogo permanente com eles nessas regiões. Pusemos em prática um trabalho de aproximação



A igreja está dividida perante o processo

"O sector reaccionário da hierarquia eclesiástica demonstra na prática o seu profundo repúdio à revolução"

sincera baseado no respeito mútuo, dando-lhes razão quando estão certos.

Mas existe um outro sector da igreja ligado aos interesses populares. Este sector assume a mensagem cristã compatível com os objectivos de justiça social. Contra ele desencadeou-se uma perseguição inaudita, com a expulsão de padres das suas paróquias e a difamação dos mesmos. Quem faz isso? Os mesmos sectores eclesásticos que se opõem à revolução!

Pelo que sabemos, há camponeses que se integraram na contra-revolução. Como é que a FS-LN enfrentou essa situação?

— Usamos os organismos de segurança, mas com os camponeses que integraram a contra-revolução armada usamos também a persuasão, tentando convencê-los de que o bem-estar deles e dos seus filhos está na revolução. Falamos com eles, resolvemos os seus problemas e tentamos esclarecer a sua confusão ideológica.

Muitas vezes, os camponeses não conseguem entender uma explicação se esta não for acompanhada por respostas práticas. Levamos em consideração o facto de que muitas vezes os seus parentes ou amigos foram injustamente capturados, tendo sido cometidos crimes contra alguns. Esses factos, embora isolados, não deixaram de ter repercussão na consciência dessas pessoas.

Mas os "contras" agem sempre dessa forma...

— Nem sempre a contra-revolução foi orientada pela Agência Central de Informações (CIA) para não maltratar os camponeses. Os nossos combaten-



A CIA aconselhou os "contras" a não maltratarem os camponeses



tes, por sua vez, cometeram alguns abusos.

Quais, por exemplo?

— Chegavam das montanhas com frio e refugiavam-se nas igrejas, pois não tinham outro lugar. Transformavam as capelas em quartéis, ferindo assim os sentimentos religiosos das pessoas. Às vezes, gastavam mantimentos ou comiam uma vaca, entregando aos camponeses um vale para que cobrassem a despesa noutra altura. Por seu turno, os contra-revolucionários tinham dinheiro em espécie e se uma vaca custasse mil córdobas, eles pagavam duas mil. É claro, tinham todo o dinheiro de Reagan!

Mas essa bondade aparente dos contra-revolucionários desapareceu com as primeiras tempestades, e a sua maneira de ser natural veio à tona.

"A aparente 'bondade' dos contra-revolucionários desapareceu com as primeiras tempestades e a sua maneira natural de ser veio à tona"

a agir como sempre o fizeram, violando mulheres, assassinando, roubando bens e tratando brutalmente as pessoas. O sequestro foi utilizado por eles desde o primeiro dia e deu bons resultados: sequestravam os homens aptos para o combate, que de-

pois se sentiam ligados a eles e nossos inimigos. Quando voltavam, convertidos em soldados da contra-revolução, exerciam, de visita a amigos e parentes, uma função multiplicadora.

Em resumo, eles não conseguiram atrair toda a população camponesa, mas sim um número suficiente para criar um exército mais forte do que tinha sido a guarda nacional de Somoza.

Toneladas de explosivos

Vocês contra-atacaram com a amnistia?

— Entre as medidas políticas que tomámos incluí-se, efectivamente, a amnistia e um trabalho de propaganda especial para estimular o *desalzamiento*. Durante este ano já depuseram as armas várias centenas de pessoas.

Isso nas zonas rurais?

— Sim. Demos maior atenção política às nossas forças e também melhor treino militar, mais recursos e melhores condições de vida. Foram adquirindo na prática uma extraordinária experiência militar. O número de baixas — mortos e feridos — entre os nossos caiu, enquanto o do inimigo aumentava. A quantidade de combates vitoriosos do nosso lado é muito maior do que a deles.

O seu esforço para criar uma frente interna fracassou redondamente. Eles instalaram centros de informação em Choluteca e noutras zonas fronteiriças com a Nicarágua, em San José, na Costa Rica, e introduziram uma quantidade impressionante de explosivos dissimulados em brinquedos ou coisas parecidas. Não conseguiram detonar um só desses artefactos, dos quais apreendemos 50 toneladas.

Uma quantidade respeitável que poderia fazer voar pelos ares...

— ...Se estas 50 toneladas explodissem simultaneamente na cidade de Manágua, mandariam a capital da Nicarágua para a Lua.

Nesse sentido, recebemos o apoio das massas organizadas e mesmo das não-organizadas. Existe uma permanente actividade de formação dos sectores populares, além do trabalho profissional dos organismos de segurança do Estado revolucionário. Para dar um exemplo, em determinado instante o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto chefes da ARDE no in-

terior do país eram agentes da segurança do governo da Nicarágua e nenhum deles se conhecia nem sabia que o outro era agente. Cercámos os nossos inimigos de agentes, o que nos proporciona uma excelente informação e controlo de qualquer projecto conspirativo de sabotagem ou de terrorismo. Até agora, nem uma só actividade interna organizada por eles deu certo.

E sobre o descontentamento interno gerado pela crise económica, o que nos pode dizer?

— Ainda não cheguei lá. Ainda estou desactivando bombas. Os planos terroristas foram sérios. Descobrimos mais de 200 projectos de assassinato, dirigidos contra líderes da revolução; tentaram dinamitar a fábrica de cimento e a refinaria, as únicas que temos no país; houve atentados contra supermercados, autocarros urbanos e hospitais.

Como definiria ideologicamente a oposição interna?

— Ela é formada pelos partidos políticos de direita, pelo Conselho Superior da Empresa Privada e pelos seus apêndices, pelo jornal *La Prensa* — que mais parece um jornal norte-americano publicado em espanhol — e pelos sectores reaccionários da igreja católica que, curiosamente, são mais reaccionários que os sectores protestantes ou evangélicos. Lamentavelmente precisamos privilegiar a luta militar, que é mais visível, aparentemente mais perigosa, mas que obriga a deixar para segundo plano o debate ideológico. É como um médico que deve atender dois doentes, um com a mão decepada e outro com cancro. Ele corre para atender o da mão cortada e deixa para mais tarde o do cancro.

A pior das doenças, que poderia ser eventualmente mortal, é a luta ideológica. Pode-se expulsar facilmente o inimigo de uma colina ou de uma trincheira, mas às vezes é impossível ou muito difícil expulsá-lo de uma consciência, principalmente num país

“Descobrimos mais de 200 planos de assassinato contra dirigentes da revolução”

como o nosso, de janelas abertas, de livre comércio, sem restrições de qualquer tipo, onde mesmo nessas circunstâncias se pode entrar e sair, no qual todas as publicações são acessíveis, desde a famosa revista



“O nosso é um país de janelas abertas, sem restrições de qualquer espécie, mesmo nestas circunstâncias”

Readers Digest até aos romances de Corfín Tellado, onde se podem ver os filmes mais violentos e alienados, os mais sem graça e de mau gosto. Temos essa fraqueza.

Outras revoluções defenderam as suas fronteiras ideológicas, restringindo todas as possibilidades de contaminação. Ao mesmo tempo, talvez tenham deixado espaço para certas “fraquezas culturais”, para usar uma forma eufemística, que em certo momento foram inevitáveis.

Nós escolhemos o caminho mais difícil, mais longo e espinhoso, tão complexo quanto extenuante: o caminho que nos foi imposto pela realidade. Optámos, em termos estratégicos, por uma economia mista e pelo pluralismo político. Isso não é uma questão táctica, não é uma “cortina de fumo”. É a realidade. Não podemos mudar isso por decreto. Temos essa fraqueza objectiva. Se dependesse de nós, se fosse somente uma questão de impor a nossa vontade, teríamos certamente escolhido o caminho mais rápido, a linha mais recta.

O preço da in experiência

Como têm actuado no terreno económico?

— Nós enfrentamos os problemas económicos com enormes dificuldades, pois não somos especialistas e desconhecíamos as leis da economia política e da política económica. Fomos empiristas e, apesar da assessoria de alguns especialistas, a prática demonstrou que as decisões políticas são as determinantes e, às vezes, os

especialistas, que não dominam os aspectos políticos dão maus conselhos. Acrescenta-se a essa in experiência a herança de uma economia atrasada, primitiva mesmo, com uma indústria obsoleta, não-competitiva, e uma tecnologia do tempo da onça.

A tirania somozista, com o seu desenfreado apetite de riqueza pessoal e o seu nepotismo, esqueceu-se da modernização. Não pensou que ela seria necessária para enriquecer, para engordar contas bancárias no exterior. Através do controlo que exercia sobre o sistema financeiro, Somoza e um sector da burguesia contraíam empréstimos milionários, que pagavam com a hipoteca de alguma fazenda ou fábrica de valor muito inferior ao empréstimo recebido. Esse dinheiro era convertido em dólares e depositado em alguma conta bancária. Assim foram acumulados centenas, milhares de milhões de dólares.

Somoza distribuía certos privilégios entre os que lhe eram próximos, gerando assim uma burguesia política mas não económica, desprovida da capacidade de modernizar o parque industrial do país. O

sector económico independente, por assim dizer, surgiu sem o privilégio das isenções fiscais e dos favores bancários de Somoza.

Houve algumas mudanças nos últimos anos da ditadura?

— Durante os últimos anos de ditadura, desenvolveu-se um tipo de empresa privada mais dinâmica, que exigia modernização e precisava do sistema financeiro nacional para investir nela. No entanto, não passou de uma tentativa,

“Enfrentamos o problema económico com enormes dificuldades; somos inexperientes e fomos empíricos”



"Juntamos à inexperiência a herança de uma economia atrasada"

pois nunca se chegou a completar o ciclo da modernização. Estes empresários "modernizantes" nunca chegaram a ter uma expressão política organizada.

Quando começaram a existir, dando os seus primeiros passos, gatinhando, criaram um instrumento político chamado Movimento Democrático Nicaraguense (MDN), que surgiu no cenário histórico da Nicarágua demasiado tarde. Já não podiam substituir a Frente Sandinista de Libertação Nacional como organização aglutinadora da opinião do povo. Por isso não conseguiram nada.

A derrota da ditadura estava próxima e eles não tinham força, nem possibilidade, nem os mecanismos, nem os quadros, nem a visão, nem a organização que nós tínhamos. Não lhes restou outra alternativa além de se tornarem um elemento adicional na retaguarda da luta anti-somozista.

Falou dos erros cometidos pela revolução. Quais, por exemplo?

— Quando a revolução triunfou, o grupo de homens que dirigira a luta armada contra a ditadura, aqueles jovens inteligentes, que tinham adquirido prestígio nacional e internacional, absorveu a experiência necessária para conduzir os destinos do país, da mesma forma como a terra seca absorve a água.

92 — terceiro mundo

"A empresa privada apareceu demasiado tarde no cenário político da Nicarágua. Ela esteve na retaguarda da luta anti-somozista"

É claro que inicialmente cometemos erros de carácter económico. Acho que o principal foi ter-se "subsidiado a normalidade", ou seja, destinar os recursos obtidos por meio de doações ou créditos para criar uma sociedade satisfeita, iludidos por não saber o que significa consumir sem investir. Fizemos poucos investimentos e depois, quando começámos a investir, mais, escolhemos sectores estratégicos e não os de curto período de maturação económica. Tivemos também que administrar os bens confiscados aos somozistas e as terras que expropriámos por motivos políticos,

sem ter quadros nem experiência. Algumas fazendas produtivas ficaram seriamente prejudicadas.

Parece-me estar a ouvir uma entrevista que nos concedeu o presidente Samora Machel, de Moçambique. Ele dizia que tinham cometido o mesmo erro e que, anos mais tarde, se convenceram que construir o socialismo não é o mesmo que plantar e vender tomates. Talvez lá as coisas tenham ocorrido de modo mais compulsório, pois os portugueses abandonaram o país e não havia ninguém que assumisse as responsabilidades, excepto a FRELIMO, que, como a FSLN, também não tinha quadros.

— Acho que esses são problemas que, em maior ou menor medida, se apresentam em todas as revoluções do Terceiro Mundo. Às vezes a escassez de quadros qualificados faz-nos cair em posições voluntaristas.

Quanto à reforma agrária, por exemplo, começámos por dar prioridade à distribuição de terras para "formas superiores de produção", ou seja, para grandes empresas estatais, de propriedade do povo, ou cooperativas. Até 1982, 82% da terra distribuída

fazia parte de cooperativas, sem considerar as empresas estatais. A experiência posterior mostrou-nos que nesta etapa histórica era necessário dar terras aos camponeses. É isso que estamos a fazer agora,



"Um dos erros foi destinar os nossos recursos a criar, ingénuos, uma sociedade de bem-estar

mesmo com terras que eram de propriedade estatal.

O que nos pode dizer sobre a entrega e gestão da terra, e o subsídio através de créditos?

— No começo, comecemos a loucura de dar créditos anarquicamente a todos os camponeses. Alguém inventou o "aerocrédito", que era um avião que distribuía dinheiro por toda a Nicarágua, como se fossem jornais. É claro que as

pessoas recebiam o dinheiro encantadas. Formaram-se cooperativas fantasmas. As pessoas iam ao banco e diziam: temos uma cooperativa. Pronto, levavam o dinheiro.

O esbanjamento foi descomunal e totalmente irreversível, a tal ponto que, no quarto ou quinto aniversário da revolução, decidimos perdoar a dívida dos camponeses para os livrar dessa carga psicológica.

Até porque o camponês que recebe crédito, deseja realmente pagar.

— Quando não se deve, fica-se mais tranquilo. A esta situação económica complicada, acrescenta-se o elemento da guerra. Até 1985, os prejuízos materiais e perdas da produção são estimados, no mínimo, em 500 milhões de dólares. Esse montante refere-se apenas aos efeitos directos, porque não há somente a destruição material visível praticada pelos bandos contra-revolucionários nas propriedades agrícolas, escolas, centros de saúde — que nos custaram muitos esforços —, também existem os danos ocul-

tos, que não podem ser contabilizados porque não há parâmetros para isso. Como contabilizar, por exemplo, o trauma que a guerra causa a milhares de famílias camponesas?

"Como contabilizar o trauma da guerra em milhares de famílias camponesas?"

1986 - Julho - nº 91

Os melhores quadros da revolução são destinados à guerra; os companheiros mais competentes estão ocupados com questões de segurança, com a polícia ou são militares. Os médicos são instalados nas áreas de combate, os psicólogos atendem os problemas produzidos pela guerra.

O bloqueio e o intercâmbio desigual

E as consequências na economia?

— O esforço da nossa economia em relação à defesa é impressionante. A limitada produção que existe vai prioritariamente para a defesa. Por isso há escassez de produtos de primeira necessidade. As nossas exportações diminuíram. Este ano foram de quase 30% menos que em 1983, em termos reais.

O mercado mais próximo e menos caro era o dos Estados Unidos. O bloqueio, portanto, causou-nos sérios danos. Temos que comprar mais e há menos divisas. O intercâmbio desigual é cada vez mais sádico. Cada vez vendemos mais barato e compramos mais caro. Estamos mergulhados na crise económica internacional, sofrida pelo mundo inteiro e particularmente pelos países do Terceiro Mundo.

A produção agrícola é suficiente?

— Há uma produção agrícola contabilizada e outra que não é controlada mas os rendimentos da população são muito limitados em comparação com o preço dos produtos. O sector terciário — a área do comércio informal — desenvolveu-se de maneira espectacular. Isso causa-nos sérios problemas.

Uma enfermeira graduada, por exemplo, mesmo que possua uma especialização, prefere vender refrescos no mercado porque assim ganha mais. Muitos médicos especialistas dedicam-se ao comércio, porque isso é mais

terceiro mundo - 93

vantajoso do que exercer a sua profissão.

Como fundador da Frente Sandinista, poderia dar-nos uma ideia sobre qual das etapas vividas é a mais difícil?

— A firma-se frequentemente que a etapa mais difícil é a da luta pelo poder. Acho que a mais difícil é aquela que se vive em cada momento. Quando estávamos no rio Coco, descalços, famintos, seminus, atacados pelos mosquitos, com os horizontes naturais e políticos fechados; quando não éramos ninguém e ninguém acreditava em nós; quando éramos um punhado de sonhadores, de aventureiros, como éramos chamados pelos companheiros do Partido Socialista e por companheiros de outros partidos similares na América Latina; quando éramos anónimos, quando não tínhamos prestígio, tudo era muito difícil.

Depois, quando estávamos na guerrilha de 1967, em Pancasán e em Fila Grande, mataram quase todos os nossos e restaram poucos desse combate. Lembro-me que nos encontramos com Carlos Fonseca na cidade de Manágua, nos dias em que mataram o Che Guevara, e se me tivessem perguntado qual era o momento mais difícil eu teria dito que era aquele.

Quando me capturaram e me mantiveram durante nove meses vendado e algemado, torturando-me brutalmente; quando me puseram naquele quarto com ar condicionado, nu, e comeci a sentir o frio e o barulho insuportável do ar, totalmente isolado, pois durante semanas ninguém me di-

rigiu a palavra, se me tivessem perguntado pelo momento mais difícil, eu teria dito: "é este".

Depois da tomada do poder, se em 19 de Julho de

1979 alguém me tivesse interrogado, eu diria: "já passaram os momentos difíceis, agora começa a construção do paraíso terrestre". O sol brilhava então com uma luz esplêndida, as cores das borboletas eram mais brilhantes e quando nos aproximávamos dos jardins, as rosas tinham uma fragrância mais profunda e intensa.

Vocês previam a contra-revolução?

— Sabíamos que começaríamos a cumprir-se as leis do desenvolvimento histórico. É claro que tínhamos previsto o aparecimento de uma contra-revolução, porque havíamos lido isso nos

livros e tínhamos visto a experiência de outras revoluções. Não existe a possibilidade de uma revolução sem contrapartida, e estávamos certos de que o imperialismo não devia estar muito alegre com a nossa vitória e que faria todos os esforços ao seu alcance para nos destruir.

Agora sinto, no entanto, que estamos no momento mais difícil,

frente a frente com o imperialismo, sob a ameaça de uma agressão directa, com esta luta complexa, fascinante e dramática que vivemos.

Então eu digo que este é o momento mais difícil, mas pelo menos vivemo-lo.

Passando a um tema regional, como vê o futuro do Grupo de Contadora?

— Num futuro próximo, seremos pressionados por todos os lados para que nos desarmemos. O governo



"Tudo pode falhar, até a solidariedade, mas não pode falhar a fé do povo na sua revolução"

"Mantínham-me num quarto com ar condicionado, nu, num total isolamento..."

norte-americano tentará obrigá-
-nos a assinar não a acta de Conta-
dora, mas o atestado de óbito do
processo revolucionário nicara-
guense.

Definitivamente, essa solução
não pode incluir a retirada das
armas do povo, pois elas são o
nosso principal e quase exclusivo
mecanismo de sobrevivência. Tu-
do pode falhar, até a solidarieda-
de, mas não pode falhar a fé do
povo na sua revolução e a fé da
revolução no povo. Desarmar o
povo não é só tirar-lhe as armas, é
tirar-lhe toda a fé.

*Que tipo de armas o governo
sandinista estaria disposto a dei-
xar de usar?*

— Talvez se possa negociar sob-
re algum tipo de arma que, de
comum acordo com outros países
da América Latina, seja conside-
rado como ofensivo. Porém, as
armas que defendem a soberania
nacional e o poder do povo são
intocáveis, são o ar, a luz e o fôle-
go dos nicaraguenses, que deci-
diram defender a obrigação e o
direito de viver e desfrutar os
produtos da terra, de ser proprie-
tários da sua paisagem, das suas
ideias e das suas preferências, de
serem donos do seu pedaço de Sol.
Se nos garantirem a paisagem,
o Sol e a dignidade, assinaremos a
acta de Contadora.*

* A entrevista foi feita antes das
recentes reuniões do Grupo de Con-
tadora, realizados no Panamá, entre
os dias 16 e 18 de Maio último, e a
dos chefes de Estado centro-ameri-
canos em Esquipulas, Guatemala.

FACIM 86



22^A

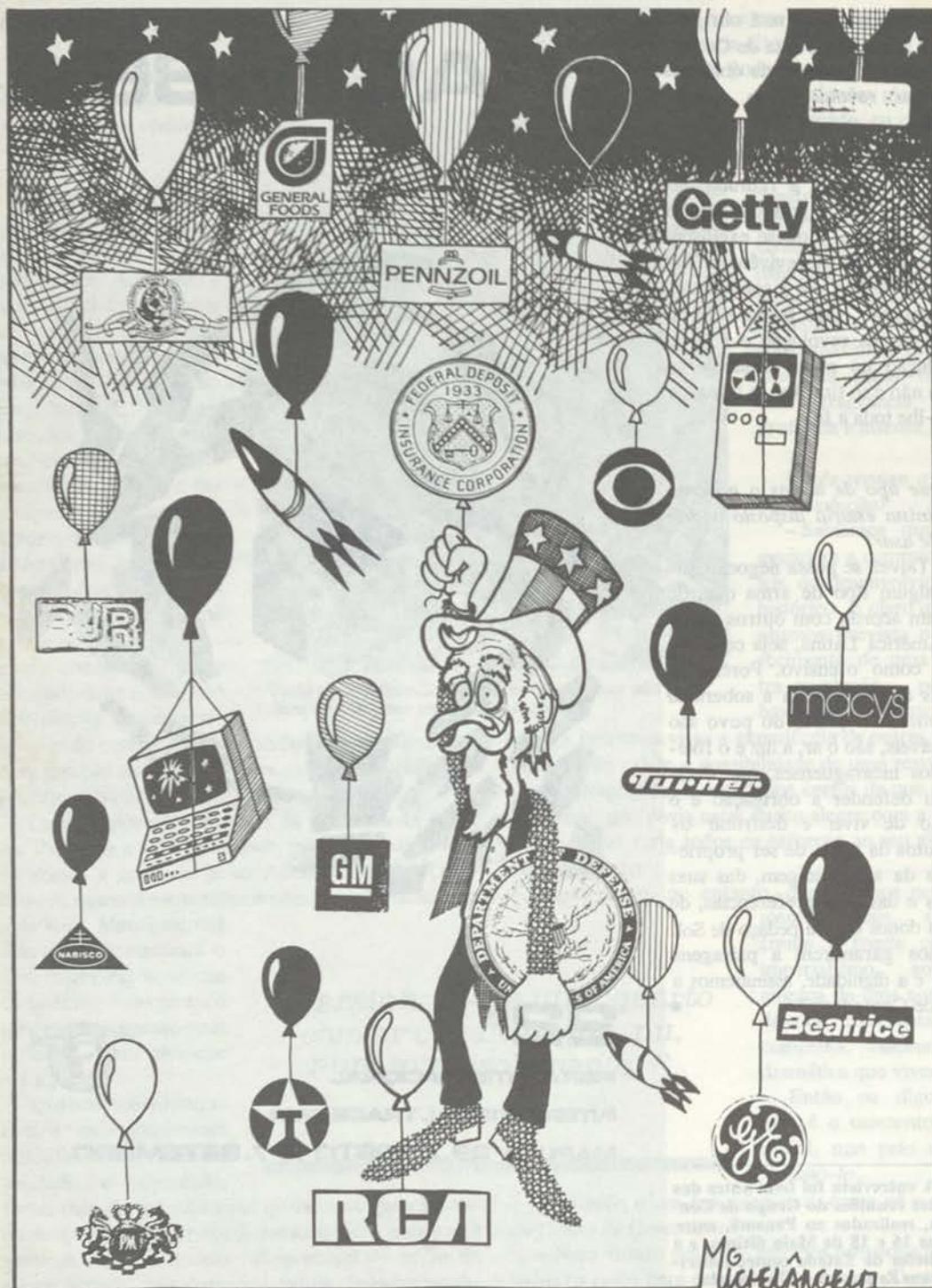
FEIRA INTERNACIONAL

INTERNATIONAL TRADE FAIR

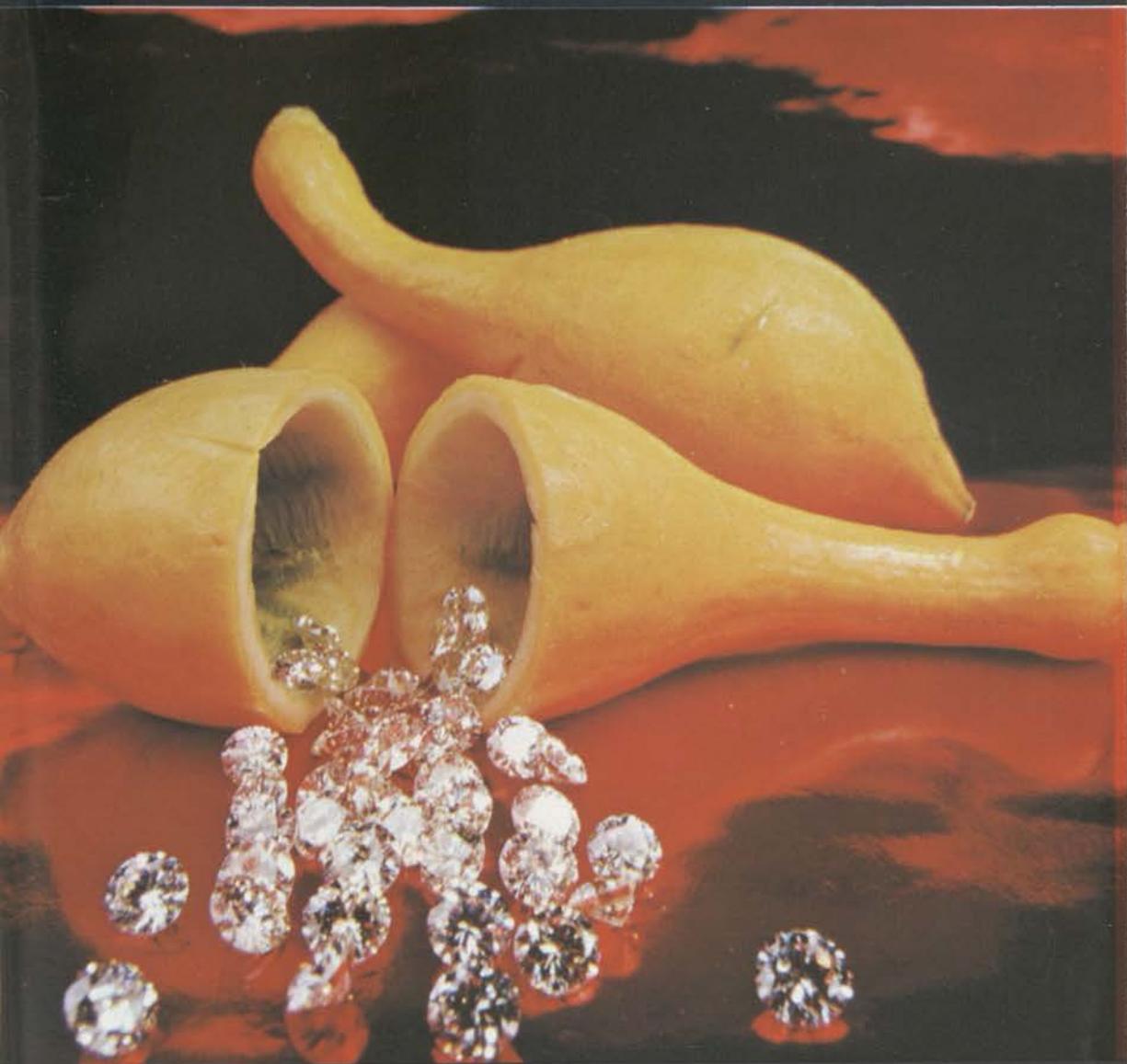
MAPUTO 29. AGOSTO A 7. SETEMBRO



Humor



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional